

CEARÁ - MIRIM



EXTREMOZ



**SÃO GONÇALO
DO AMARANTE**



NATAL



PARNAMIRIM



MACAÍBA

**SÃO JOSÉ
DO MIPIBU**



MONTE ALEGRE



**NÍSIA
FLORESTA**



NATAL

E SUA REGIÃO METROPOLITANA



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PESQUISA E ESTATÍSTICA
SETOR DE PESQUISA E ESTATÍSTICA

NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA

NATAL, 2006

Catálogo na fonte. Processos Técnicos do Setor de Documentação e Disseminação de Informações.

N271n NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Natal e sua Região Metropolitana / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal (RN): Setor de Pesquisa e Estatística, SPE, 2006.

221 p. : il.

1. Natal (RN) – Região Metropolitana. 2. Natal (RN) – Aspectos históricos. 3. Natal (RN) – Aspectos socioeconômicos. 4. Natal (RN) – Aspectos turísticos.

I. Título.

CDD 981.3

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
CARLOS EDUARDO NUNES ALVES
PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
ANA MÍRIAM MACHADO DA SILVA FREITAS
SECRETÁRIA

ROSANNE DE OLIVEIRA MARINHO
SECRETÁRIA ADJUNTA

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA HORA
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PESQUISA E ESTATÍSTICA

FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA
CHEFE DO SETOR DE PESQUISA E ESTATÍSTICA

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR: CARLOS EDUARDO PEREIRA DA HORA
EDNA MARIA FERREIRA
FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA
JAVA BEZERRA LOPES LISBOA DE OLIVEIRA
JÔSE TARGINO LOPES
RICARDO MARCELO DOS SANTOS

ESTAGIÁRIOS

ALINE CHRISTIANE BEZERRA LOPES
ANA CLÁUDIA DE ALMEIDA FREIRE
ANA RACHEL PINHEIRO FONSECA
HUDSON RAFAEL PEREIRA DINIZ
JANNY SUENIA DIAS DE LIMA
JOSEARA LIMA DE PAULA
MARIA GABRIELA DE OLIVEIRA SALES
THIAGO CHAVES ROMÃO DA SILVA

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB –, tem a satisfação de disponibilizar ao público em geral o volume *Natal e Sua Região Metropolitana*. Este trabalho foi elaborado pelo Setor de Pesquisa e Estatística, que por sua vez está vinculado ao Departamento de Informação e Pesquisa, cuja principal missão é executar pesquisas e diagnósticos para a atualização permanente de subsídios indispensáveis ao gerenciamento dos interesses do município de Natal.

Composta por um conglomerado de nove cidades, cuja população conjunta ultrapassa um milhão de habitantes, a Região Metropolitana de Natal representa um dos maiores desafios atuais aos gestores públicos. Conhecê-la melhor é, antes de tudo, uma necessidade imperiosa para quem tem a responsabilidade de administrá-la. Mas tal conhecimento é útil não só aos gestores. Ele também é indispensável a pesquisadores e, de forma ampla, a todos os cidadãos.

Ciente disso, nossa equipe de pesquisadores realizou o diagnóstico da Região Metropolitana de Natal agora disponibilizado. Dessa forma, este documento registra dados históricos dos municípios que a integram, aponta sua expansão demográfica, demonstra seu desenvolvimento econômico e assinala aspectos do seu perfil social, tais como educação, saúde, segurança e moradia.

É com prazer, portanto, que apresentamos aos nossos concidadãos essa obra de inequívoca contribuição para um melhor conhecimento da realidade urbana na qual estamos inseridos.

Natal, outubro de 2006.

Ana Míriam Machado da Silva Freitas

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – População residente por sexo nos municípios da Região Metropolitana de Natal	67
Gráfico 02 – População residente por situação de domicílio	68
Gráfico 03 – Pirâmide etária da Região Metropolitana de Natal.....	71
Gráfico 04 – Pirâmide etária de Ceará-Mirim.....	71
Gráfico 05 – Pirâmide etária de Extremoz	71
Gráfico 06 – Pirâmide etária de Macaíba.....	71
Gráfico 07 – Pirâmide etária de Monte Alegre	72
Gráfico 08 – Pirâmide etária de Natal	72
Gráfico 09 – Pirâmide etária de Nísia Floresta	72
Gráfico 10 – Pirâmide etária de Parnamirim	72
Gráfico 11 – Pirâmide etária de São Gonçalo do Amarante.....	73
Gráfico 12 – Pirâmide etária de São José de Mipibu.....	73
Gráfico 13 – População residente por espécie de domicílio na Região Metropolitana de Natal	75
Gráfico 14 – População residente por espécie de domicílio em Ceará-Mirim.....	75
Gráfico 15 – População residente por espécie de domicílio em Extremoz	75
Gráfico 16 – População residente por espécie de domicílio em Macaíba.....	75
Gráfico 17 – População residente por espécie de domicílio em Monte Alegre	76
Gráfico 18 – População residente por espécie de domicílio em Natal	76
Gráfico 19 – População residente por espécie de domicílio em Nísia Floresta	76
Gráfico 20 – População residente por espécie de domicílio em Parnamirim	76
Gráfico 21 – População residente por espécie de domicílio em São Gonçalo do Amarante.....	77
Gráfico 22 – População residente por espécie de domicílio em São José de Mipibu.....	77
Gráfico 23 – Média de moradores por domicílios particulares permanentes	79
Gráfico 24 – Forma de abastecimento de água na Região Metropolitana de Natal.....	82
Gráfico 25 – Forma de abastecimento de água em Ceará-Mirim.....	82
Gráfico 26 – Forma de abastecimento de água em Extremoz	82
Gráfico 27 – Forma de abastecimento de água em Macaíba.....	82
Gráfico 28 – Forma de abastecimento de água em Monte Alegre	83
Gráfico 29 – Forma de abastecimento de água em Natal	83
Gráfico 30 – Forma de abastecimento de água em Nísia Floresta	83
Gráfico 31 – Forma de abastecimento de água em Parnamirim	83
Gráfico 32 – Forma de abastecimento de água em São Gonçalo do Amarante.....	84
Gráfico 33 – Forma de abastecimento de água em São José de Mipibu.....	84
Gráfico 34 – Percentual de lixo coletado nos municípios da Região Metropolitana de Natal	87
Gráfico 35 – Esgotamento dos domicílios com banheiro ou sanitário.....	90
Gráfico 36 – Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto	91

Gráfico 37 – Rendimento médio mensal	100
Gráfico 38 – Moradores em domicílios da Região Metropolitana de Natal por classe de rendimento	102
Gráfico 39 – Moradores em domicílios de Ceará-Mirim por classe de rendimento	102
Gráfico 40 – Moradores em domicílios de Extremoz por classe de rendimento.....	102
Gráfico 41 – Moradores em domicílios de Macaíba por classe de rendimento	102
Gráfico 42 – Moradores em domicílios de Monte Alegre por classe de rendimento	103
Gráfico 43 – Moradores em domicílios de Natal por classe de rendimento.....	103
Gráfico 44 – Moradores em domicílios de Nísia Floresta por classe de rendimento.....	103
Gráfico 45 – Moradores em domicílios de Parnamirim por classe de rendimento	103
Gráfico 46 – Moradores em domicílios de São Gonçalo do Amarante por classe de rendimento	104
Gráfico 47 – Moradores em domicílios de São José de Mipibu por classe de rendimento	104
Gráfico 48 – Condição de ocupação dos domicílios da Região Metropolitana de Natal	106
Gráfico 49 – Condição de ocupação dos domicílios de Ceará-Mirim	106
Gráfico 50 – Condição de ocupação dos domicílios de Extremoz.....	106
Gráfico 51 – Condição de ocupação dos domicílios de Macaíba	106
Gráfico 52 – Condição de ocupação dos domicílios de Monte Alegre.....	107
Gráfico 53 – Condição de ocupação dos domicílios de Natal.....	107
Gráfico 54 – Condição de ocupação dos domicílios de Nísia Floresta.....	107
Gráfico 55 – Condição de ocupação dos domicílios de Parnamirim.....	107
Gráfico 56 – Condição de ocupação dos domicílios de São Gonçalo do Amarante	108
Gráfico 57 – Condição de ocupação dos domicílios de São José de Mipibu	108
Gráfico 58 – Responsáveis pelos domicílios da Região Metropolitana de Natal por grupos de anos de estudo	111
Gráfico 59 – Responsáveis pelos domicílios de Ceará-Mirim por grupos de anos de estudo.....	111
Gráfico 60 – Responsáveis pelos domicílios de Extremoz por grupos de anos de estudo	111
Gráfico 61 – Responsáveis pelos domicílios de Macaíba por grupos de anos de estudo.....	111
Gráfico 62 – Responsáveis pelos domicílios de Monte Alegre por grupos de anos de estudo	112
Gráfico 63 – Responsáveis pelos domicílios de Natal por grupos de anos de estudo	112
Gráfico 64 – Responsáveis pelos domicílios de Nísia Floresta por grupos de anos de estudo	112
Gráfico 65 – Responsáveis pelos domicílios de Parnamirim por grupos de anos de estudo	112
Gráfico 66 – Responsáveis pelos domicílios de São Gonçalo do Amarante por grupos de anos de estudo	113
Gráfico 67 – Responsáveis pelos domicílios de São José de Mipibu por grupos de anos de estudo	113
Gráfico 68 – Taxa de alfabetização da população residente, de 5 anos ou mais de idade, na Região Metropolitana de Natal	115
Gráfico 69 – Esperança de vida ao nascer (longevidade) nos municípios da Região Metropolitana de Natal	117

Gráfico 70 – Taxa de alfabetização de adultos nos municípios da Região Metropolitana de Natal	118
Gráfico 71 – Taxa bruta de frequência escolar dos municípios da Região Metropolitana de Natal	119
Gráfico 72 – Renda <i>per capita</i> média dos municípios da Região Metropolitana de Natal	120
Gráfico 73 – Índice de longevidade (IDHM-L) dos municípios da Região Metropolitana de Natal	121
Gráfico 74 – Índice de educação (IDHM-E) dos municípios da Região Metropolitana de Natal	122
Gráfico 75 – Índice de renda (IDHM-R) dos municípios da Região Metropolitana de Natal	123
Gráfico 76 – Índice de desenvolvimento humano municipal na Região Metropolitana de Natal.....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Municípios do Rio Grande do Norte.....	57
Mapa 02 – Posição geográfica dos Municípios da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte.	58
Mapa 03 – Municípios da Região Metropolitana de Natal.	59
Mapa 04 – Domicílios particulares permanentes por área geográfica.....	61
Mapa 05 – População residente por área geográfica	62
Mapa 06 – Densidade demográfica por área geográfica.....	63
Mapa 07 – Taxa de crescimento anual por área geográfica.....	64
Mapa 08 – Domicílios ligados à rede geral por área geográfica.....	81
Mapa 09 – Domicílios atendidos com coleta de lixo por área geográfica.....	88
Mapa 10 – Domicílios ligados à rede geral de esgoto ou com fossa por área geográfica	92
Mapa 11 – Rede elétrica – número de consumidores por área geográfica	94
Mapa 12 – Telefonia – número de consumidores por área geográfica	96
Mapa 13 – Rendimento nominal médio mensal por área geográfica	98
Mapa 14 – Atividade empresarial por área geográfica	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Rio Ceará-Mirim	18
Figura 02: Engenho Mucuripe.	19
Figura 03: Casario histórico.....	19
Figura 04: Solar Antunes (atual sede da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim).....	20
Figura 05: Ruínas.	21
Figura 06: Lagoa de Extremoz.	22
Figura 07: Praia de Santa Rita.	22
Figura 08: Solar Ferreiro Torto.	23
Figura 09: Igreja Matriz de Macaíba.....	24
Figura 10: Antiga Prefeitura de Macaíba.....	25
Figura 11: Atividade agropecuária em Monte Alegre.....	26
Figura 12: Vista do centro da cidade de Monte Alegre.....	27
Figura 13: Igreja Nossa Senhora da Penha.....	28
Figura 14: Lagoa Quirambu.....	29
Figura 15: Lagoa Barrenta.....	29
Figura 16: Fortaleza dos Reis Magos.....	31
Figura 17: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.....	32
Figura 18: Santa Cruz da Bica.....	33
Figura 19: Praça das Mães.....	33
Figura 20: Vista aérea da cidade.....	33
Figura 21: Planta baixa da cidade.....	34
Figura 22: Prédio do antigo Palácio do Governo.....	35
Figura 23: Teatro Alberto Maranhão.....	36
Figura 24: Busto de Pedro Velho.....	37
Figura 25: Atual Casa do Estudante.....	38
Figura 26: Encontro entre Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt.....	39
Figura 27: Instalações vinculadas à campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.....	40
Figura 28: Vista aérea de Cidade da Esperança.....	41
Figura 29: Visão parcial da Via Costeira.....	42
Figura 30: Estação Ferroviária de Nísia Floresta.....	43
Figura 31: Mausoléu de Nísia Floresta Brasileira Augusta.....	44
Figura 32: Igreja Matriz de Nísia Floresta.....	45
Figura 33: Base aérea de Natal.....	47
Figura 34: Aeroporto Internacional Augusto Severo.....	48
Figura 35: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.....	49
Figura 36: Fazenda Olho D’água dos Lucas.....	51
Figura 37: Capela de Uruaçu.....	52
Figura 38: Igreja Matriz de São José de Mipibu.....	54
Figura 39: Cerâmica Leão do Norte.....	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	18
2.1	CEARÁ-MIRIM.....	18
2.2	EXTREMOZ.....	21
2.3	MACAÍBA.....	23
2.4	MONTE ALEGRE	26
2.5	NATAL	30
2.6	NÍSIA FLORESTA	43
2.7	PARNAMIRIM.....	46
2.8	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	50
2.9	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	53
3	DADOS BÁSICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	56
3.1	MUNICÍPIOS	56
3.2	LIMITES.....	56
3.3	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ALTITUDE DOS MUNICÍPIOS E DISTÂNCIA RODOVIÁRIA DA CAPITAL ÀS SEDES MUNICIPAIS, SEGUNDO A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	56
3.4	ÁREA, DOMICÍLIOS OCUPADOS, POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	60
3.5	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (1991-2005).....	65
3.6	MUNICÍPIOS INSTALADOS, POR LEI DE CRIAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	65
4	DEMOGRAFIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	66
4.1	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	66
4.2	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE NAS REGIÕES URBANAS E RURAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	69
4.3	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADES E SEXO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	70
4.4	POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESPÉCIE DE DOMICÍLIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	74
4.5	MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	78

5	INFRA-ESTRUTURA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	80
5.1	SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	80
5.1.1	Forma de abastecimento de água da Região Metropolitana de Natal	80
5.1.2	Número de economias ativas de águas e esgotos, segundo o tipo de uso, da Região Metropolitana de Natal	85
5.1.3	Limpeza pública da Região Metropolitana de Natal	86
5.1.3.1	Destino do lixo da Região Metropolitana de Natal.....	86
5.1.3.2	Esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Natal.....	89
5.2	REDE ELÉTRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – CONSUMIDORES POR TIPO DE USO	93
5.3	TELEFONIA POR TIPO DE USO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	95
6	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	97
6.1	RENDIMENTO MENSAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	97
6.2	RELACIONAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL MUNICIPAL / REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	99
6.3	MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CLASSE DE RENDIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	101
6.4	OCUPAÇÃO DOMICILIAR.....	105
6.4.1	Condição de ocupação dos domicílios da Região Metropolitana de Natal	105
6.4.2	Condição de ocupação do terreno na Região Metropolitana de Natal	109
6.5	SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	110
6.5.1	Responsáveis pelos domicílios por grupos de anos de estudo	110
6.5.2	População residente alfabetizada, de 5 anos ou mais de idade	114
6.6	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	116
6.7	PRODUTO INTERNO BRUTO	125
7	ATIVIDADE EMPRESARIAL DA REGIÃO METROPOLITANA	126
7.1	IDADE DAS EMPRESAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	128
7.2	NÚMERO DE CLIENTELA POR DIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	128
7.3	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NA ATIVIDADE ESCOLHIDA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	129
7.4	FATURAMENTO BRUTO MENSAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	130

7.5	CLASSE ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	130
8	TURISMO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	131
8.1	FLUXO TURÍSTICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004	131
8.2	PRINCIPAIS EMISSORES DE TURISTAS NA HOTELARIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004	131
8.3	RECEITA TURÍSTICA TOTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004 (VALORES DÓLAR)	132
8.4	MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL AUGUSTO SEVERO	132
8.4.1	Passageiros embarcados por tipo de voo no Aeroporto Internacional Augusto Severo, Parnamirim – 2001-2004	132
8.4.2	Passageiros desembarcados por tipo de voo no Aeroporto Internacional Augusto Severo, Parnamirim – 2001-2004	133
8.4.3	Pousos e decolagens mensais em vôos domésticos no Aeroporto Internacional Augusto Severo – 2004	134
8.4.4	Pousos e decolagens mensais em vôos internacionais no Aeroporto Internacional Augusto Severo – 2004	135
8.5	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL EM 2004	136
8.6	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS, SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM, DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004.....	136
8.6.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	136
8.6.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual	136
8.7	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM, DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004	137
8.7.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	137
8.7.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e a média anual	137
8.8	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS, SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO, DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004.....	137
8.8.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	137
8.8.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e a média anual	138
8.9	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO, DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004.....	138
8.9.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	138
8.9.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e a média anual	138

8.10	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS, SEGUNDO A PERMANÊNCIA EM DIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004.....	139
8.10.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	139
8.10.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e a média anual	139
8.11	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, SEGUNDO A PERMANÊNCIA EM DIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2004.....	140
8.11.1	Fluxo nos meses de janeiro a julho	140
8.11.2	Fluxo nos meses de agosto a dezembro e a média anual	140
8.12	CAPACIDADE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL EM 2004	141
8.13	OFERTA DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	141
9	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	142
9.1	QUANTIDADE DOS ELEITORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL CLASSIFICADOS POR ZONAS ELEITORAIS.....	142
9.2	PREFEITOS ELEITOS EM 2004 NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	142
10	PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	143
10.1	VEREADORES ELEITOS EM 2004 NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	143
10.1.1	Ceará-Mirim: Vereadores eleitos em 2004.....	143
10.1.2	Extremoz: Vereadores eleitos em 2004.....	143
10.1.3	Macaíba: Vereadores eleitos em 2004.....	143
10.1.4	Monte Alegre: Vereadores eleitos em 2004.....	144
10.1.5	Natal: Vereadores eleitos em 2004.....	144
10.1.6	Nísia Floresta: Vereadores eleitos em 2004.....	145
10.1.7	Parnamirim: Vereadores eleitos em 2004.....	145
10.1.8	São Gonçalo do Amarante: Vereadores eleitos em 2004.....	145
10.1.9	São José de Mipibu: Vereadores eleitos em 2004.....	145
11	SERVIÇOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	146
11.1	EDUCAÇÃO.....	146
11.1.1	Matrícula inicial	146
11.2	SAÚDE.....	147
11.2.1	Número e proporção de unidades de saúde da Região Metropolitana de Natal – 2003	147
11.2.2	Número e proporção de unidades de saúde, por tipo prestador, segundo os municípios da Região Metropolitana de Natal – 2003	148

11.2.3	Número de hospitais e leitos, por natureza do prestador segundo especialidade da Região Metropolitana de Natal – 2003	149
11.2.3.1	Ceará-Mirim	149
11.2.3.2	Extremoz.....	149
11.2.3.3	Macaíba	150
11.2.3.4	Monte Alegre	150
11.2.3.5	Natal	151
11.2.3.6	Nísia Floresta.....	151
11.2.3.7	Parnamirim	152
11.2.3.8	São Gonçalo do Amarante	152
11.2.3.9	São José de Mipibu	153
11.2.4	Consultórios médicos e equipamentos odontológicos da Região Metropolitana de Natal – 2003	154
11.2.5	Informações sobre nascimentos da Região Metropolitana de Natal – 2003	154
11.2.6	Coeficiente de mortalidade para algumas causas selecionadas da Região Metropolitana de Natal (por 100.000 habitantes) – 2003	155
11.2.7	Outros indicadores de mortalidade da Região Metropolitana de Natal – 2003	155
11.2.8	Mortalidade proporcional (%) por faixa etária, segundo grupo de causas da Região Metropolitana de Natal	156
11.2.8.1	Ceará-Mirim	156
11.2.8.2	Extremoz.....	156
11.2.8.3	Macaíba	157
11.2.8.4	Monte Alegre	157
11.2.8.5	Natal	158
11.2.8.6	Nísia Floresta.....	158
11.2.8.7	Parnamirim	159
11.2.8.8	São Gonçalo do Amarante	159
11.2.8.9	São José de Mipibu	160
11.3	TRANSPORTE	161
11.3.1	Veículos registrados por tipo, segundo a Região Metropolitana de Natal – 2001	161
11.4	SEGURANÇA PÚBLICA	161
	REFERÊNCIAS	162
	ANEXOS	165
	A – Mapa de Ceará-Mirim.....	166

B – Solar Antunes (sede da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim)	167
C – Mercado Público Central de Ceará-Mirim.	167
D – Biblioteca Pública Municipal Dr. José Pacheco Dantas	168
E – Centro de Apoio ao Turista.....	168
F – Estação Ferroviária de Ceará-Mirim	169
G – Engenho Guaporé	169
H – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	170
I – Praça Barão de Ceará-Mirim	170
J – Mapa de Extremoz	171
L – Igreja Matriz de Extremoz	172
M – Praça da Igreja Matriz de Extremoz.....	172
N – Praia de Santa Rita	173
O – Praia de Jenipabu	173
P – Lagoa de Extremoz.....	174
Q – Boneco do grude.....	174
R – Estação Ferroviária de Extremoz	175
S – Centro Comercial de Jenipabu	175
T – Mapa de Macaíba	176
U – Solar do Ferreiro Torto	177
V – Vista da cidade de Macaíba	177
X – Ponte sobre o Rio Jundiáí	178
Z – Pórtico de entrada de Macaíba.....	178
AA – Praça Augusto Severo	179
AB – Igreja Matriz de Macaíba.....	179
AC – Sede da Prefeitura Municipal de Macaíba	180
AD – Sede da Câmara Municipal de Macaíba.....	180
AE – Mapa de Monte Alegre.....	181
AF – Pórtico de entrada de Monte Alegre.....	182
AG – Praça Vereador Pedro Alves	182
AH – Igreja Nossa Senhora da Penha.....	183
AI – Mercado Público de Monte Alegre.....	183
AJ – Sede da Prefeitura Municipal de Monte Alegre	184
AL – Espaço Municipal de Eventos.....	184
AM – Entrada do Estádio Municipal	185
AN – Praça da Saudade e entrada do Cemitério Público	185

AO – Mapa de Natal	186
AP – Palácio Felipe Camarão (sede da Prefeitura Municipal de Natal)	187
AQ – Vista parcial de Cidade Alta	187
AR – Farol de Mãe Luíza.....	188
AS – Ponte sobre o Rio Potengi	188
AT – Igreja de Nossa Senhora da Apresentação	189
AU – Vista do Colégio Estadual Atheneu Norte-riograndense	189
AV – Praia de Ponta Negra (vista para o Morro do Careca).....	190
AX – Vista do Forte dos Reis Magos.....	190
AZ – Mapa de Nísia Floresta	191
BA – Estação Ferroviária Papary	192
BB – Igreja Matriz de Nísia Floresta	192
BC – Árvore centenária – baobá	193
BD – Igrejinha do povoado de Tabatinga	193
BE – Lagoa de Arituba.....	194
BF – Viveiros de camarões.....	194
BG – Praia de Barra de Tabatinga (vista do Pico do Mirante).....	195
BH – Pedra Oca (Praia de Barreta)	195
BI – Mapa de Parnamirim	196
BJ – Aeroporto Internacional Augusto Severo.....	197
BL – Praia de Cotovelo (vista para a Barreira do Inferno).....	197
BM – Feirinha do povoado Pium	198
BN – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno	198
BO – Entrada da Base Aérea de Parnamirim (CATRE)	199
BP – Cajueiro de Pirangi	199
BQ – Vista da praia de Pirangi	200
BR – Praça João Paulo II	200
BS – Mapa de São Gonçalo do Amarante.....	201
BT – Monumento aos mártires de Uruaçu e Cunhaú	202
BU – Capela de Uruaçu.....	202
BV – Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante.....	203
BX – Capela de Utinga	203
BZ – Fazenda de Olho D’água dos Lucas.....	204
CA – Teatro Municipal Prefeito Poti Cavalcanti.....	204
CB – Praça de Eventos Turísticos.....	205
CC – Vista da cidade de São Gonçalo do Amarante.....	205
CD – Mapa de São José de Mipibu	206

CE – Vista da cidade de São José de Mipibu	207
CF – Feira popular de São José de Mipibu.....	207
CG – Escola Estadual Barão de Mipibu	208
CH – Igreja Matriz de São José de Mipibu.....	208
CI – Monumento Ideal do Belo e Livre	209
CJ – Calçada do comércio	209
CL – Praça Desembargador Celso Sales	210
CM – Praça da Saudade.....	210
CN – Lei de instituição da Região Metropolitana de Natal.....	211
CO – Lei de incorporação de São José de Mipibu e Nísia Floresta à Região Metropolitana de Natal	214
CP – Decreto de aprovação do Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal	215
CQ – Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal.....	216
CR – Lei de incorporação de Monte Alegre à Região Metropolitana de Natal	218

1 INTRODUÇÃO

A finalidade primordial deste trabalho é difundir informações que proporcionem um melhor conhecimento do agrupamento urbano definido como Região Metropolitana de Natal, cuja instituição ocorreu por meio da Lei Estadual Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

Na sua origem, ela compreendia os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba e Extremoz. Em 2002, a Lei Estadual Complementar nº 221, determinou a incorporação dos municípios de Nísia Floresta e São José de Mipibu. Posteriormente, por força da Lei Complementar nº 315, de 30 de novembro de 2005, foi adicionado o município de Monte Alegre, totalizando nove municípios sob sua jurisdição.

A área da Região Metropolitana de Natal abrange uma superfície de 2.722,80 quilômetros quadrados, o que corresponde a 5,16% do território estadual. Sua população, segundo o Censo Demográfico de 2000, atingiu 1.116.147 habitantes. Isto já representa 40,19% da população do Rio Grande do Norte concentrada em um restrito espaço do Estado.

Quanto à sua expansão, a Região Metropolitana de Natal cresceu, de 1991 a 2000, 2,62% ao ano. Natal, sua sede, registrou nesse período uma taxa de crescimento anual de 1,80%. Seu entorno, entretanto, apresentou taxas mais elevadas. Destacaram-se, nesse sentido, os municípios de Parnamirim (7,90%) e São Gonçalo do Amarante (4,90%). Todos os demais integrantes superaram o percentual de crescimento da capital do Estado: Nísia Floresta (3,60%), Extremoz (3,10%), Macaíba (2,70%), São José de Mipibu (2,40%), Ceará-Mirim (2,00%) e Monte Alegre (1,94%).

No processo de elaboração do trabalho, foram utilizadas fontes documentais, orais e iconográficas. Tarefa realizada por uma equipe multidisciplinar composta por integrantes com atuação nas áreas de Arquitetura, História, Geografia, Ciência da Computação e Economia. Resultou daí uma obra dividida em onze capítulos que abordam os mais variados aspectos da vida em sociedade, tais como dados históricos, atividades econômicas, educação, saúde, transporte, telefonia, segurança e habitação.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

2.1 CEARÁ-MIRIM

As origens de Ceará-Mirim remontam à antiga povoação da Boca da Mata, cujas terras pertenciam à Vila Nova de Extremoz, localidade oriunda do aldeamento indígena abrigado na Missão de Guajiru, que em 1760 tornou-se uma das primeiras vilas da Capitania do Rio Grande (MONTEIRO, 2002). Essas terras, foram concedidas em sesmaria a João Fernandes Vieira (CASTRO, 2004). Em 18 de agosto de 1855, com a sua elevação à condição de Vila, Ceará-Mirim desbancou Extremoz na categoria de município sede, o que desencadeou, em 1856, contestações que suspenderam a transferência de status. Dois anos depois, em 30 de julho de 1858, a Lei nº. 370 confirmou sentença favorável a Ceará-Mirim. Mais tarde, em 9 de junho de 1882, ocorreu sua elevação à categoria de cidade (MORAIS, 1998).

Segundo Cascudo (1968), sua toponímia está relacionada ao rio homônimo que atravessa o Município, cujo nome já era citado em mapas e documentos escritos do século XVII. Era a região “Syará”, onde habitaram os índios Potiguares.



Figura 01: Rio Ceará-Mirim

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Em relação à tradução do vocábulo Ceará, perdura a controvérsia: “continua obscura e confusa, tendo dezenas de soluções” (CASCUDO, 1968, p.82). Entre essas, acrescenta Cascudo, o termo indígena já foi traduzido como “*papagaio da fonte ou do rio*”, “*água verde*” e “*rio verde*”, além de outras denominações.



Figura 02: Engenho Mucuripe.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A partir de 1858, desenvolveram-se os engenhos do vale e o comércio da localidade.



Figura 03: Casario histórico.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Foi a partir do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas promovida pelo Marquês de Pombal, que o trabalho de catequese foi interrompido e as terras da região começaram a ser ocupadas pelos produtores de cana-de-açúcar. O auge dessa atividade ocorreu na centúria seguinte. Formou-se no Vale do Ceará-Mirim, “Uma civilização [...] baseada nos autênticos senhores de engenho conscientes do domínio econômico que exerciam, e de uma fidalguia poderosa e elegante que brilhava no final do século XIX” (MORAIS, 1998, p.63). Neste período, o vale chegou a contabilizar 44 engenhos de açúcar, movidos em grande medida pelo trabalho cativo. Deriva daí a presença de remanescentes da etnia negra na região, especialmente na localidade de Coqueiros (MEDEIROS, 2001).

O núcleo original de Ceará-Mirim foi o cruzamento da estrada que seguia para o sertão, proveniente de Natal e Extremoz, e daquela que partia do povoado de Jacoca em direção ao vale do Rio Ceará-Mirim (CASCUDO, 1968). Atualmente, a cidade possui considerável patrimônio histórico e turístico. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, considerada uma das mais importantes do Rio Grande do Norte, o antigo Solar dos Antunes e a casa grande do Engenho Guaporé, são exemplares dessa herança histórica e cultural.

Com a expansão urbana da capital do Estado e seu entorno, em 16 de janeiro de 1997, por meio da Lei Complementar nº. 152, foi instituída a Região Metropolitana de Natal, na qual está inclusa a cidade de Ceará-Mirim (CASTRO, 2004).



Figura 04: Solar Antunes (atual sede da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim).

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

2.2 EXTREMOZ

A cidade de Extremoz está localizada na região da antiga aldeia de Guajiru dos índios potiguares, que era situada às margens da lagoa homônima. Em 1683, com a presença jesuítica nessa área, foi oficialmente registrada a Missão de São Miguel de Guajiru (MARTINS, 2003), berço da primeira vila do Rio Grande, a Vila Nova de Extremoz do Norte, cuja instalação data de 1760 (MONTEIRO, 2002). De acordo com Cascudo (1968), sua fundação legal é atribuída ao Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, e em seu território existiu um dos mais belos templos católicos da Capitania do Rio Grande, do qual só restaram poucas ruínas.



Figura 05: Ruínas.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Extremoz perdeu a condição de sede da Vila em 18 de agosto de 1855, primazia transferida para a povoação de *Boca da Mata* que fora elevada à categoria de Vila do Ceará-Mirim. Apesar de suspensa em 1856, essa determinação foi confirmada em 30 de julho de 1858. A partir de então, Extremoz voltou à condição de subordinação legal à nova sede da Vila. Situação que perdurou por mais de um século, “até o dia 4 de abril de 1963, quando, por força da Lei nº. 2876, desmembrou-se de Ceará-Mirim e, finalmente, tornou-se um novo município do Estado” (MORAIS, 1998, p.81).



Figura 06: Lagoa de Extremoz.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Atualmente, o turismo tem desempenhado importante fonte econômica para o município, especialmente com a exploração do potencial da sua famosa lagoa e de suas praias paradisíacas, tais como Pitanguí, Barra do Rio, Jenipabu, Redinha Nova, Graçandu e Santa Rita. Situada nos limites da capital do Estado, com a instituição da Lei Complementar nº. 152, de 1997, a cidade de Extremoz foi incorporada à Região Metropolitana de Natal.



Figura 07: Praia de Santa Rita.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

2.3 MACAÍBA

O antigo povoado do Coité deu origem à atual cidade de Macaíba. Outrora região de lavoura e gado, suas características foram alteradas de forma significativa a partir de um contexto favorável, interno e externo, e da presença de um empreendedor do porte de Fabrício Gomes Pedroza. Sua atuação, sob as incontestáveis influências da conjuntura histórica, muda desde a toponímia até o perfil econômico da localidade. No aspecto toponímico, esclarece Cascudo (1968, p.205), que “Teria Fabrício Gomes Pedroza [...] plantado no alinhamento do povoado [...] uma macaíba, palmeira desconhecida na região, sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local”.



Figura 08: Solar Ferreiro Torto.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Embora já existira na região o segundo engenho implantado na Capitania do Rio Grande, que reformado originou o atual Solar do Ferreiro Torto (MORAIS, 1998), na esfera econômica, as atividades de Fabrício Gomes Pedroza, no século XIX, transformaram Macaíba em importante entreposto, facilitando as transações mercantis entre o sertão, os vales açucareiros do Ceará-Mirim e São José de Mipibu, e a capital da Província.



Figura 09: Igreja Matriz de Macaíba.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Afirma Cascudo (1968), que de 1858 a 1872, as produções algodoeira e açucareira convergiam para a região da atual Macaíba, através do Porto de Guarapes, e daí eram escoadas para a Europa. Sua pujança comercial, em grande medida advinda da *Casa de Guarapes*, durou até a implantação das ferrovias, que facilitaram a interação entre os núcleos produtores do interior e a capital. “Diminuiu o prestígio na relação em que as comunicações do interior encontravam o litoral, dispensando o intermediário” (CASCUDO, 1968, p.206).

Em outubro de 1877, Macaíba desmembrou-se do município de São Gonçalo do Amarante. Em 1882 foi erigida a sua igreja matriz, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, o que contribuiu para torna - lá Freguesia em março de 1883. Em 5 de janeiro de 1889, a localidade que abrigou a antiga povoação do Coité conquistou a condição de cidade (Cascudo, 1968).

Nas últimas décadas do século XIX, além de Macaíba, outros centros comerciais, tais como São José de Mipibu e São Gonçalo do Amarante, começaram a perder a influência que antes exerciam. Natal, por sua vez, adquiriu paulatina hegemonia sobre o Estado (MORAIS, 1998).



Figura 10: Antiga Prefeitura de Macaíba.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

No século XX, seu território sofreu considerável redução. Em 1928, perdeu parcelas de suas terras para São Tomé. Mais duas perdas ocorreram pouco depois: efetivos desmembramentos da sua jurisdição deram origem, em 1943 e 1953, a São Paulo do Potengi e Serra Caiada, respectivamente (CASCUDO, 1968). A cidade tem uma histórica tradição de revelar talentos no cenário político e cultural do Estado.

Entre os nomes de relevo encontram-se os irmãos Auta de Souza, poetisa de renome nacional, e Henrique Castriciano, poeta, teatrólogo, jornalista e político; os irmãos Augusto Severo e Alberto Maranhão, da tradicional família Albuquerque Maranhão. O primeiro, idealizador do balão Pax e pioneiro da aeronavegação. O segundo, governou o Estado por duas vezes; Tavares de Lyra, professor, historiador e político, que exerceu o governo estadual e foi Ministro da Justiça no governo Afonso Pena e Otacílio Alecrim, advogado, escritor e conferencista (CADERNO DA MUNICIPALIDADE, 2006).

Da antiga povoação do Coité, berço da cidade contemporânea, restaram os documentos históricos e os registros transmitidos pela oralidade. Atualmente, Macaíba apresenta considerável crescimento urbano e integra a denominada Região Metropolitana de Natal, instituída pela Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

2.4 MONTE ALEGRE

As origens de Monte Alegre estão relacionadas com as atividades agropecuárias, desenvolvidas na região desde o século XVIII. No processo de ocupação fundiária que originou o município, uma das primeiras propriedades da área que se tem registro foi a Fazenda Quirambu, situada às margens do Rio Trairi, cujo proprietário desde 1737 era João Francisco Ribeiro (MORAIS, 1998).



Figura 11: Atividade agropecuária em Monte Alegre.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Por volta da metade do século XIX, o desenvolvimento das atividades vinculadas à exploração da cana-de-açúcar rendeu à localidade um topônimo jocoso: Bagaço, denominação alusiva à considerável quantidade de detritos de cana que ficavam dispersos no local, oriundos de um engenho rústico pertencente ao comerciante Antônio Miranda. Em *Nomes da Terra*, obra de referência na pesquisa toponímica no Rio Grande do Norte, Câmara Cascudo aborda essa questão. Afirma o autor que o proprietário do antigo engenho, que também produzia rapadura e aguardente, deixava espalhado, de forma descuidada, “os resíduos da moagem nos arredores, e daí o apelido popular de Bagaço dado à povoação, epíteto desagradável aos moradores” (CASCUDO, 1968, p.212).

A influência do intenso comércio ocorrido no Porto de Guarapes, para o qual era uma das vias de acesso, proporcionou razoável crescimento à localidade. Reflexos das ações empreendedoras de Fabrício Gomes Pedroza, fundador da *Casa de Guarapes* na vizinha povoação do Coité, embrião da atual Macaíba, que segundo Cascudo (1999, p.258), “irradiou a energia irresistível para todos os quadrantes”. Tal fato contribuiu para o paulatino avanço da economia local e a conseqüente atração de novos moradores para a povoação.



Figura 12: Vista do centro da cidade de Monte Alegre.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

O incômodo epíteto dessa localidade perdurou até o final do século XIX, quando o povoado cresceu, rejeitou o antigo nome e passou a ser conhecido como Monte Alegre. As resultantes desse crescimento tornaram-se perceptíveis em várias construções erigidas em 1905, como a construção da igreja, de novas habitações e de uma escola. Mas somente em 1938 foi criado o distrito de Monte Alegre, subordinado a São José de Mipibu. Cinco anos depois o distrito assumiu a designação de Quirambu, referência à antiga fazenda que desencadeou a ocupação da localidade (CASCUDO, 1968). Pouco tempo depois, em 1948, retomou o nome Monte Alegre. A autonomia política foi conquistada com a Lei nº 929, de 25

de novembro de 1953, que determinou o desmembramento de Monte Alegre em relação a São José de Mipibu e promoveu a sua elevação à categoria de cidade (MORAIS, 1998).



Figura 13: Igreja Nossa Senhora da Penha.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

O atual município de Monte Alegre está situado na Região Agreste do Rio Grande do Norte, a 43 quilômetros de distância da capital do Estado. Possui área de 211 km² e, segundo o último Censo Demográfico, a população registrada foi de 18.874, (IBGE, 2000). Na atividade turística, os destaques ficam por conta da Lagoa do Quirambu e da Lagoa Barrenta. A festa da padroeira do município, Nossa Senhora da Penha, também atrai considerável número de visitantes. O artesanato local está representado nos artefatos de couro e palha, tapeçarias e bordados manuais. No folclore, o *Boi-de-reis* e o *Pastoril* são as manifestações culturais mais representativas da cidade (MORAIS, 1998).

Segundo Câmara Cascudo (1968, p. 213), o topônimo Monte Alegre possui relativa difusão pelo Brasil. Diferente de outras denominações existentes no Estado, é possível encontrá-lo em diversas unidades da federação. “Há municípios com o mesmo nome em Goiás, Minas Gerais, Sergipe, Pará, Piauí e São Paulo”.



Figura 14: Lagoa Quirambu.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.



Figura 15: Lagoa Barrenta.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Por decorrência da Lei Complementar nº 315, de 30 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.119, p. 1, de 02 de dezembro de 2005, o município de Monte Alegre foi incorporado à Região Metropolitana de Natal (SEMURB, 2005).

2.5 NATAL

A efetiva ocupação lusitana das terras correspondentes ao atual território brasileiro ocorreu a partir de meados do século XVI, impulsionada, entre outros fatores, pela implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias¹ e da monocultura canavieira (PRADO JR, 2004). Entretanto, quando Portugal iniciou o processo de colonização do Brasil, o donatário da Capitania do Rio Grande, João de Barros, e seus associados no intento, não conseguiram concretizar a ocupação do território concedido pelo monarca Dom João III. Diante da resistência dos indígenas, por vezes aliados aos franceses no tráfico do pau-brasil, duas tentativas fracassaram: as expedições comandadas por Aires da Cunha e por João e Jerônimo de Barros, filhos e herdeiros do donatário que jamais estivera nas terras a ele confiadas (CASCUDO, 1999). Daí resultou um período de considerável abandono da Capitania.

Posteriormente, já sob o contexto da chamada União das Coroas Ibéricas (1580-1640), no qual Portugal ficou subordinado à Espanha, as Cartas Régias do rei Felipe II, soberano que então dominava as duas nações, determinaram ao governador-geral do Estado do Brasil, Dom Francisco de Souza, a concreta ocupação da Capitania. Coube a Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, capitães-mores, respectivamente, de Pernambuco e Paraíba, comandarem a empreitada cujos objetivos eram: retomar o controle das terras, ameaçado pela incômoda presença francesa, e fundar uma cidade. Foi a partir de tais determinações que, a 6 de janeiro de 1598, teve início a construção da Fortaleza dos Reis Magos² e, a 25 de dezembro do ano seguinte, a fundação da cidade de Natal (MEDEIROS FILHO, 1997).

A construção da Fortaleza, após a realização de acordos de paz que possibilitaram o relativo apaziguamento dos nativos, tornou-se de fundamental importância para a conquista e ocupação da região Norte da outrora colônia lusitana na América (CASCUDO, 1999). Símbolo da colonização portuguesa em nosso litoral, a Fortaleza dos Reis Magos teve sua planta concebida pelo padre jesuíta Gaspar de Samperes, sob as influências da arquitetura italiana que, no século XVI, era considerada a mais avançada concepção arquitetônica direcionada para o uso militar. Na segunda década do século XVII, a fortificação recebeu aditamentos, responsáveis por sua configuração atual, sob a direção de Francisco de Frias de Mesquita, à época, engenheiro-mor do Estado do Brasil (MEDEIROS FILHO, 1997). Em *Capítulos de História Colonial* Capistrano de Abreu, um dos ícones da

¹ Embora o sistema de Capitânicas Hereditárias tenha apresentado sérias limitações, implantou a estratégia inicial da Coroa portuguesa no processo de colonização, assentada em três objetivos: atrair investimentos particulares, introduzir uma base de sustentação econômica atrelada à grande propriedade fundiária e garantir a efetiva posse do território (PRADO JR., 2004).

² A Fortaleza dos Reis Magos abriga em seu interior, desde 1976, o chamado *Marco de Touros*, o mais antigo padrão de posse chantado na antiga colônia portuguesa. Sua origem em terras potiguares remonta a 1501, conferindo-o expressivo valor histórico (MEDEIROS FILHO, 1997).

historiografia nacional, registra a importância da Fortaleza ao afirmar que “à sua sombra medrou o que é hoje a cidade de Natal” (ABREU, 1998, p. 70).



Figura 16: Fortaleza dos Reis Magos. Marco inicial da colonização portuguesa na Capitania do Rio Grande. Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A formação da cidade, entretanto, ocorreu a alguns quilômetros da Fortaleza. Existe relativo consenso na historiografia norte-rio-grandense acerca de que o platô³ onde atualmente encontra-se a Praça André de Albuquerque⁴, no centro da Cidade Alta, corresponde ao núcleo do sítio histórico de Natal. A julgar pela análise de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, sobre a colonização ibérica nos trópicos, os critérios urbanísticos utilizados na fundação da cidade mesclaram os dispositivos das *Leis das Índias*, que regiam a fundação das cidades espanholas na América, com as orientações portuguesas de privilegiar as áreas litorâneas ou próximas às margens dos rios. Nesse sentido, esclarece Holanda (1999, p.97), “A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. [...] A forma da praça seria a de um quadrilátero. [...] Assim, a povoação partia nitidamente de um centro”. Em Natal, de tal modo como em outros domínios ibéricos, nas imediações dessa praça foi construída a igreja matriz, emblemática da presença Católica Apostólica Romana na conquista, ocupação e evangelização do

³ Área elevada. Em geral, quando da instalação de povoados, os colonizadores optavam por regiões com essa característica.

⁴ Designação em homenagem ao proprietário do antigo Engenho Cunhaú, líder local na chamada Revolução de 1817, de orientação separatista e republicana, cuja reação monarquista resultou na sua morte.

território. Sua construção original data do final do século XVI e possui considerável relação com o nascimento da cidade. Nessa região surgiu, na data magna da cristandade, um pequeno povoado: a “Povoação dos Reis, cuja denominação se referia a valores culturais da Europa e do cristianismo, [que] daria origem a Natal” (MONTEIRO, 2002, p.36).



Figura 17: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Sua origem remonta ao período da fundação de Natal.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A razoável harmonia dos historiadores a respeito do núcleo inicial da cidade não ocorreu em relação à discussão sobre seu fundador. Durante longo período discutiu-se tal primazia. Tradicionalmente, a partir dos mais variados argumentos, três nomes aparecem como prováveis fundadores da cidade: Manuel Mascarenhas Homem, Jerônimo de Albuquerque e João Rodrigues Colaço. Em trabalho mais recente, Mariz e Suassuna (2002, p.36) analisam as diferentes versões e distinguem a segunda hipótese, ao considerarem essa divergência historiográfica “hoje já superada”.

Segundo Câmara Cascudo (1999), a demarcação dos limites da cidade foi realizada com a fixação dos tradicionais cruzeiros de posse, típicos da época. Ao norte, a cruz fixada deu origem à chamada Rua da Cruz no trecho da cidade que, a partir do final do século XIX, ficou conhecido como a Avenida Junqueira Aires⁵. No extremo sul, a cruz limítrofe foi encravada no declive do Baldo. Nas imediações, tempos depois, foi erigida uma praça cujo

⁵ Atual Avenida Câmara Cascudo. Homenagem ao intelectual potiguar que durante décadas morou nessa avenida.

cruzeiro abrigaria os fragmentos do antigo marco; a religiosidade popular atribuiu ao local a tradicional definição de Santa Cruz da Bica. Demarcada a cidade, seu desenvolvimento foi por demais lento.



Figura 18: Santa Cruz da Bica. Cruzeiro situado no antigo limite sul da cidade.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.



Figura 19: Praça das Mães (antiga *Square* Pedro Velho). Corresponde ao antigo limite norte da cidade.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.



Figura 20: Vista aérea da cidade. Delimitação correspondente ao antigo perímetro urbano de Natal, quando da sua formação, a partir de 1599.
Foto: arquivo da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social – SEMTAS.



Figura 21: Planta baixa da cidade. Delimitação correspondente ao antigo perímetro urbano de Natal.
 Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

O produto de sustentação econômica da colônia, a cana-de-açúcar, não tinha na Capitania do Rio Grande⁶ a relevância adquirida na Bahia e em Pernambuco. No século XVII, as duas capitanias concentravam a maior produção açucareira do mundo e atraiu os interesses mercantis da Holanda. Em 1630, a Capitania de Pernambuco foi invadida pelos batavos⁷ e tornou-se a sede do domínio holandês na região do atual Nordeste do Brasil. Em decorrência disso, a considerável atividade pecuária existente na Capitania do Rio Grande – essencial para a manutenção das tropas invasoras – atraiu para Natal os holandeses, que a dominaram em 1633. Decorreu daí a mudança do nome da cidade, rebatizada de Nova Amsterdã, e o da Fortaleza dos Reis Magos, renomeada Castelo Ceulen (MONTEIRO, 2002). A retomada dos nomes originais só aconteceu em 1654, após a expulsão dos holandeses.

O transcorrer do século XVII é descrito, segundo a visão de Cascudo (1999), como um período de reconstrução da cidade, arruinada que fora pelo domínio holandês. Para o autor, se em Recife a presença dos batavos registrou expressivos avanços urbanísticos, em Natal o mesmo não ocorrera. Essa posição de Cascudo é de certa forma corroborada pelo trabalho de Fátima Martins Lopes ao explicitar que, expulsos os flamengos, o então novo capitão-mor, Antônio Vaz Gondim, “teria promovido a vinda de 150 moradores e de 3 Companhias de Infantaria para **reiniciar** a vida na Capitania” (LOPES, 2003, p.125, grifo nosso). Além disso, acrescentam Mariz e Suassuna (2002), Vaz Gondim reorganizou a estrutura administrativa da Capitania e reconstruiu a igreja matriz⁸.

⁶ A pecuária era, à época, a principal atividade econômica da Capitania do Rio Grande.

⁷ Denominação para holandeses, também conhecidos como flamengos.

⁸ Conforme Nesi (1994), durante a presença holandesa em Natal, a igreja matriz foi adaptada para um templo calvinista.

Explica-se: no contexto histórico da chamada Reforma Protestante, significativo número de holandeses aderiu às idéias de João Calvino, gênese da vertente protestante denominada calvinismo.

A lenta recuperação da Capitania entre os séculos XVII e XVIII, inclusive em Natal, foi embaraçada pela deflagração do levante indígena – em reação ao avanço da colonização para o interior – tradicionalmente definido como a *Guerra dos Bárbaros*, cujos reflexos perduraram por longo período (LOPES, 2003). Ao comentar a expansão demográfica na cidade de Natal, Cascudo (1999) enfatizou a diminuta população existente nos primeiros séculos de ocupação e assinalou que o primeiro mapa demográfico municipal realizado em 1805, sob a direção do capitão-mor José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, registrou apenas 6393 habitantes na cidade. Nem a independência política do Brasil, ocorrida em 1822, trouxe maiores avanços para Natal. A manutenção das estruturas política, econômica e social emperrava o desenvolvimento do País e, na capital potiguar, não ocorrera de modo diferente. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, a expansão agro-exportadora abriu novas perspectivas para a produção açucareira e a cotonicultura na Província, sendo a Ribeira o bairro da capital que recebeu influências mais visíveis dessa conjuntura favorável (MONTEIRO, 2002).



Figura 22: Prédio do antigo Palácio do Governo. Localizado na atual Rua Chile, símbolo da importância adquirida pelo bairro Ribeira no contexto do século XIX.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

O bairro Ribeira, adjacente à Cidade Alta, quando foi iniciada a demarcação do perímetro urbano da cidade, sequer estava incluso nos limites de Natal. Séculos depois, a

gradual inserção da economia brasileira no mercado internacional ampliou a arrecadação provincial de impostos e se refletiu em melhoramentos na cidade, “que bem indicam a relação entre comércio e urbanização” (MONTEIRO, 2002, p.176.). Nesse sentido, a Ribeira foi emblemática na evolução urbana do município. Situado às margens do Rio Potengi, o bairro recebeu a instalação do porto, ampliou seu comércio, abrigou a sede do antigo palácio do governo e, no início do século XX, recebeu a instalação do *Teatro Carlos Gomes*⁹, e a implantação do primeiro cinema¹⁰, o *Politheama* (CASCUDO, 1999).



Figura 23: Teatro Alberto Maranhão (antigo Teatro Carlos Gomes). Localizado no bairro Ribeira, sua inauguração ocorreu no início do século XX.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Sob a visão dos republicanos, alçados ao poder em 1889 com a ruína da monarquia no Brasil, os melhoramentos implantados durante a transição do século XIX para o XX, colocavam Natal nos trilhos da modernidade prometida pelo novo regime. Exemplo disso fora a preocupação com a ocupação ordenada do solo, com a elaboração do Plano Polidrelli, executado de 1901 a 1904, do qual resultou a criação da Cidade Nova,

⁹ Atual Teatro Alberto Maranhão.

¹⁰ A primeira sala de projeção do município, o *Cinema de Natal*, fundado em 1909, não tinha vida própria. Funcionou nas dependências do Teatro Carlos Gomes que, inclusive, de 1928 a 1932, foi definido como *Cine Teatro Carlos Gomes* (COSTA, 1995). O Politheama, embora só inaugurado em 1911, foi o empreendimento pioneiro no ramo **específico** cinematográfico da cidade e, até a década de 1930, era o mais moderno de Natal (CASCUDO, 1999; COSTA, 1995, grifo nosso).

considerado o terceiro bairro da cidade – origem dos atuais bairros Tirol e Petrópolis (LIMA, 2001). Para esses defensores da República, cuja maior liderança era Pedro Velho de Albuquerque Maranhão¹¹, suas obras eram prenúncios de uma nova era de progresso para Natal e o Rio Grande do Norte (BUENO, 2002).



Figura 24: Busto de Pedro Velho. Localizado na Praça Cívica, na Cidade Alta, exalta a República e a figura do homenageado, líder da oligarquia Albuquerque Maranhão na transição do século XIX para o XX. Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Em 1929, quando o estado já estava sob o controle de Juvenal Lamartine e a capital era administrada pelo prefeito Omar O’Grady, o planejamento urbanístico avançou com a elaboração do Plano Geral de Sistematização de Natal, sob a responsabilidade do arquiteto Giacomo Palumbo. Em 1935, prosseguindo os melhoramentos urbanos da capital, o então interventor Mário Câmara contratou o Escritório Saturnino de Brito, responsável pela elaboração do Plano Geral de Obras, do qual resultaram empreendimentos concluídos três anos depois, já no governo de Rafael Fernandes (MIRANDA, 1999). Ainda em 1935, em plena Era Vargas¹², em contexto histórico marcado pela polarização ideológica, a cidade foi abalada pela chamada Insurreição Comunista. Desse evento resultou a implantação de um

¹¹ Primeiro governador republicano do Rio Grande do Norte. Sob sua liderança formou-se a oligarquia Albuquerque Maranhão, cujo domínio político no estado perdurou por mais de duas décadas (BUENO, 2002; MARIZ; SUASSUNA, 2002).

¹² Período no qual Getúlio Vargas, após a denominada *Revolução de 1930*, governou o Brasil por quinze anos, ininterruptos, até ser deposto em 1945. No início dos anos 50, Vargas voltaria a governar o Brasil. Desta feita, eleito pelo voto popular. Contudo, este segundo governo foi interrompido pelo suicídio do Presidente (MARIZ; SUASSUNA, 2002).

efêmero governo, de aspirações socialistas – experiência sui-generis na história do País – que, com a repressão desencadeada, não sobreviveu ao seu terceiro dia (COSTA, 1995).



Figura 25: Atual Casa do Estudante. Prédio que, a partir de 1914, abrigou o Batalhão Policial Militar. Nesse local, em 1935, ocorreram intensos combates por ocasião do chamado Levante Comunista de Natal. Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Na década seguinte, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a cidade foi envolta em novas turbulências. Desta feita, de maiores proporções. A localização geográfica favorável do *Campo de Aviação de Parnamirim*, já utilizado desde o final da década de 1920, atraiu as atenções dos EUA, no cenário belicoso de então, para as suas potencialidades militares. De modo que, em 28 de janeiro de 1943, ocorreu em Natal o histórico encontro entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt. Dessa reunião decorreram acordos para a construção e utilização, por tropas norte-americanas, da *Base Aérea de Parnamirim*, de fundamental importância estratégica na conjuntura do conflito internacional (VIVEIROS, 1974).

Concretizadas as negociações bilaterais, a cidade transformou-se. Milhares de norte-americanos, e outros forasteiros, passaram a transitar por Natal. Foram significativos os impactos socioeconômicos e culturais, especialmente na Ribeira, que atraiu militares e civis, brasileiros ou estrangeiros, para a sua agitada vida noturna. Nesse cenário, o antigo *Wander Bar*, na atual Rua Chile, era uma das referências (MELO, 1999). Entretanto a circulação da

moeda americana, aliada aos novos costumes disseminados, conferiu a Natal uma fugaz imagem de desenvolvimento logo dissipada com o término da guerra. Em 1945, junto com os americanos que retornavam à sua pátria, voaram os dólares.



Figura 26: Encontro entre Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt. Ocorrido em Natal, em 1943, reuniu os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos da América.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A cidade retomou seu ritmo pacato só alterado, significativamente, com a efervescência político-cultural do início dos anos 1960, com a emergência no cenário público de novos atores sociais, individuais ou coletivos, a exemplo do movimento estudantil (SILVA, 1989). Foi a época, entre outros acontecimentos, da campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, implementada pelo prefeito Djalma Maranhão, que alfabetizou considerável parcela da população carente e conquistou projeção nacional (GERMANO, 1989).



Figura 27: Instalações vinculadas à campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.
Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A partir de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, período que se prolongou até meados dos anos 80, a política urbanística e habitacional adotada no País proporcionou a expansão de conjuntos habitacionais¹³ em Natal, em especial nas chamadas Regiões Administrativas Norte e Sul, com significativos impactos urbanísticos e ambientais, que ampliaram a necessidade do planejamento urbano para o município. De acordo com Lima (2001, p.94), “Ao longo desse período [...] foram elaborados três planos para Natal”. O primeiro deles em 1968, o Plano de Urbanismo e Desenvolvimento de Natal, concebido pelo Escritório Serete S.A. Engenharia. Embora não tenha sido efetivamente implementado, o denominado Plano Wilhelm-Serete, serviu de base para a elaboração do primeiro Plano Diretor de Natal, instituído pela Lei 2211/74. Dez anos depois, a Lei 3175/84 definiu o terceiro plano do período sob enfoque: um novo Plano Diretor para a cidade, orientado para a organização físico-territorial e o zoneamento funcional do município. Acrescenta o autor citado, que os planos da época, especialmente os dois últimos, tiveram expressiva participação de profissionais locais da área urbanística. Vários deles, posteriormente, iriam

¹³ Todavia, o primeiro conjunto habitacional construído em Natal – a *Cidade da Esperança* – antecedeu o *boom* imobiliário desse período. Sua primeira etapa foi inaugurada em meados da década de 1960 e deu origem ao bairro homônimo.

ser incorporados aos quadros técnicos de órgãos públicos, a exemplo do antigo IPLANAT¹⁴ – Instituto de Planejamento Urbano de Natal.



Figura 28: Vista aérea de Cidade da Esperança. Primeiro conjunto habitacional construído em Natal.
Foto: Jaeci Emerenciano Galvão

Nas décadas finais do século XX, o gradual avanço no processo de industrialização do estado, especialmente nos ramos têxtil e de confecções, concentrado basicamente na capital e no seu entorno, atraiu substancial migração para as cidades que atualmente integram a Região Metropolitana de Natal¹⁵ – Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta e Monte Alegre – cuja população, a partir de 2000, ultrapassou um milhão de habitantes (CASTRO, 2004).

Esse crescimento demográfico, e suas implicações, foram ampliados com o acelerado crescimento da atividade turística em Natal e seus arredores, especialmente nas áreas litorâneas. Diante dessa realidade, o poder público municipal enfrentou novos e substanciais desafios na área do planejamento urbano. Ainda na década de 1990, a administração municipal já detectara a necessidade de atualizar a legislação vigente. Dessa forma, por meio da Lei nº 07 de 5 de agosto de 1994, foi aprovado o novo Plano Diretor de Natal, integralmente concebido pela equipe técnica do IPLANAT. Considerado um marco na

¹⁴ Órgão que, ao fundir-se com a ECO NATAL – Fundação do Meio Ambiente de Natal, deu origem à atual SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SOUSA, 2004).

¹⁵ A Região Metropolitana foi instituída pela Lei Complementar nº. 152, de 16 de janeiro de 1997, compreendendo os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba e Extremoz. Por meio da Lei Complementar nº. 221 de 10 de janeiro de 2002, foram incorporados os municípios de Nísia Floresta e São José de Mipibu (SEMURB, 2004). Posteriormente, a Lei Complementar nº. 315, de 30 de novembro de 2005, incorporou o município de Monte Alegre à Região Metropolitana de Natal.

história do planejamento urbano do País (LIMA, 2001), o PDN antecipou em alguns anos a incorporação de instrumentos legais posteriormente consagrados, no início do século XXI, no Estatuto da Cidade instituído pela Lei nº 10257/2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal (OLIVEIRA, 2001).



Figura 29: Visão parcial da Via Costeira. Realização do poder público essencial para o desenvolvimento da atividade turística no litoral de Natal.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Em mais de quatro séculos de existência, desde a chegada dos portugueses ao Rio Potengi com a missão de fundá-la, a cidade de Natal vivenciou singulares transformações, nem sempre perceptíveis às novas gerações. Nesse sentido, nunca é demasiado lembrarmos que preservar a memória histórica é fundamental para qualquer povo. Dela brota a formação de uma identidade coletiva. De modo que é imperativo entendermos: da outrora *Povoação dos Reis*, herdamos precioso patrimônio cultural, material e imaterial, tais como a Fortaleza dos Reis Magos e a igreja matriz, o idioma e a religião, costumes e tradições, a nos lembrar de um passado longínquo de vínculos inequívocos com o presente.

2.6 NÍSIA FLORESTA

A origem do atual município de Nísia Floresta está vinculada às terras que, de acordo com documentos do século XVII, eram habitadas por indígenas às margens da “Zona de milharais e plantio de mandioca mais caracterizada pela produção piscosa da lagoa” existente nas proximidades, cuja denominação, Papary, foi estendida à localidade (CASCUDO, 1968, p. 220). Na concepção do autor, o antigo topônimo deriva da contração das línguas nativa e portuguesa, cuja tradução seria *Lagoa do Pari*.



Figura 30: Estação Ferroviária de Nísia Floresta.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Documentos de 8 de março de 1610, conforme Medeiros (1997, p. 81), atestam que essa área estava incluída “na data e sesmaria concedida pelo [então] capitão-mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, a João Pereira e Miguel Pereira”. Com o avanço do processo de colonização portuguesa, formou-se o povoado que teve entre seus fundadores o capitão Estevão Ribeiro. No início do século XVIII, a aldeia adquiriu paulatina definição do arruamento. Em 1755, foi concluída a Igreja de Nossa Senhora do Ó, e dois anos depois a povoação já apresentava “bastantes moradores” (CASCUDO, 1968, p. 220).



Figura 31: Mausoléu de Nisia Floresta Brasileira Augusta.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

A julgar pela descrição de Henry Koster, viajante de origem britânica que em 1810 percorreu o Brasil e esteve em Papary, a localidade era aprazível. Segundo seu relato o povoado possuía acolhedora paisagem, na qual se destacava a lagoa que proporcionava profusa pescaria e era motivo de júbilo para toda a população. Neste mesmo ano, nascera no Sítio Floresta a filha mais ilustre de Papary, cujo nome de batismo era Dionísia Gonçalves Pinto. À época Koster chegou a conviver com o pai daquela que mais tarde, por homenagem popular, mudaria o nome da localidade para o seu pseudônimo (CASCUDO, 1968).



Figura 32: Igreja Matriz de Nísia Floresta.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Em 18 de fevereiro de 1852, em pleno Segundo Reinado, a povoação foi desmembrada de São José de Mipibu. A partir de então, sua denominação oficial passou a ser Vila Imperial de Papary. Após a proclamação da República, em 1º de fevereiro de 1890, foi rebatizada para Vila de Papary. O topônimo mudaria mais uma vez em 23 de dezembro de 1948. Nesse contexto pós-Segunda Guerra Mundial, para homenagear a conterrânea que nascera em 1810 e assumira o pseudônimo de Nísia Floresta (MORAIS, 1998).

Com sólida formação cultural, Dionísia Pinto Lisboa deixou Papary em 1828 para conquistar reputação nacional. Para Oliveira Lima, “foi a mais notável mulher de letras do Brasil” (Apud CASCUDO, 1968, p. 220). Atraiu respeito e repúdio simultâneos ao defender teses incomuns às mulheres de sua época. Ainda sob o Império, foi republicana, federalista, abolicionista e defensora da igualdade política entre homens e mulheres. Poetisa, escritora e educadora, em 1849 foi morar na Europa e ganhou projeção internacional assinando suas obras como *Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Faleceu na França, em 24 de abril de 1885, mas somente no dia 12 de setembro de 1954 seus restos mortais voltaram à sua terra (MORAIS, 1998).

Em 2002, por meio da Lei Complementar nº. 221, a atual cidade de Nísia Floresta foi incorporada à Região Metropolitana de Natal (SEMURB, 2004).

2.7 PARNAMIRIM

A procedência do topônimo está relacionada ao termo indígena *Paraná-mirim*, de tradução *rio-pequeno*, alusão ao antigo fluxo natural do qual sobreviveram apenas reduzidos depósitos de água. Durante longo período, a extensa planície na qual surgiria a cidade de Parnamirim foi completamente improdutiva e desabitada. Conforme Cascudo (1968, p. 226), resultou desse precário quadro natural que, até 1927, “nenhuma habitação existia no local”.

A conjuntura internacional foi decisiva para a ocupação dessa área inóspita. Nas primeiras décadas do século XX, a aviação mundial experimentava uma fase crucial na sua expansão. Uma das grandes metas de então era consolidar a aeronavegação entre a Europa e a América do Sul. Nesse contexto histórico a Latecoère, companhia aérea de origem francesa, enviou o piloto Paul Vachet para tentar viabilizar um aeroporto em Natal. Com o apoio do vice-cônsul da França, Alberto Roselli, Vachet buscou a assessoria do coronel Luís Tavares Guerreiro, à época comandante do 29º Batalhão de Caçadores e emérito conhecedor do entorno da cidade. Segundo Cascudo (1968, p. 227), “Guerreiro lembrou-se do extenso tabuleiro, tantas vezes atravessado, e levou-os para lá. Vendo-o, Vachet entusiasmou-se, declarando-o naturalmente indicado para um excepcional campo de pouso”. Era 20 de julho de 1927, quando a aprovação do piloto francês selou o destino da futura cidade.

A partir da inauguração do campo de aterrissagem de Parnamirim, ocorrida em 14 de outubro desse mesmo ano, desencadeou-se um acelerado processo de ocupação das suas cercanias, região até então vinculada a Natal. Em síntese, Cascudo (1968, p. 227), descreveu a evolução desses acontecimentos da seguinte forma: “Ao redor das oficinas, armazéns, escritórios, para o lado do poente, nasceu uma aldeia com a impetuosidade dos fenômenos naturais [...], com uma população sempre crescente”. A afirmação do eminente pesquisador não deixa dúvidas sobre a importância do incipiente aeroporto para a ocupação do território que daria origem à cidade. Assim sendo, desse estágio inicial foram lançadas as bases para a formação de Parnamirim.

No início da década de 1940, a povoação daí surgida seria novamente impulsionada por fatores externos. No belicoso contexto da Segunda Guerra Mundial, a localização privilegiada de Parnamirim despertou os interesses estratégicos dos Aliados, bloco militar dos países que lutavam contra as nações do Eixo, aliança do nazi-fascismo empenhada em ameaçador expansionismo territorial. Nesse cenário internacional, “Em 1941, Natal começava a ser cidade ‘pivot’ da defesa do Nordeste, [...] com esquema de [...] vigilância do litoral que estaria concluído por ocasião da declaração de guerra, em 1942” (MEDEIROS, 2001, 119). Tais circunstâncias colocaram o Campo de Parnamirim em

evidência. De modo que em julho de 1941, após diversas negociações, o governo federal brasileiro fechou um acordo com os Estados Unidos no qual Parnamirim seria fundamental para a defesa do continente americano.

Um conjunto de sucessivas decisões consolidaria o pacto entre os dois países. Em uma dessas deliberações o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei número 4142, de março de 1942, determinou a criação de uma Base Aérea na localidade de Parnamirim. Os acertos finais do acordo foram definidos em 28 de janeiro de 1943, no encontro realizado em Natal entre o presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, e o primeiro mandatário brasileiro. Dessa reunião histórica, entre outras determinações, resultou o decisivo “acordo para que fossem construídas uma base militar americana e outra brasileira, ao redor do antigo campo de pouso. Nesse mesmo ano [...], no dia 3 de novembro, ocorreu a elevação de Parnamirim à elevação de vila pertencente a Natal” (MORAIS, 1998, p.184). Com o desenrolar da guerra, Parnamirim adquiriu notabilidade internacional e, graças à sua relevância estratégica para os Aliados, recebeu a designação de o *Trampolim da Vitória* (VIVEIROS,1974).



Figura 33: Base Aérea de Natal.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB

Ao final do conflito mundial, sua importância foi amplamente reconhecida. Embora o retorno de milhares de civis e militares às suas cidades de origem tenha causado significativo impacto em Natal, e especialmente em Parnamirim, as transformações ocorridas já eram consideráveis e seguiam em direção à conquista da autonomia política. De modo que a povoação gradualmente “tornou-se um grupo de ruas limpas, decentes,

praças claras, residências modernas, iluminação elétrica, água fácil [...]. Distrito de Natal em 23 de dezembro de 1948. Freguesia em 1952” (CASCUDO, 1968, p. 228). Uma década depois, em 17 de dezembro de 1958, Parnamirim desmembrou-se da capital do Estado e tornou-se Município do Rio Grande do Norte (MORAIS, 1998).

A tradicional influência da sua vocação aeronáutica continua presente no Município. Ao lado das instalações da Base Aérea de Natal, originária do contexto da Segunda Guerra Mundial e ainda fator determinante para a acentuada presença de militares na cidade, está situado o Aeroporto Internacional Augusto Severo, principal instalação aeroportuária norte-rio-grandense.



Figura 34: Aeroporto Internacional Augusto Severo

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Ademais, nos limites da cidade foi implantada a chamada Base de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno. Segundo a Agência Espacial Brasileira, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, o lançamento inaugural no CLBI aconteceu em 15 de dezembro de 1965. Na ocasião foi lançado ao espaço, em parceria com a NASA, a agência espacial dos Estados Unidos, o foguete de sondagem Nike-Apache, de origem norte-americana. Tal fato marcou o ingresso do Brasil nesse sofisticado campo da atuação científica. A partir de então, a denominada Barreira do Inferno tornou-se referência no programa aeroespacial brasileiro e passou a apoiar os projetos espaciais dos Estados Unidos, Alemanha e Canadá. Posteriormente, passou a colaborar com a European Space Agency - ESA, no monitoramento dos foguetes Ariane, o que garantiu consideráveis divisas para o Brasil.



Figura 35: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Distante apenas 25 quilômetros do centro urbano de Natal, Parnamirim teve seu desenvolvimento acelerado nas últimas décadas do século XX. Com o paulatino incremento da indústria estadual, o Município consolidou o setor fabril da sua economia e atraiu considerável contingente populacional para o seu entorno. No setor terciário, o turismo tem despontado como rentável alternativa econômica com destaque para a exploração do potencial representado pelas suas belas praias. Entre essas, as praias de Cotovelo e Pirangi; sendo que nesta última se realiza um dos mais tradicionais carnavais do litoral potiguar (MORAIS, 1998).

Na última década do século passado, a acelerada expansão urbana de Natal e vários municípios circunvizinhos, entre esses Parnamirim, ampliou as discussões sobre planejamento urbanístico e ambiental integrado das quais resultaram a elaboração da Lei Complementar Nº. 152, de 16 de janeiro de 1997, que instituiu a Região Metropolitana de Natal, inicialmente com seis municípios (SEMURB, 2005). Atualmente, já em plena primeira década do século XXI, Parnamirim tornou-se uma das cidades do Estado do Rio Grande do Norte mais diretamente interligadas a Natal. De modo que, em determinadas áreas urbanas, os limites entre os dois municípios não são claramente perceptíveis à população dessas regiões fronteiriças. Desse modo a antiga povoação desordenada, que surgiu ao lado do Campo de Pouso, deu origem a uma cidade cuja população já atingiu, segundo as mais recentes estimativas, a expressiva marca de 163.144 habitantes (IBGE, 2005).

2.8 SÃO GONÇALO DO AMARANTE

A história de São Gonçalo tem suas raízes vinculadas à localidade na qual se instalou, no século XVII, o Engenho Potengi, propriedade de Estevam Machado de Miranda. Em torno do engenho, um dos raros existentes na então Capitania do Rio Grande, formou-se rarefeita povoação. No contexto do domínio holandês sobre o Rio Grande, iniciado em 1633, essa localidade despertou os interesses dos flamengos que investiram na sua efetiva conquista. De modo que, em 1645, “os holandeses partiram para um ataque definitivo contra os habitantes do Engenho Potengi e circunvizinhanças. Para os holandeses se fazia necessário impor o domínio militar, cultural e religioso. Mas os habitantes da localidade não aceitavam se dobrar às imposições dos invasores” (MORAIS, 1998, p. 234). Tal resistência custaria caro aos primitivos moradores.

Diante da ameaça, a família do proprietário do engenho e os demais moradores das cercanias fugiram para a região de Uruaçu, na localidade identificada por Cascudo (1968) como Tinguijada. Nesse cenário, no dia 3 de outubro de 1645, ocorreu aquilo que a historiografia potiguar denominou o *Massacre de Uruaçu*, no qual foram trucidadas diversas pessoas pelos indígenas tapuias sob o comando dos holandeses. Embora esse fato tenha causado indignação entre os colonos da Capitania do Rio Grande, somente em janeiro de 1654, com o ápice da reação luso-brasileira em Pernambuco, os invasores seriam definitivamente expulsos do Brasil (MARIZ; SUASSUNA, 2002).

A partir dos últimos anos do século XVII, a região do antigo Engenho Potengi começou a ser repovoada. O incremento dessa ocupação ocorreu em 1710, com a chegada dos portugueses Paschoal Gomes de Lima e Ambrósio Miguel do Sirinhaém, oriundos de Pernambuco com suas respectivas famílias, que procederam a organização do repovoamento. De acordo com Moraes (1998, p.234), “Foram esses portugueses que construíram dois sobrados e uma capela em homenagem a São Gonçalo do Amarante, com a imagem do santo padroeiro”. Daí originou-se, segundo Cascudo (1968), o topônimo da cidade.

Mais de um século após sua reestruturação, a comunidade ali formada não teria facilidades para adquirir sua autonomia político-administrativa. O longo embate por essa aspiração teve seu primeiro capítulo em 11 de abril de 1833, quando São Gonçalo foi desmembrado de Natal e tornou-se Município. Contudo, em 11 de março de 1866, os efeitos de uma epidemia que praticamente dizimou sua população contribuíram para reconduzi-lo à condição de povoado subordinado à capital da província. A restauração da sua categoria autônoma ocorreu em 3 de agosto de 1874. Mas ainda de forma precária, pois em 7 de novembro de 1879, São Gonçalo retorna à situação de subordinação. Nessa ocasião, como

povoado de Macaíba. Onze anos depois, em 9 de outubro de 1890, reconquistou a condição de Município. Situação que perdurou até 30 de dezembro de 1943, quando por meio do Decreto nº 268, voltou à esfera de influência de Macaíba e teve seu topônimo alterado para Felipe Camarão. Somente depois de mais de um século de querelas jurídicas, “a terra dos mártires de Uruaçu alcançou definitivamente sua emancipação política, através da Lei nº 2323, de 11 de dezembro de 1958, quando desmembrou-se de Macaíba “ (MORAIS, 1998, p. 235). A partir de então, retomou sua antiga denominação e conquistou em definitivo o status de cidade.

Segundo Cascudo (1968, p.248), São Gonçalo do Amarante já foi um dos maiores municípios do Rio Grande do Norte. Possuía salinas e atividades pesqueiras, famílias abastadas e de expressivo prestígio político no Estado. Em tempos idos, suas terras alcançaram de “Santa Cruz às praias da Redinha de Dentro, compreendendo toda a margem esquerda do Rio Potengi, [área] transferida para Natal em outubro de 1938”. Desse território desmembraram-se Macaíba, em 1877, São Tomé, em 1928, e São Paulo do Potengi, em 1943.



Figura 36: Fazenda Olho D'água dos Lucas.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Nos anos 70 do século XX, a economia de São Gonçalo conquistou expressividade com a instalação em seu território de três empresas do Grupo UEB: a Indústria Têxtil Seridó, a indústria de confecções Sparta Nordeste e a Incarton, empresa com atuação na área de embalagens. Anos depois, essas empresas foram adquiridas pela COTENE, Coteminas do Nordeste S/A, empreendimento com atuação na área têxtil e de confecções. Desde então, a economia municipal tem no seu parque industrial, no comércio e na pecuária suas principais fontes de renda. Além disso, as lavouras disseminadas pelo seu território e o artesanato, também merecem destaques. No âmbito do patrimônio histórico e cultural, o município apresenta a igreja matriz, edificada na década de 1840, com altares de característica barroca, e a “*Capela dos Mártires de Uruaçu*, erguida no mesmo local em que foram mortos pelos holandeses, os habitantes pioneiros, que defendiam seus princípios de fé e liberdade” (MORAIS, 1998, p. 235).



Figura 37: Capela de Uruaçu.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

As expansões urbanas de Natal e São Gonçalo do Amarante fizeram emergir uma curiosa situação na Avenida Bacharel Tomás Landim, no bairro Igapó, limite entre os dois municípios: quem trafega nessa via pública está no perímetro urbano de Natal; quem a ultrapassa para o lado esquerdo já está em São Gonçalo. Foram situações como essa, ou mais complexas, que motivaram a criação da Região Metropolitana de Natal, instituída por meio da Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, da qual São Gonçalo é integrante (SEMURB, 2005).

2.9 SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Os primeiros habitantes das terras pertencentes à região onde atualmente está situado o Município de São José de Mipibu foram os índios Tupis. Nessa área, por volta de 1630, existia um aldeamento que era o mais populoso, dentre os seis existentes na Capitania do Rio Grande. Essa povoação era conhecida como Aldeia de Mopebu, ou Moppobu, topônimo de origem indígena, cujo significado corresponde a *surgir de repente*, alusão ao rio que de forma repentina surge na chamada Fonte da Bica e percorre cerca de quatro quilômetros até atingir o Rio Trairi (MORAIS, 1998). Contudo, a grafia do topônimo aparece no mapa de Macgrave, de 1643, como Mopebi, assim como em outros documentos.

Embora o contato entre os missionários e os nativos já ocorresse desde o século XVII, foi a partir da estratégia portuguesa de instalar missões de aldeamento, para catequizar os nativos de forma mais eficaz – até então era utilizada a tática das missões volantes, que se mostrou ineficaz – que a aldeia de Mipibu foi efetivamente dirigida por clérigos. Segundo Martins (2003, p. 173) “é somente em 1736 que a aldeia de Mipibu torna-se Missão com a presença fixa de missionários capuchinhos e uma nova demarcação de terras, instalando a Missão no local de São José de Mipibu atual”. No século XVIII essa aldeia, que era dedicada à Sant’Ana, teve seu contingente populacional acrescido de índios vencidos na denominada *Guerra dos Bárbaros*.

Na concepção de Cascudo, essa aldeia foi elevada à condição de Vila de São José do Rio Grande, em 22 de fevereiro de 1762, o que a torna uma das mais antigas do atual Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com o termo de instalação, citado por Cascudo (1968, p. 250), o topônimo resultou de homenagens: “Não só em obséquio de tão grande Santo, mas em atenção ao Príncipe Nosso senhor, novamente nascido, e a Majestade Fidelíssima de seu Augusto Avó”. São alusões ao próprio santo, São José, ao príncipe D. José Francisco, filho daquela que se tornaria a rainha de Portugal, D. Maria I, e ao então rei dos lusitanos, D. José.

A transformação da antiga missão em vila acarretou, entre outros efeitos, a saída dos missionários Capuchinhos do controle administrativo. No transcorrer do século XVIII, foi acentuado o processo de ocupação territorial, a partir das concessões de terras requeridas ao capitão-mor da Capitania do Rio Grande. Com o gradual desenvolvimento da região, a vila adquiriu prestígio e força política que resultaram, em 16 de outubro de 1845, na sua elevação à categoria de cidade, com a denominação que chegou até os nossos dias: São José de Mipibu. Apenas uma década depois, segundo Cascudo (1968), cogitou-se na Assembléia Legislativa a alteração do topônimo para *Cidade de Mipibu* e a sua ascensão à condição de capital da Província. Nenhuma das duas propostas foi aprovada. Mas, no

referido contexto, a segunda proposição revela o considerável desenvolvimento atingido pelo Município.

O topônimo São José de Mipibu revela, ainda, a fusão “entre a religiosidade popular e a presença do famoso rio, que emerge da terra de maneira surpreendente” (MORAIS, 1998, p. 241). A freguesia, assim como a vila, também foi instalada em 1762. Mas a igreja matriz só foi concluída em 1880, sob o comando do Cônego Gregório Ferreira Lustosa.



Figura 38: Igreja Matriz de São José de Mipibu.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Do território de São José de Mipibu foram desmembrados, desde o século XIX, vários municípios. Dentre eles podemos citar: Santa Cruz, em 1876; Papari, posteriormente Nísia Floresta, fato ocorrido em 1852; Monte Alegre, desmembrado a partir de 1953 e Vera Cruz em 1963. Além desses desmembramentos São José de Mipibu cedeu, em 1877, trechos de suas terras para Macaíba e, em 1890, para Santo Antônio (CASCUDO, 1968).

O atual Município de São José de Mipibu dista apenas 40 quilômetros da capital do Estado. Sua economia está assentada na produção agrícola, em especial a sua histórica lavoura canavieira que, entremeada por períodos de crise, desde o século XIX proporciona expressivos rendimentos, e na pecuária. Foram exatamente os tempos áureos da produção açucareira, no contexto da exploração do trabalho escravo, que proporcionaram o

surgimento de uma expressiva elite econômica local (MONTEIRO, 2002). No século XX, o artesanato e o turismo despontam como novas alternativas econômicas. Para Moraes (1998, p. 242), “A cidade tem como principal ponto de atração turística, a famosa Fonte da Bica, situada em frondosa mata, que dá origem ao Rio Mipibu [...] tem ainda um folclore vivo, com a presença de *Bambelôs*, *João Redondo* e *Pastoril*, animando as principais festas da cidade”.



Figura 39: Cerâmica Leão do Norte.

Foto: Arquivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB.

Assim como outras cidades situadas no entorno da capital do Estado do Rio Grande do Norte, São José de Mipibu vem enfrentado, no século XXI, os desafios impostos pelo crescimento urbano à gestão pública. As discussões nesse sentido, apontaram para o planejamento integrado como condição imprescindível para o desenvolvimento sustentável dessas concentrações populacionais. Decorreu daí a Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, instituidora da Região Metropolitana de Natal que, inicialmente, contemplava a capital e mais cinco municípios. Posteriormente, com a Lei Complementar nº 221, de 2002, os municípios de São José de Mipibu e Nísia Floresta foram incorporados à Região Metropolitana de Natal.

3 DADOS BÁSICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

3.1 MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA
CEARÁ-MIRIM
EXTREMOZ
MACAÍBA
MONTE ALEGRE
NATAL
NÍSIA FLORESTA
PARNAMIRIM
SÃO GONÇALO DO AMARANTE
SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, 2005.

3.2 LIMITES

NORTE: Municípios de Maxaranguape e Pureza;
SUL: Municípios de Senador Georgino Avelino, Arês, Espírito Santo, Jundiá, Brejinho, Lagoa de Pedras e Lagoa Salgada;
LESTE: Oceano Atlântico;
OESTE: Municípios de Taipu, Ilmo Marinho, São Pedro, Bom Jesus, e Januário Cicco.

3.3 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ALTITUDE DOS MUNICÍPIOS E DISTÂNCIA RODOVIÁRIA DA CAPITAL ÀS SEDES MUNICIPAIS

MUNICÍPIOS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		ALTITUDE DAS SEDES DOS MUNICÍPIOS (m)	DISTÂNCIA RODOVIÁRIA DA CAPITAL ÀS SEDES MUNICIPAIS (km)
	LATITUDE (S)	LONGITUDE (W)		
CEARÁ-MIRIM	5° 38' 04"	35° 25' 32"	33	28
EXTREMOZ	5° 42' 20"	35° 18' 26"	41	16
MACAÍBA	5° 51' 30"	35° 21' 14"	11	14
MONTE ALEGRE	6° 04' 04"	35° 19' 56"	52	34
NATAL	5° 47' 42"	35° 12' 34"	30	-
NÍSIA FLORESTA	6° 05' 28"	35° 12' 31"	20	35
PARNAMIRIM	5° 54' 56"	35° 15' 46"	53	12
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	5° 47' 36"	35° 19' 46"	15	11
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	6° 04' 29"	35° 14' 16"	58	31

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA – Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2004.

Mapa 01 - Municípios do Rio Grande do Norte



OCEANO ATLÂNTICO

CEARÁ



LEGENDA

- OESTE POTIGUAR
- CENTRAL POTIGUAR
- AGRESTE POTIGUAR
- LESTE POTIGUAR

PARAÍBA

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2004.

Mapa 02 - Posição geográfica dos Municípios da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte

OCEANO ATLÂNTICO



C E A R Á

LEGENDA

- MUNICÍPIOS
- REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

P A R A Í B A

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2005.

Mapa 03 - Municípios da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, 2005.

3.4 ÁREA, DOMICÍLIOS OCUPADOS, POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

MUNICÍPIOS	ÁREA (km²)	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	POPULAÇÃO RESIDENTE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/km²)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - 1991 A 2000 (%)	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA (%)
CEARÁ-MIRIM	739,69	13.339	62.424	84,39	2,00	71,00
EXTREMOZ	125,67	4.577	19.572	155,74	3,10	66,60
MACAÍBA	512,49	13.106	54.883	107,09	2,70	66,20
MONTE ALEGRE	199,52	4.339	18.874	94,60	1,94	76,50
NATAL	170,30	177.783	712.317	4.182,72	1,80	51,00
NÍSIA FLORESTA	306,05	4.359	19.040	62,21	3,60	68,30
PARNAMIRIM	120,20	31.790	124.690	1.037,35	7,90	54,90
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	251,31	16.588	69.435	276,29	4,90	64,00
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	293,88	8.085	34.912	118,80	2,40	70,70
TOTAL DA RMN	2.719,11	273.966	1.116.147	410,48	2,62	55,40

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

NOTA: Razão de dependência = $\frac{(\text{Pop}0-14 + \text{Pop}65+)}{\text{Pop}15-64} \times 100$

Mapa 04 - Domicílios particulares permanentes por área geográfica



LEGENDA

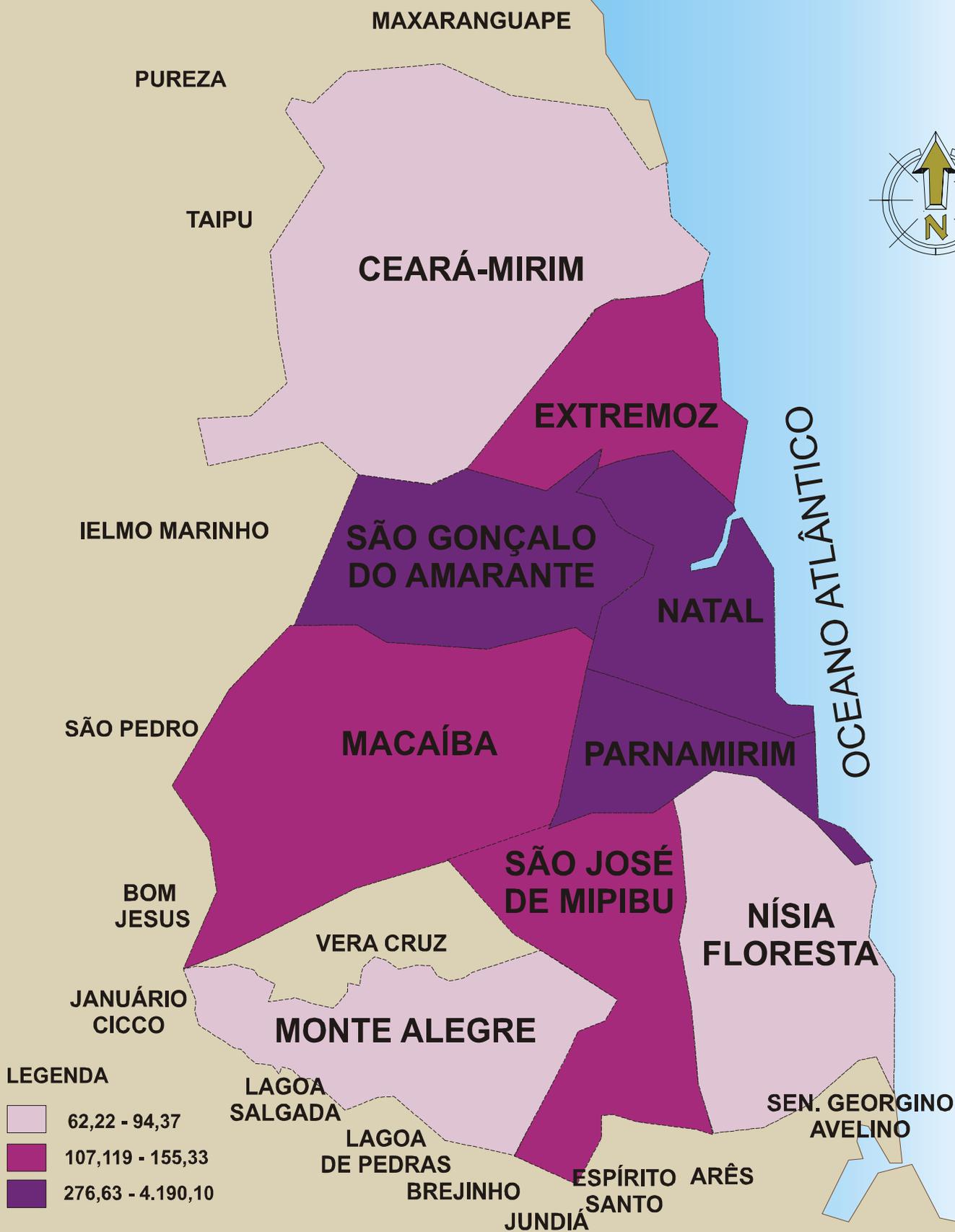
- 4.339 - 4.577
- 8.085
- 13.106 - 13.339
- 16.588
- 31.790
- 177.783

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.

Mapa 05 - População residente por área geográfica



Mapa 06 - Densidade demográfica por área geográfica



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.

Mapa 07 - Taxa de crescimento anual por área geográfica



OCEANO ATLÂNTICO

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.

3.5 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1991-2005)

MUNICÍPIOS	1991	1996	2000	2001	2002	2003	ESTIMATIVAS PARA 2005
CEARÁ-MIRIM	52.157	57.983	62.424	63.476	64.584	65.587	68.856
EXTREMOZ	14.941	17.814	19.572	20.106	20.546	20.999	22.473
MACAÍBA	43.450	46.655	54.883	56.207	57.289	58.405	62.046
MONTE ALEGRE	15.871	16.303	18.874	19.239	19.506	19.799	20.755
NATAL	606.887	656.037	712.317	722.144	734.505	744.794	778.040
NÍSIA FLORESTA	13.934	15.817	19.040	19.613	20.114	20.613	22.239
PARNAMIRIM	63.312	86.177	124.690	132.237	137.604	143.598	163.144
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	45.461	56.825	69.435	72.274	74.479	76.820	84.788
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	28.151	31.917	34.912	35.734	36.335	36.995	39.148
TOTAL DA RMN	884.164	985.528	1.116.147	1.141.030	1.164.962	1.187.610	1.261.489

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1991; 1996; 2000-2005.

3.6 MUNICÍPIOS INSTALADOS, POR LEI DE CRIAÇÃO E DESMEMBRAMENTO

MUNICÍPIOS	LEI DE CRIAÇÃO		DESMEMBRADO DE
	NÚMERO	DATA	
CEARÁ-MIRIM	837	09/06/1882	NATAL
EXTREMOZ	2.876	04/04/1963	CEARÁ-MIRIM
MACAÍBA	801	27/10/1877	SÃO GONÇALO (EXTINTO)
MONTE ALEGRE	929	25/11/1953	SÃO JOSÉ DE MIPIBU
NATAL	-	25/12/1599	-
NÍSIA FLORESTA	242	18/02/1852	SÃO JOSÉ DE MIPIBU
PARNAMIRIM	2.325	17/12/1958	NATAL
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.323	11/12/1958	MACAÍBA
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	ALVARÁ	03/05/1758	-

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA – Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2004.

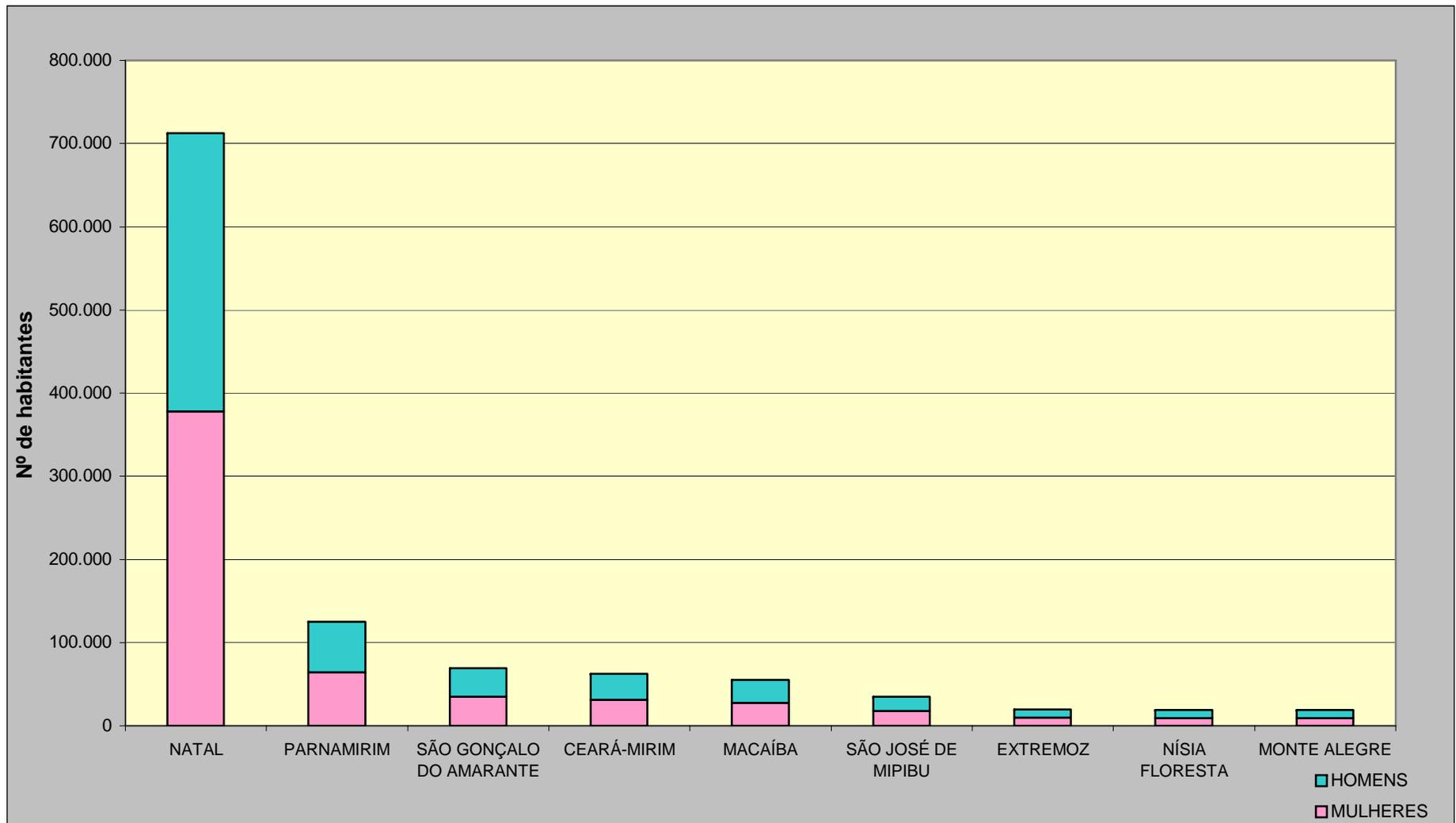
4 DEMOGRAFIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

4.1 POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE								
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO					
				URBANA			RURAL		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ-MIRIM	62.424	31.156	31.268	30.839	14.859	15.980	31.585	16.297	15.288
EXTREMOZ	19.572	9.651	9.921	13.418	6.538	6.880	6.154	3.113	3.041
MACAÍBA	54.883	27.300	27.583	36.041	17.641	18.400	18.842	9.659	9.183
MONTE ALEGRE	18.874	9.584	9.290	7.555	3.748	3.807	11.319	5.836	5.483
NATAL	712.317	334.355	377.962	712.317	334.355	377.962	00	-	-
NÍSIA FLORESTA	19.040	9.721	9.319	8.638	4.297	4.341	10.402	5.424	4.978
PARNAMIRIM	124.690	60.533	64.157	109.139	52.608	56.531	15.551	7.925	7.626
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	69.435	34.229	35.206	9.798	4.841	4.957	59.637	29.388	30.249
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	34.912	17.348	17.564	15.602	7.424	8.178	19.310	9.924	9.386
TOTAL DA RMN	1.116.147	533.877	582.270	943.347	446.311	497.036	172.800	87.566	85.234

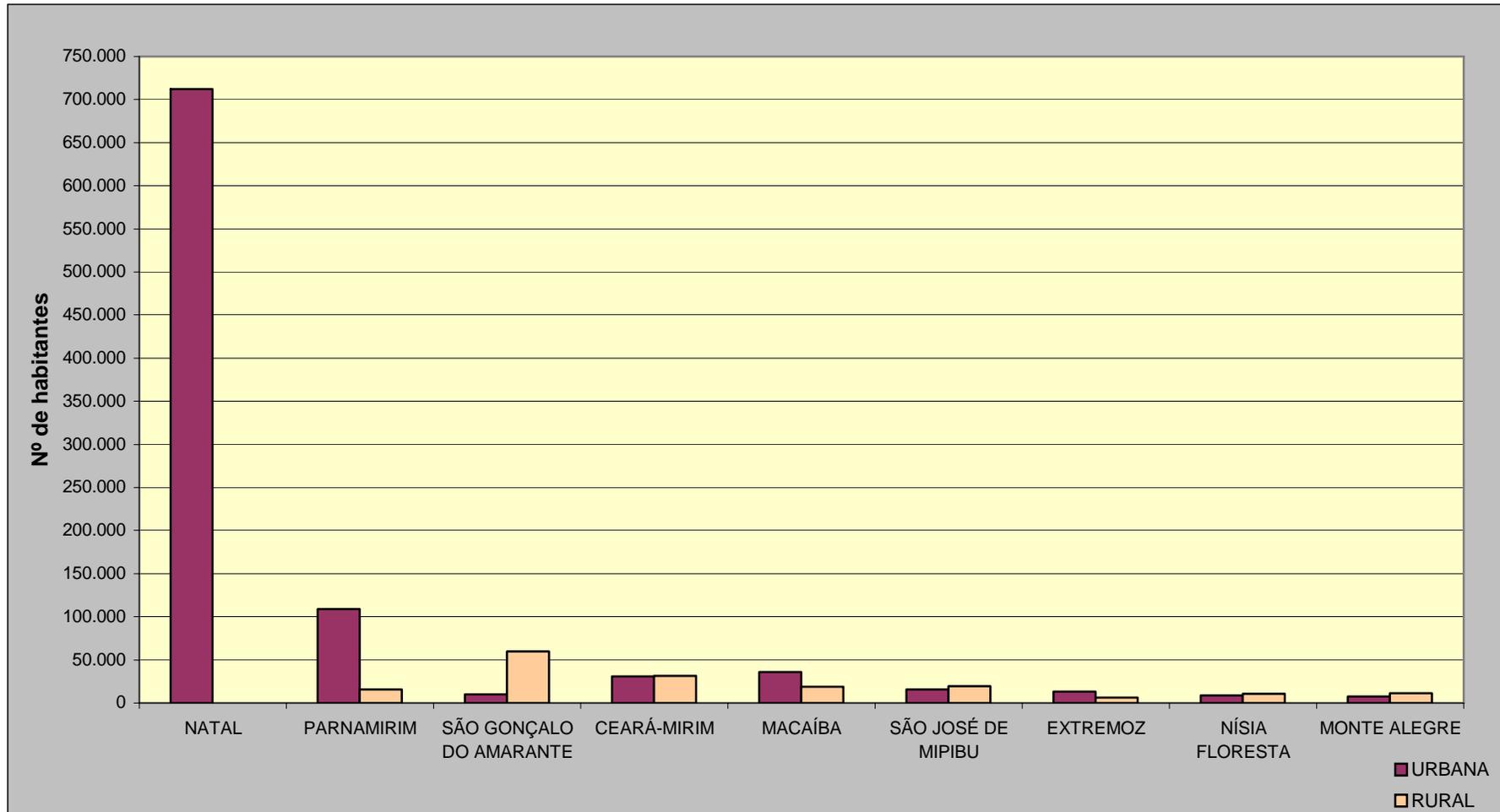
Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 01 – População residente por sexo nos municípios da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 02 – População residente por situação de domicílio nos municípios da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

4.2 POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE NAS REGIÕES URBANAS E RURAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE								TOTAL
	GRUPOS DE IDADE								
	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 +	
CEARÁ-MIRIM	7.389	7.277	14.564	10.860	7.947	5.029	4.076	5.282	62.424
URBANA	3.373	3.290	6.882	5.552	4.219	2.750	2.067	2.706	30.839
RURAL	4.016	3.987	7.682	5.308	3.728	2.279	2.009	2.576	31.585
EXTREMOZ	2.374	2.239	4.368	3.527	2.846	1.613	1.189	1.416	19.572
URBANA	1.630	1.552	2.929	2.449	2.073	1.125	794	866	13.418
RURAL	744	687	1.439	1.078	773	488	395	550	6.154
MACAÍBA	5.942	6.192	12.116	9.862	7.791	4.641	3.542	4.797	54.883
URBANA	3.784	3.929	7.823	6.592	5.394	3.189	2.336	2.994	36.041
RURAL	2.158	2.263	4.293	3.270	2.397	1.452	1.206	1.803	18.842
MONTE ALEGRE	2.266	2.312	4.273	3.117	2.374	1.502	1.198	1.832	18.874
URBANA	935	950	1.628	1.263	1.024	608	411	736	7.555
RURAL	1.331	1.362	2.645	1.854	1.350	894	787	1.096	11.319
NATAL	64.017	65.115	151.014	130.687	113.271	80.633	51.311	56.269	712.317
URBANA	64.017	65.115	151.014	130.687	113.271	80.633	51.311	56.269	712.317
RURAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NÍSIA FLORESTA	2.309	2.274	4.072	3.393	2.688	1.554	1.258	1.492	19.040
URBANA	982	1.035	1.805	1.509	1.281	734	591	701	8.638
RURAL	1.327	1.239	2.267	1.884	1.407	820	667	791	10.402
PARNAMIRIM	13.370	13.081	26.321	23.759	21.908	12.673	6.924	6.654	124.690
URBANA	11.262	11.154	22.968	20.789	19.508	11.378	6.167	5.913	109.139
RURAL	2.108	1.927	3.353	2.970	2.400	1.295	757	741	15.551
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	8.309	7.859	15.173	13.152	10.396	6.094	4.084	4.368	69.435
URBANA	1.047	1.060	2.133	1.847	1.384	844	681	802	9.798
RURAL	7.262	6.799	13.040	11.305	9.012	5.250	3.403	3.566	59.637
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4.175	4.100	7.893	5.882	4.609	2.897	2.343	3.013	34.912
URBANA	1.673	1.719	3.411	2.741	2.129	1.407	1.084	1.438	15.602
RURAL	2.502	2.381	4.482	3.141	2.480	1.490	1.259	1.575	19.310
TOTAL URBANA	88.703	89.804	200.593	173.429	150.283	102.668	65.442	72.425	943.347
TOTAL RURAL	21.448	20.645	39.201	30.810	23.547	13.968	10.483	12.698	172.800
TOTAL DA RMN	110.151	110.449	239.794	204.239	173.830	116.636	75.925	85.123	1.116.147

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

4.3 POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE E SEXO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE																	TOTAL
	GRUPOS DE IDADE																	
	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 +	
CEARÁ-MIRIM	7.389	7.277	7.470	7.094	6.112	4.748	4.282	3.665	2.790	2.239	2.230	1.846	1.495	1.132	937	775	943	62.424
HOMENS	3.713	3.767	3.805	3.644	3.137	2.392	2.092	1.786	1.355	1.090	1.058	881	670	506	453	379	428	31.156
MULHERES	3.676	3.510	3.665	3.450	2.975	2.356	2.190	1.879	1.435	1.149	1.172	965	825	626	484	396	515	31.268
EXTREMOZ	2.374	2.239	2.242	2.126	1.884	1.643	1.567	1.279	931	682	686	503	448	330	244	190	204	19.572
HOMENS	1.182	1.075	1.113	1.043	941	802	804	621	456	345	335	241	216	160	118	96	103	9.651
MULHERES	1.192	1.164	1.129	1.083	943	841	763	658	475	337	351	262	232	170	126	94	101	9.921
MACAÍBA	5.942	6.192	6.288	5.828	5.312	4.550	4.218	3.573	2.558	2.083	1.931	1.611	1.355	1.035	863	708	836	54.883
HOMENS	3.013	3.119	3.169	2.921	2.680	2.279	2.146	1.784	1.247	992	936	745	641	463	401	353	411	27.300
MULHERES	2.929	3.073	3.119	2.907	2.632	2.271	2.072	1.789	1.311	1.091	995	866	714	572	462	355	425	27.583
MONTE ALEGRE	2.266	2.312	2.290	1.983	1.666	1.451	1.273	1.101	842	660	634	564	517	422	317	278	298	18.874
HOMENS	1.182	1.176	1.188	1.003	883	762	632	576	409	332	306	244	242	205	156	140	148	9.584
MULHERES	1.084	1.136	1.102	980	783	689	641	525	433	328	328	320	275	217	161	138	150	9.290
NATAL	64.017	65.115	72.195	78.819	71.434	59.253	57.996	55.275	45.079	35.554	30.272	21.039	17.140	12.340	10.657	7.874	8.258	712.317
HOMENS	32.632	33.017	35.753	38.181	34.128	27.388	26.905	25.229	20.429	15.934	13.376	9.137	7.030	4.976	4.077	3.160	3.003	334.355
MULHERES	31.385	32.098	36.442	40.638	37.306	31.865	31.091	30.046	24.650	19.620	16.896	11.902	10.110	7.364	6.580	4.714	5.255	377.962
NÍSIA FLORESTA	2.309	2.274	2.119	1.953	1.784	1.609	1.458	1.230	857	697	713	545	465	340	273	202	212	19.040
HOMENS	1.147	1.164	1.129	992	908	851	774	653	428	337	343	274	245	150	125	109	92	9.721
MULHERES	1.162	1.110	990	961	876	758	684	577	429	360	370	271	220	190	148	93	120	9.319
PARNAMIRIM	13.370	13.081	13.267	13.054	12.104	11.655	11.657	10.251	7.427	5.246	4.163	2.761	2.201	1.473	1.202	811	967	124.690
HOMENS	6.855	6.634	6.802	6.305	5.636	5.413	5.546	4.940	3.659	2.523	1.982	1.294	1.004	638	531	363	408	60.533
MULHERES	6.515	6.447	6.465	6.749	6.468	6.242	6.111	5.311	3.768	2.723	2.181	1.467	1.197	835	671	448	559	64.157
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	8.309	7.859	7.824	7.349	6.956	6.196	5.660	4.736	3.520	2.574	2.304	1.780	1.261	947	801	672	687	69.435
HOMENS	4.236	3.989	3.937	3.659	3.362	3.047	2.765	2.351	1.708	1.245	1.067	854	551	426	373	343	316	34.229
MULHERES	4.073	3.870	3.887	3.690	3.594	3.149	2.895	2.385	1.812	1.329	1.237	926	710	521	428	329	371	35.206
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4.175	4.100	4.031	3.862	3.142	2.740	2.491	2.118	1.600	1.297	1.267	1.076	858	636	540	434	545	34.912
HOMENS	2.112	2.059	2.077	1.908	1.572	1.394	1.216	1.049	817	615	606	494	395	293	252	228	261	17.348
MULHERES	2.063	2.041	1.954	1.954	1.570	1.346	1.275	1.069	783	682	661	582	463	343	288	206	284	17.564
TOTAL HOMENS	56.072	56.000	58.973	59.656	53.247	44.328	42.880	38.989	30.508	23.413	20.009	14.164	10.994	7.817	6.486	5.171	5.170	533.877
TOTAL MULHERES	54.079	54.449	58.753	62.412	57.147	49.517	47.722	44.239	35.096	27.619	24.191	17.561	14.746	10.838	9.348	6.773	7.780	582.270
TOTAL DA RMN	110.151	110.449	117.726	122.068	110.394	93.845	90.602	83.228	65.604	51.032	44.200	31.725	25.740	18.655	15.834	11.944	12.950	1.116.147

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 03 – Pirâmide etária da Região Metropolitana de Natal

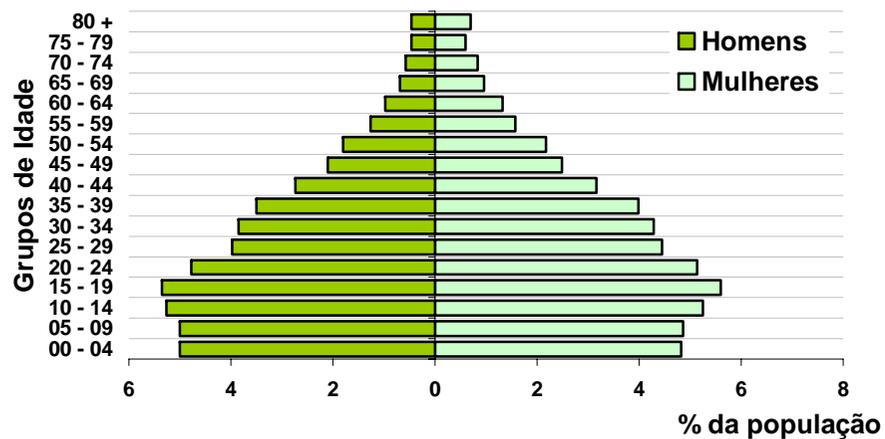


Gráfico 04 – Pirâmide etária de Ceará-Mirim

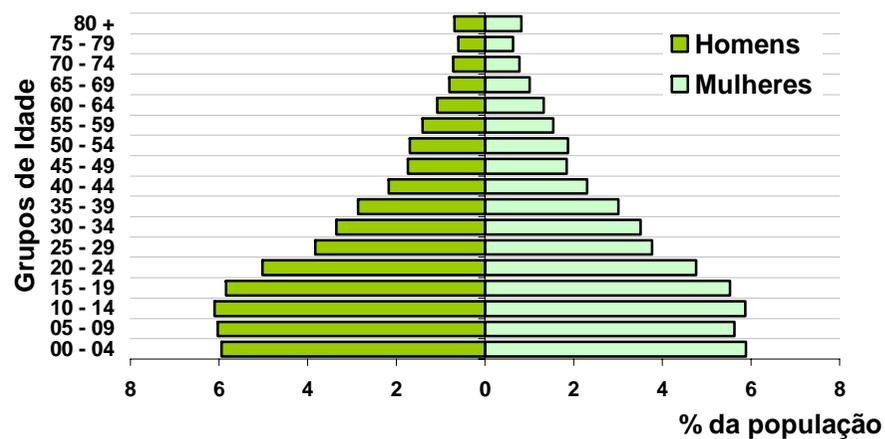


Gráfico 05 – Pirâmide etária de Extremoz

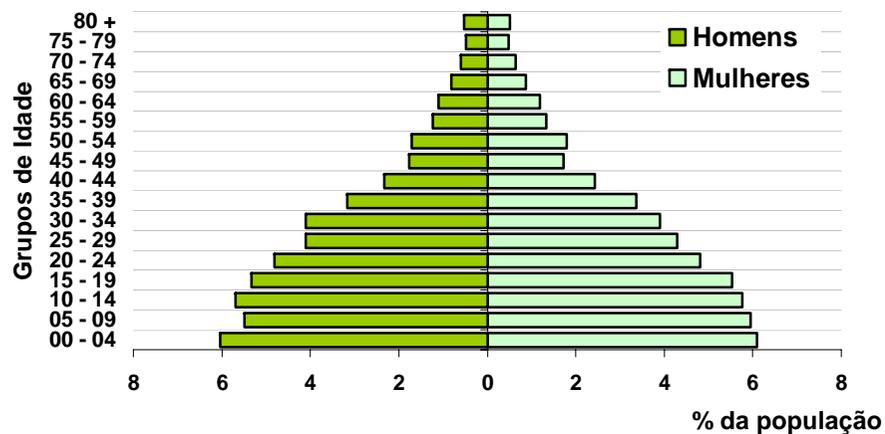
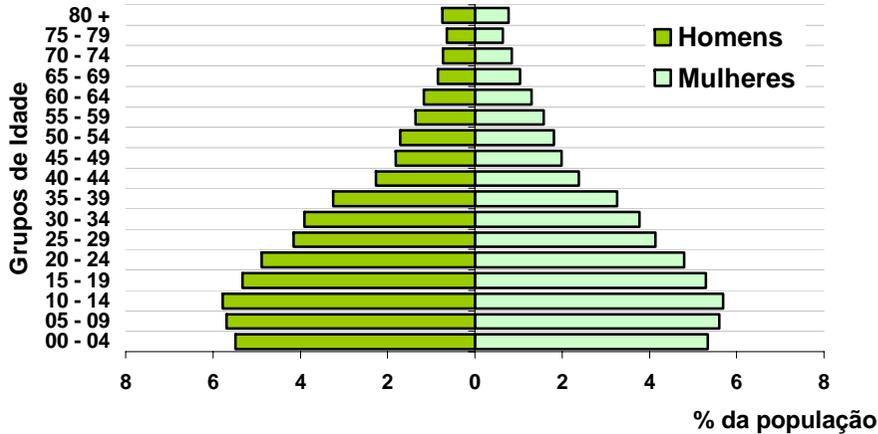


Gráfico 06 – Pirâmide etária de Macaíba



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 07 – Pirâmide etária de Monte Alegre

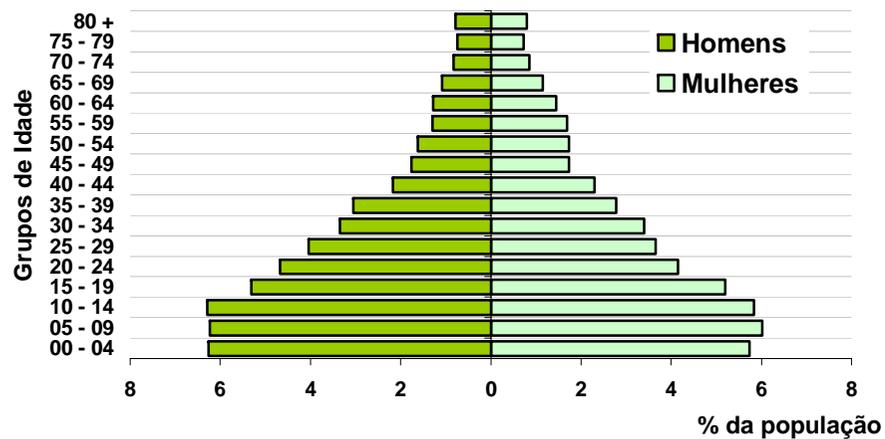


Gráfico 08 – Pirâmide etária de Natal

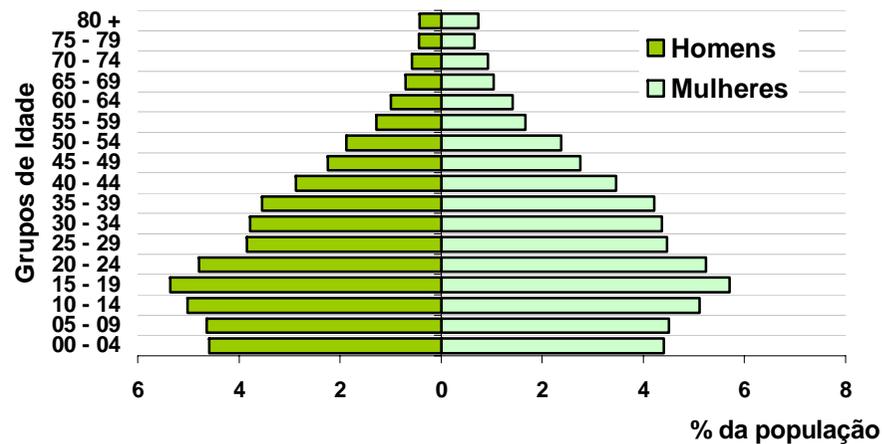


Gráfico 09 – Pirâmide etária de Nísia Floresta

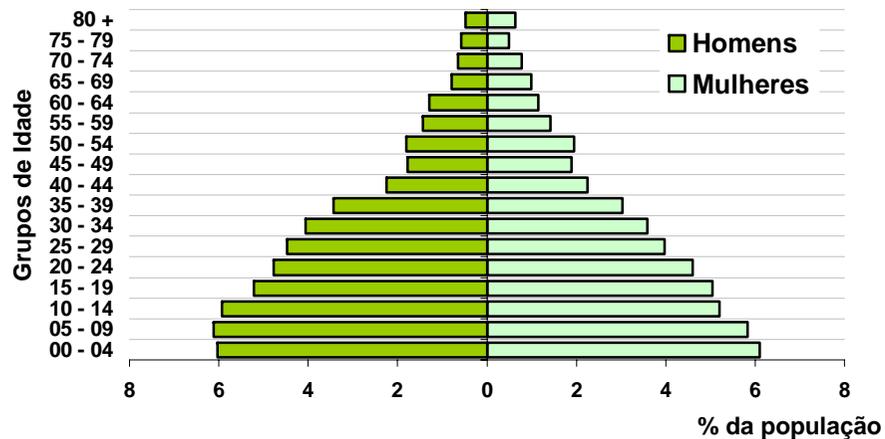
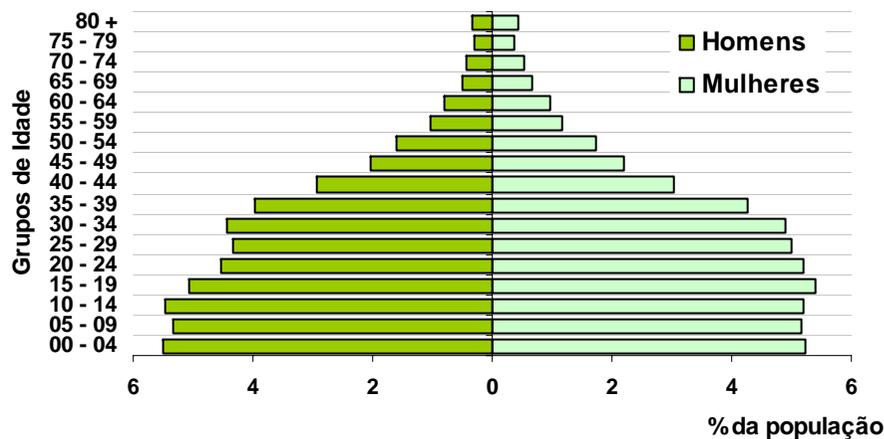


Gráfico 10 – Pirâmide etária de Parnamirim



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 11 – Pirâmide etária de São Gonçalo do Amarante

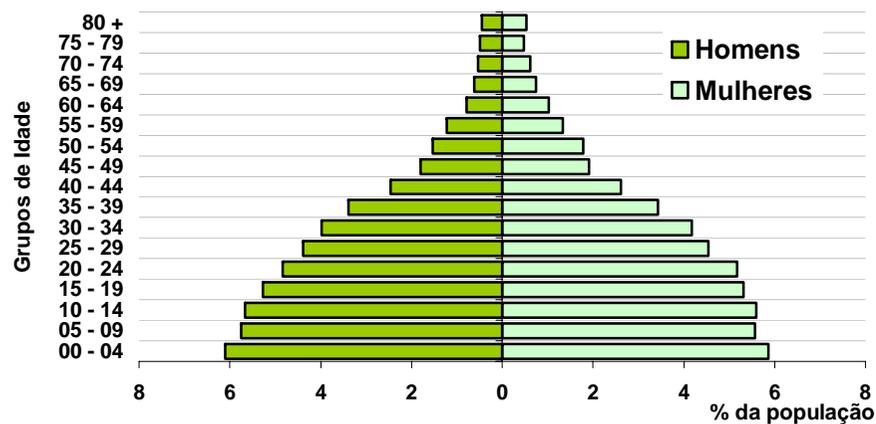
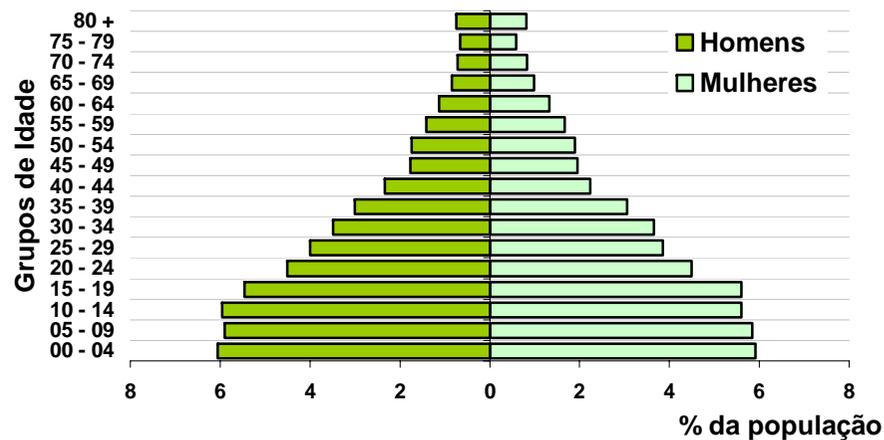


Gráfico 12 – Pirâmide etária de São José de Mipibu



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

4.4 POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESPÉCIE DE DOMICÍLIO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE							TOTAL	
	ESPÉCIE DO DOMICÍLIO								
	UNID. DE HAB. EM DOMICÍLIO COLETIVO	DOMICÍLIO PARTICULAR					IMPROVISADO		TOTAL
		PERMANENTE							
	CASA	APARTAMENTO	CÔMODO*	TOTAL					
CEARÁ-MIRIM	78	60.975	34	193	61.202	1.144	62.346	62.424	
EXTREMOZ	57	19.062	72	135	19.269	246	19.515	19.572	
MACAIBA	138	54.182	64	119	54.365	380	54.745	54.883	
MONTE ALEGRE	12	18.721	6	92	18.819	43	18.862	18.874	
NATAL	1.895	660.136	45.434	3.026	708.596	1.826	710.422	712.317	
NÍSIA FLORESTA	238	18.278	24	54	18.356	446	18.802	19.040	
PARNAMIRIM	262	114.611	9.003	429	124.043	385	124.428	124.690	
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	36	67.841	700	620	69.161	238	69.399	69.435	
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	38	34.480	16	172	34.668	206	34.874	34.912	
TOTAL DA RMN	2.754	1.048.286	55.353	4.840	1.108.479	4.914	1.113.393	1.116.147	

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

* “Quando composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc.” (IBGE, 2001, p.21).

Gráfico 13 - População residente por espécie de domicílio na Região Metropolitana de Natal

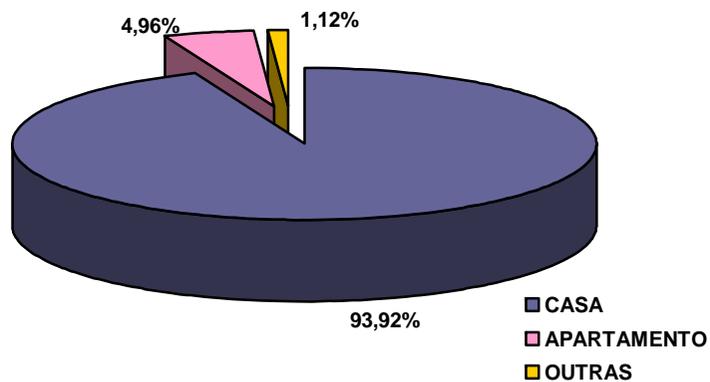


Gráfico 14 - População residente por espécie de domicílio em Ceará-Mirim

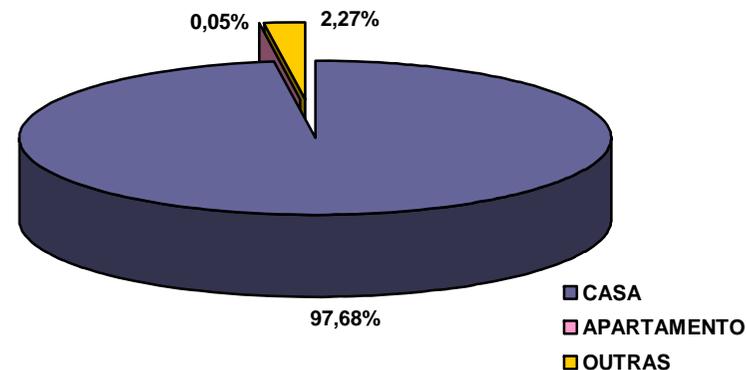


Gráfico 15 - População residente por espécie de domicílio em Extremoz

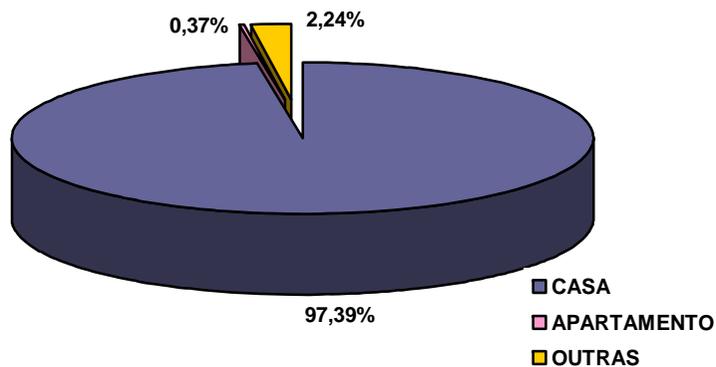
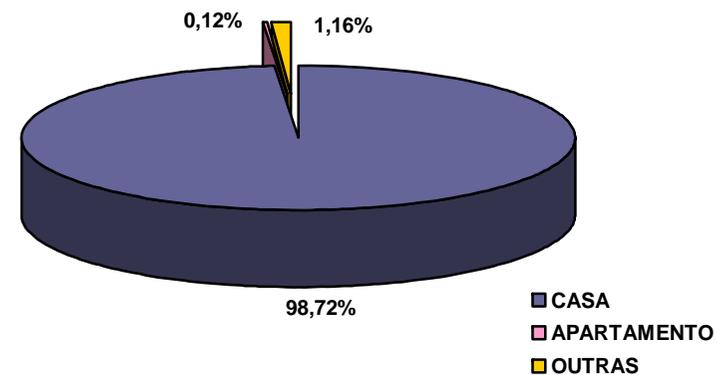


Gráfico 16 - População residente por espécie de domicílio em Macaíba



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 17 - População residente por espécie de domicílio em Monte Alegre

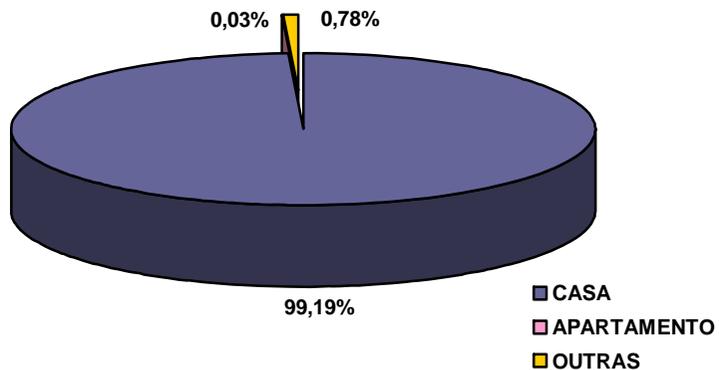


Gráfico 18 - População residente por espécie de domicílio em Natal

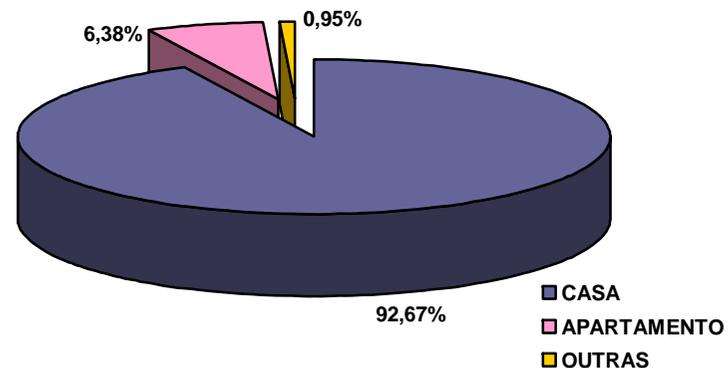


Gráfico 19 - População residente por espécie de domicílio em Nísia Floresta

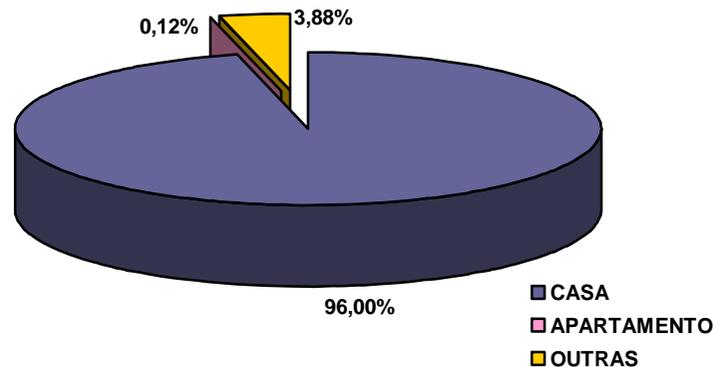
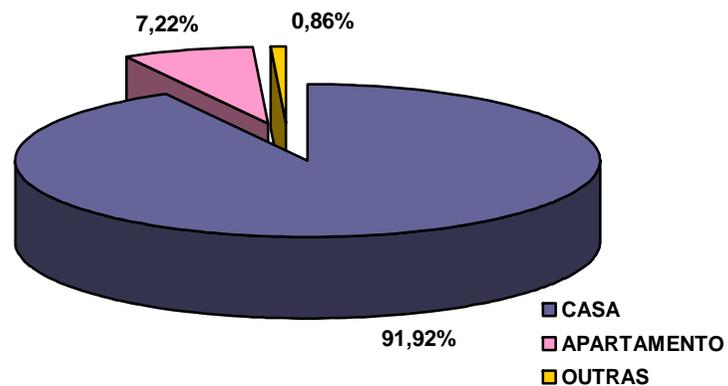
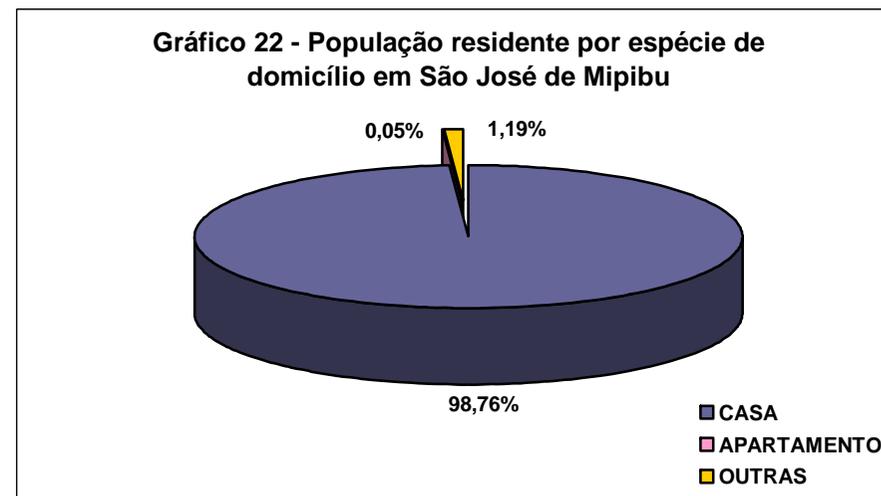
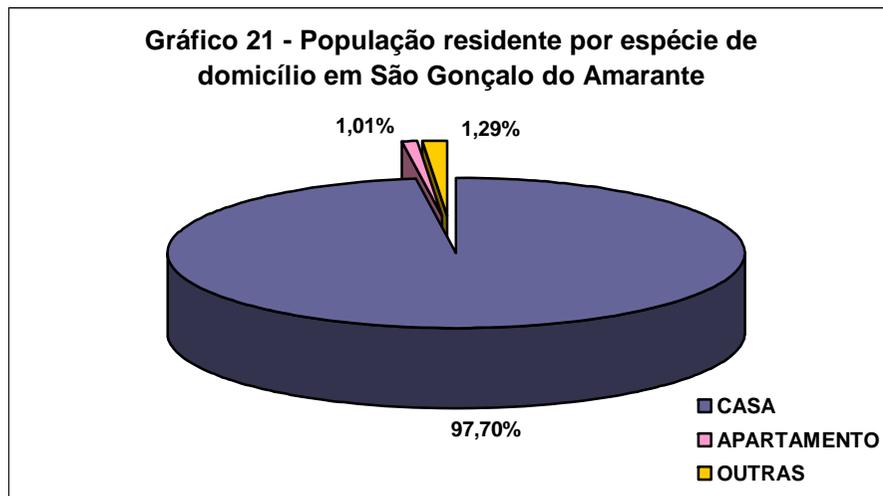


Gráfico 20 - População residente por espécie de domicílio em Parnamirim



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

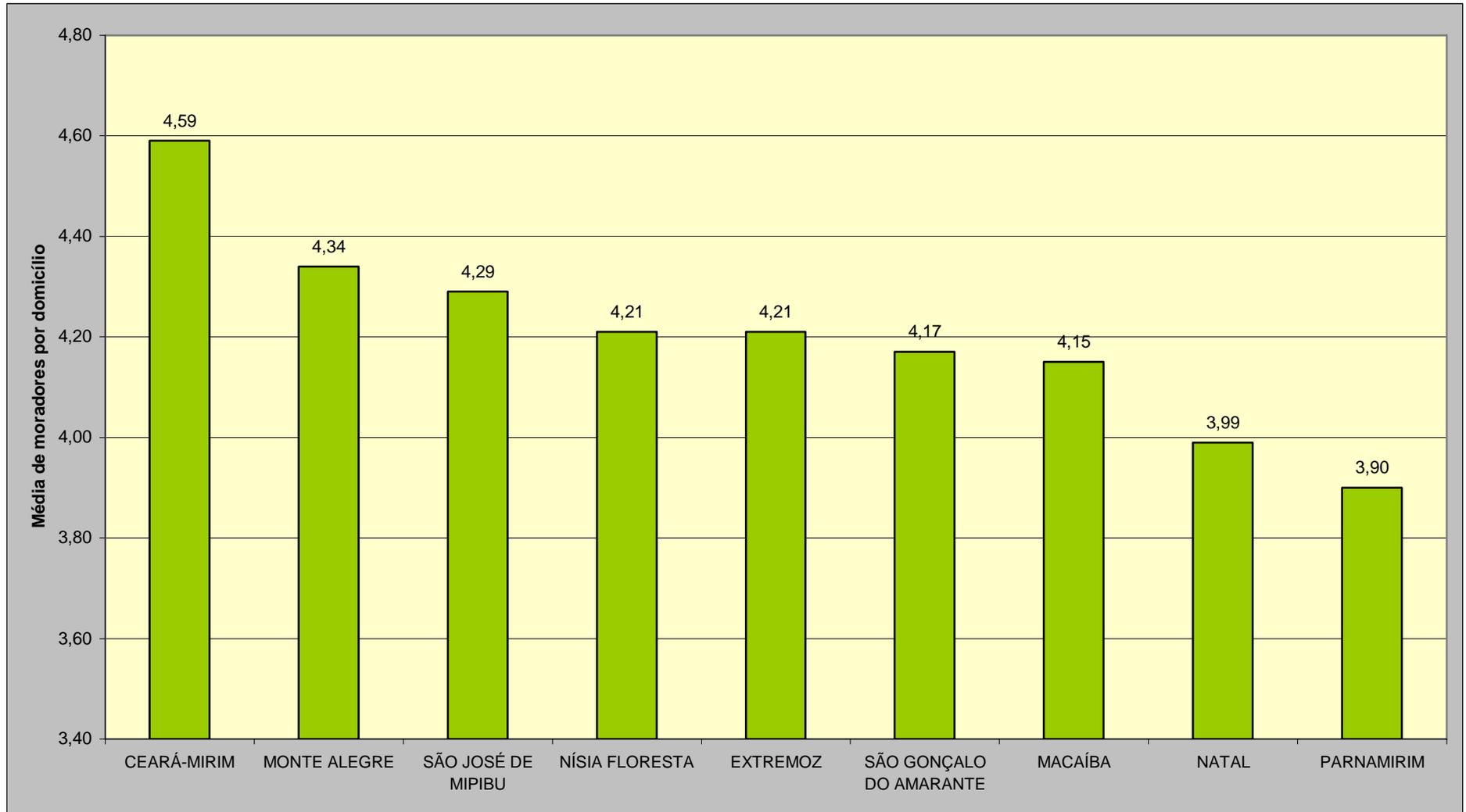
4.5

MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIOS		
	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		TOTAL
	URBANA	RURAL		URBANA	RURAL		URBANA	RURAL	
CEARÁ-MIRIM	6.919	6.420	13.339	30.663	30.539	61.202	4,43	4,76	4,59
EXTREMOZ	3.178	1.399	4.577	13.141	6.128	19.269	4,13	4,38	4,21
MACAÍBA	8.703	4.403	13.106	35.871	18.494	54.365	4,12	4,20	4,15
MONTE ALEGRE	1.746	2.593	4.339	7.543	11.276	18.819	4,32	4,35	4,34
NATAL	177.783	-	177.783	708.596	-	708.596	3,99	-	3,99
NÍSIA FLORESTA	2.051	2.308	4.359	8.402	9.954	18.356	4,10	4,31	4,21
PARNAMIRIM	28.087	3.703	31.790	108.778	15.265	124.043	3,87	4,12	3,90
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.289	14.299	16.588	9.754	59.407	69.161	4,26	4,15	4,17
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	3.703	4.382	8.085	15.549	19.119	34.668	4,20	4,36	4,29
TOTAL DA RMN	234.459	39.507	273.966	938.297	170.182	1.108.479	4,00	4,31	4,05

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 23 – Média de moradores por domicílios particulares permanentes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

5 INFRA-ESTRUTURA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

5.1 SANEAMENTO BÁSICO

5.1.1 Forma de abastecimento de água

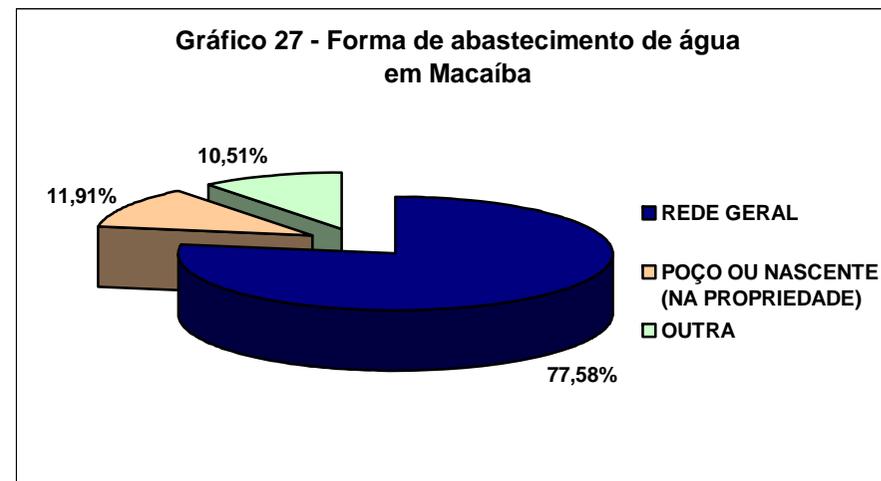
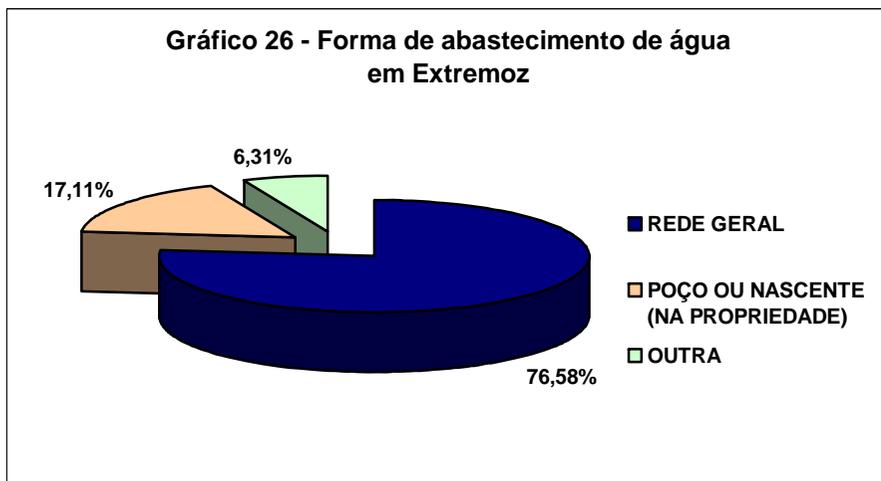
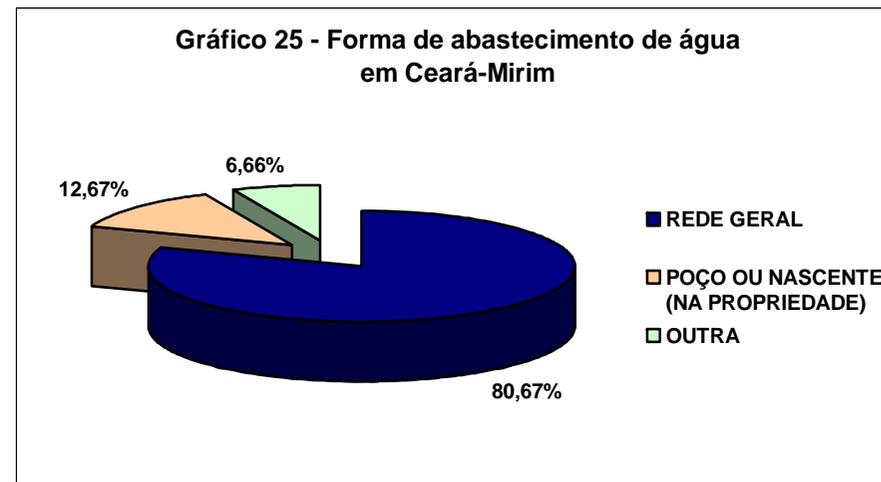
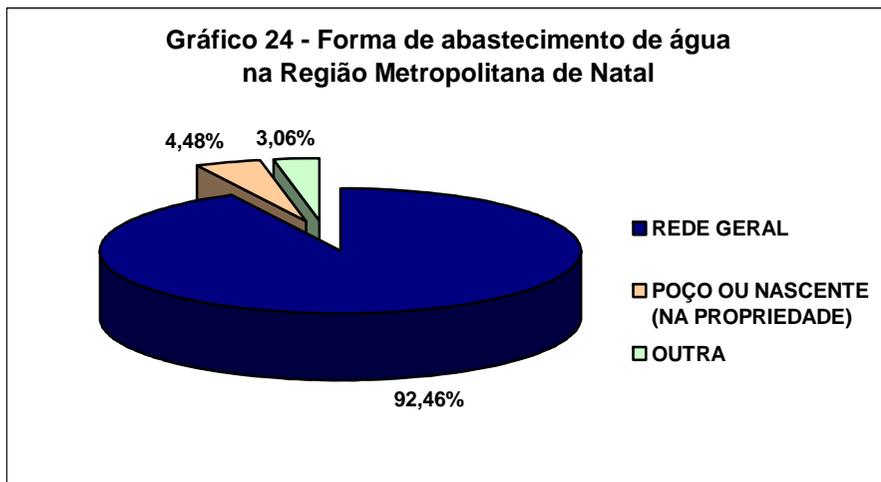
REGIÃO METROPOLITANA	DOMÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES											
	FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA											TOTAL
	REDE GERAL			POÇO OU NASCENTE (NA PROPRIEDADE)				OUTRA				
	CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO	CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO	TOTAL	CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO	CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO	NÃO CANALIZADA	TOTAL	CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO	CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO	NÃO CANALIZADA	TOTAL	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	7.401	3.360	10.761	356	262	1.072	1.690	38	53	797	888	13.339
EXTREMOZ	2.813	692	3.505	442	77	264	783	16	3	270	289	4.577
MACAÍBA	6.923	3.244	10.167	601	135	825	1.561	36	63	1.279	1.378	13.106
MONTE ALEGRE	1.708	875	2.583	141	110	551	802	32	138	784	954	4.339
NATAL	165.164	7.651	172.815	1.297	133	968	2.398	565	262	1.743	2.570	177.783
NÍSIA FLORESTA	2.055	874	2.929	791	90	205	1.086	92	36	216	344	4.359
PARNAMIRIM	27.821	2.650	30.471	914	36	82	1.032	42	35	210	287	31.790
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	11.498	2.336	13.834	832	291	606	1.729	34	58	933	1.025	16.588
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4.393	1.861	6.254	490	151	554	1.195	16	42	578	636	8.085
TOTAL DA RMN	229.776	23.543	253.319	5.864	1.285	5.127	12.276	871	690	6.810	8.371	273.966

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

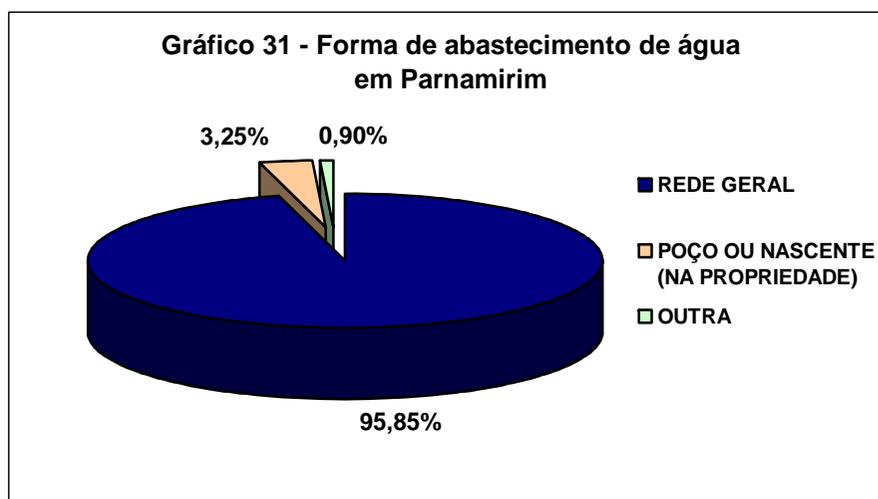
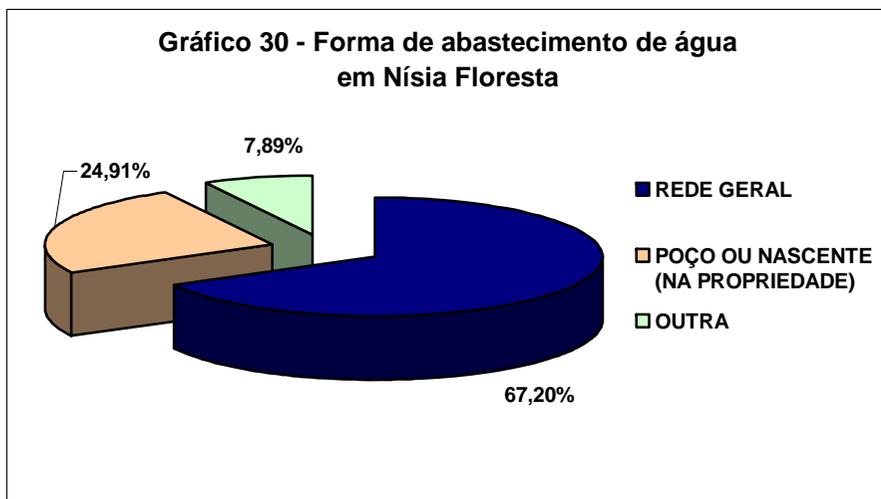
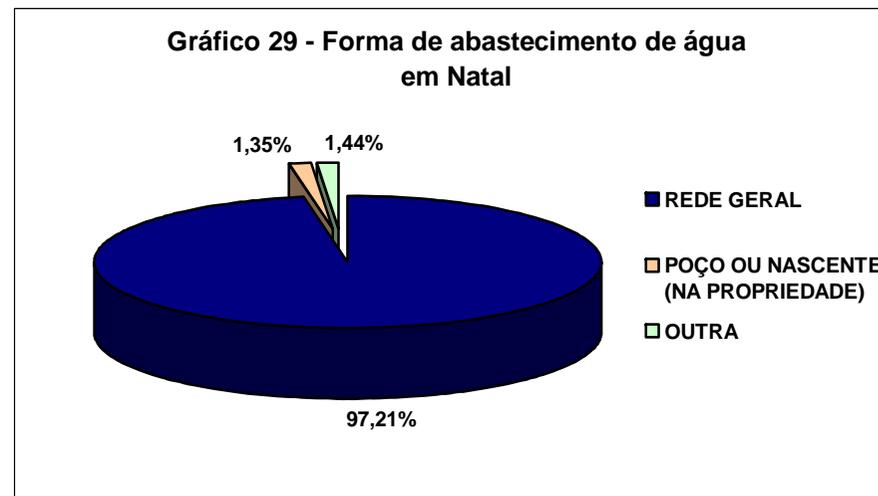
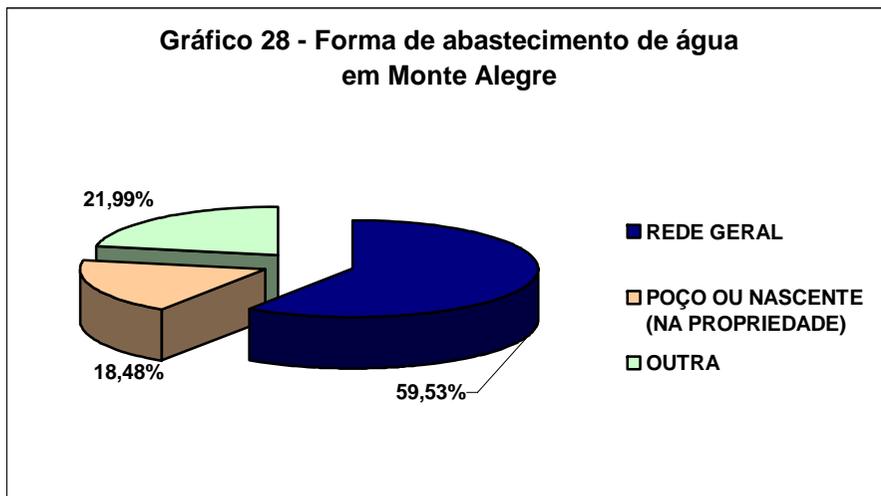
Mapa 08 - Domicílios ligados à rede geral por área geográfica



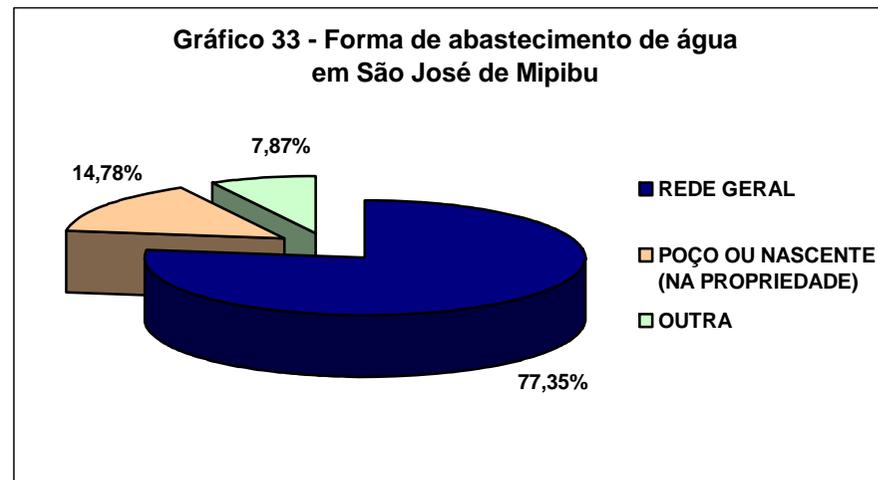
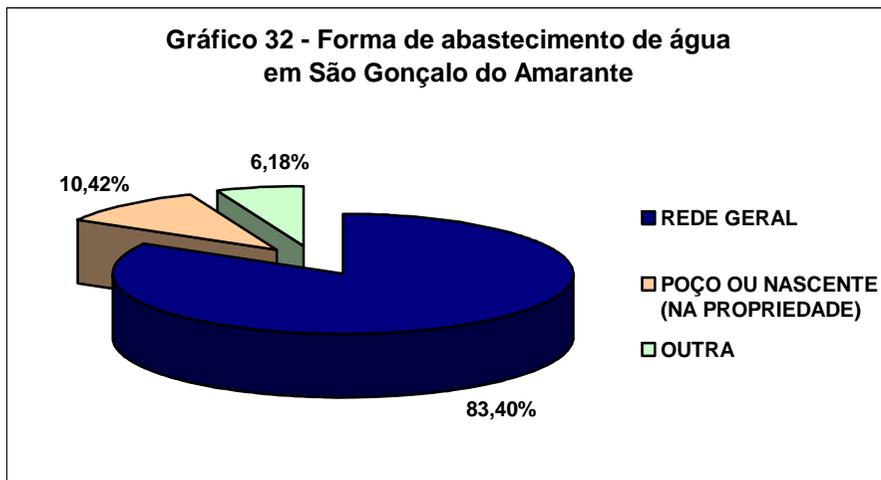
Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

5.1.2 Número de economias ativas de águas e esgotos, segundo o tipo de uso, da Região Metropolitana de Natal

REGIÃO METROPOLITANA	ECONOMIAS ATIVAS				
	CLASSES DE CONSUMIDOR				TOTAL
	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	
CEARÁ-MIRIM	10.299	163	8	125	10.595
EXTREMOZ	6.259	148	2	74	6.483
MACAÍBA	9.588	153	19	141	9.901
MONTE ALEGRE	2.372	29	3	42	2.446
NATAL	181.155	12.858	1.046	3.846	198.905
NÍSIA FLORESTA	2.728	18	2	74	2.822
PARNAMIRIM	33.917	998	226	275	35.416
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	13.585	60	-	237	13.882
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	3.881	80	10	74	4.045
TOTAL	263.784	14.507	1.316	4.888	284.495

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA – Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2004.

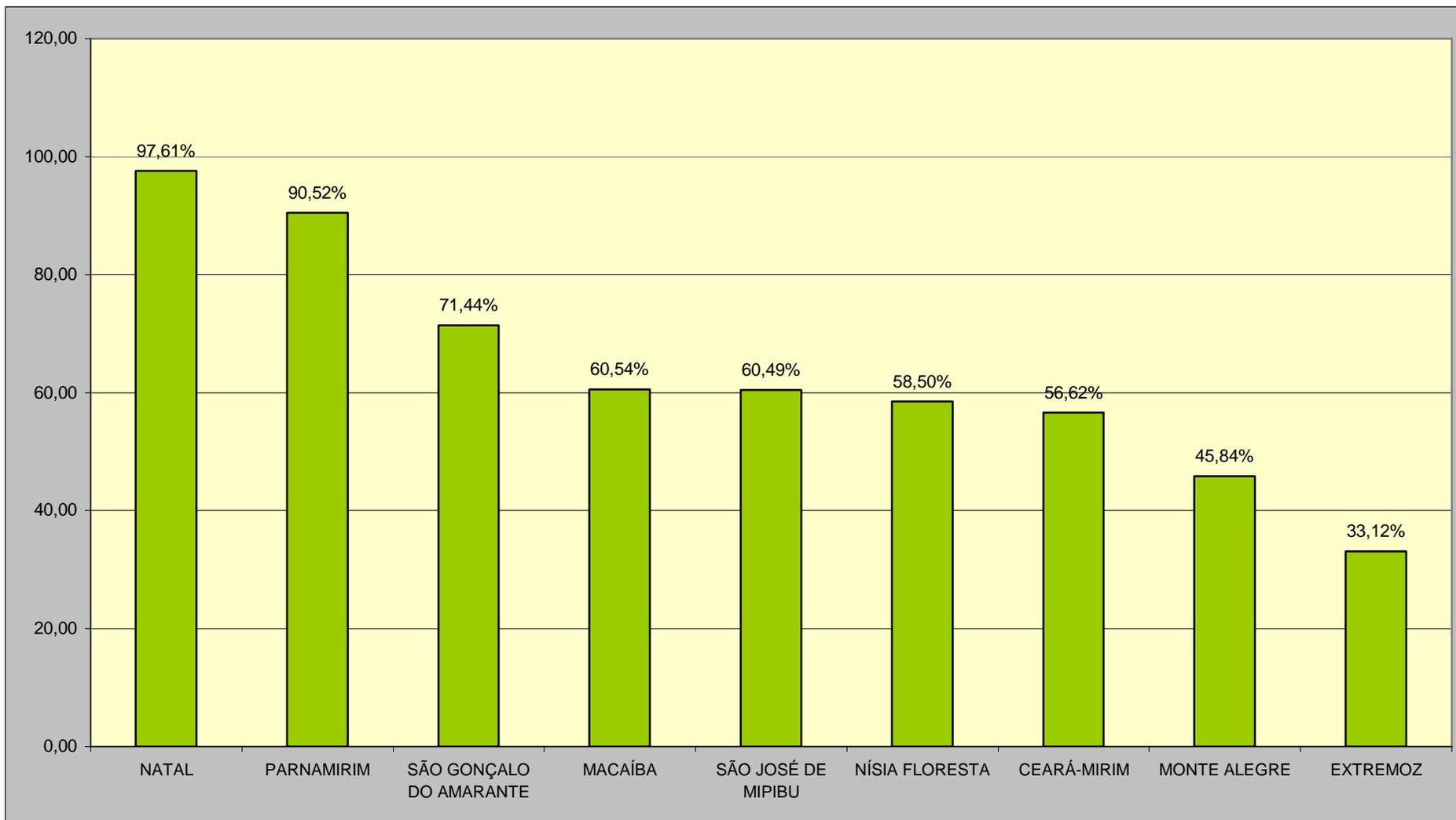
5.1.3 Limpeza pública

5.1.3.1 Destino do lixo

REGIÃO METROPOLITANA	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES								TOTAL
	COLETADO			DESTINO DO LIXO					
	POR SERVIÇO DE LIMPEZA	EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA	TOTAL	QUEIMADO (NA PROPRIEDADE)	ENTERRADO (NA PROPRIEDADE)	JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO	JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR	OUTRO DESTINO	
CEARÁ-MIRIM	7.454	99	7.553	3.910	700	1.150	7	19	13.339
EXTREMOZ	1.322	194	1.516	1.419	611	994	6	31	4.577
MACAÍBA	7.609	326	7.935	3.651	659	772	31	58	13.106
MONTE ALEGRE	1.966	23	1.989	1.458	396	474	14	8	4.339
NATAL	165.334	8.203	173.537	858	462	2.236	612	78	177.783
NÍSIA FLORESTA	2.444	106	2.550	1.147	372	253	3	34	4.359
PARNAMIRIM	27.874	902	28.776	1.038	267	1.596	4	109	31.790
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	10.938	913	11.851	2.491	378	1.817	29	22	16.588
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	4.869	22	4.891	2.298	453	408	2	33	8.085
TOTAL RMN	229.810	10.788	240.598	18.270	4.298	9.700	708	392	273.966

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 34 – Percentual de lixo coletado nos municípios da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Mapa 09 - Domicílios atendidos com coleta de lixo por área geográfica



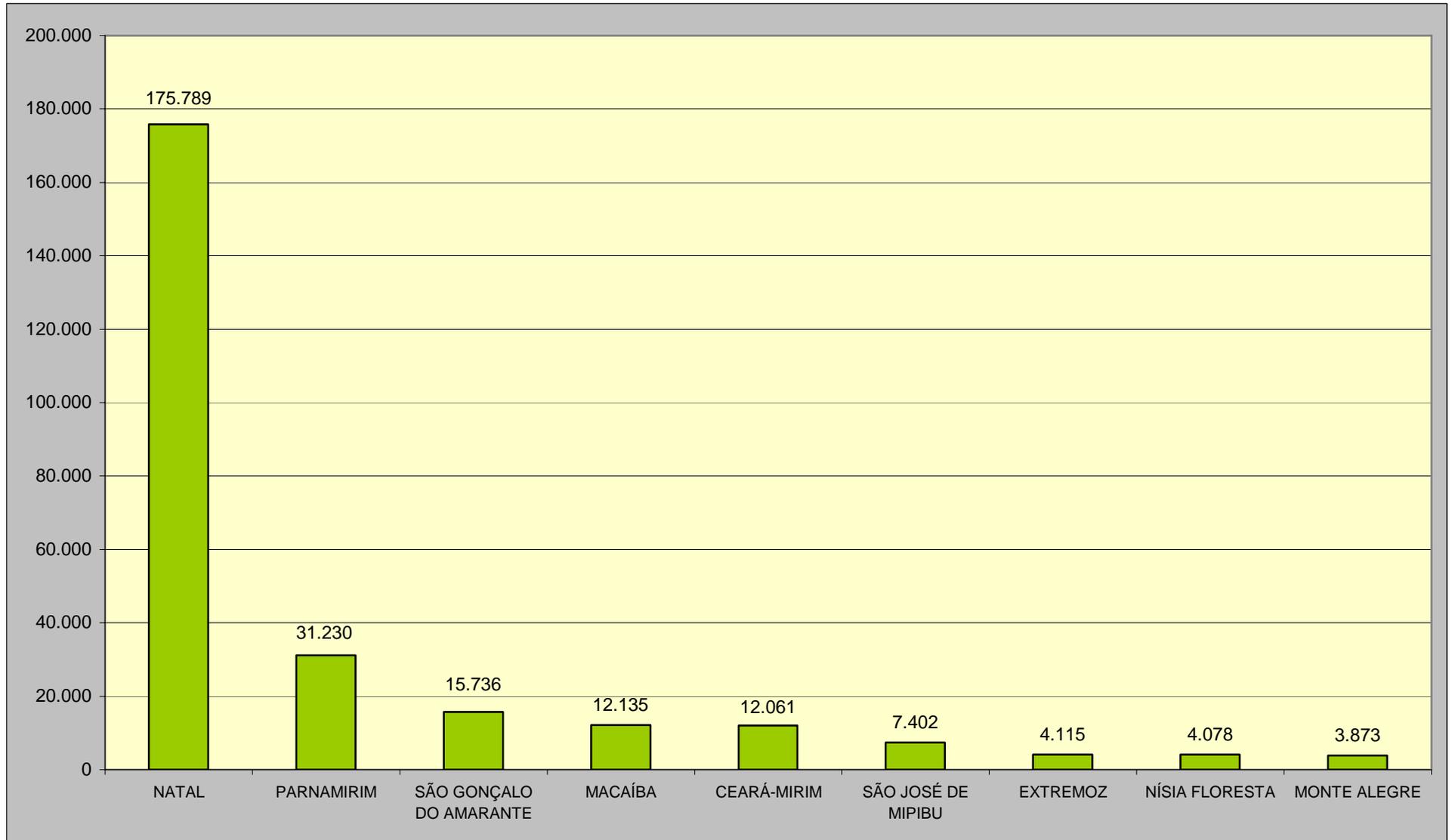
Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.

5.1.3.2 Esgotamento sanitário

REGIÃO METROPOLITANA	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES								
	TINHAM BANHEIRO OU SANITÁRIO							SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO	TOTAL
	TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO						TOTAL		
REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL	FOSSA SÉPTICA	FOSSA RUDIMENTAR	VALA	RIO, LAGO OU MAR	OUTRO ESCOADOURO	TOTAL			
CEARA-MIRIM	2.798	868	8.196	108	4	87	12.061	1.278	13.339
EXTREMOZ	11	2.443	1.614	12	1	34	4.115	462	4.577
MACAIBA	458	1.170	10.170	229	27	81	12.135	971	13.106
MONTE ALEGRE	248	62	3.519	30	1	13	3.873	466	4.339
NATAL	45.261	82.534	45.146	733	1.836	279	175.789	1.994	177.783
NÍSIA FLORESTA	17	643	3.286	109	10	13	4.078	281	4.359
PARNAMIRIM	300	22.674	8.092	65	-	99	31.230	560	31.790
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3.464	4.298	7.762	43	131	38	15.736	852	16.588
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	63	170	7.041	54	-	74	7.402	683	8.085
TOTAL DA RMN	52.620	114.862	94.826	1.383	2.010	718	266.419	7.547	273.966

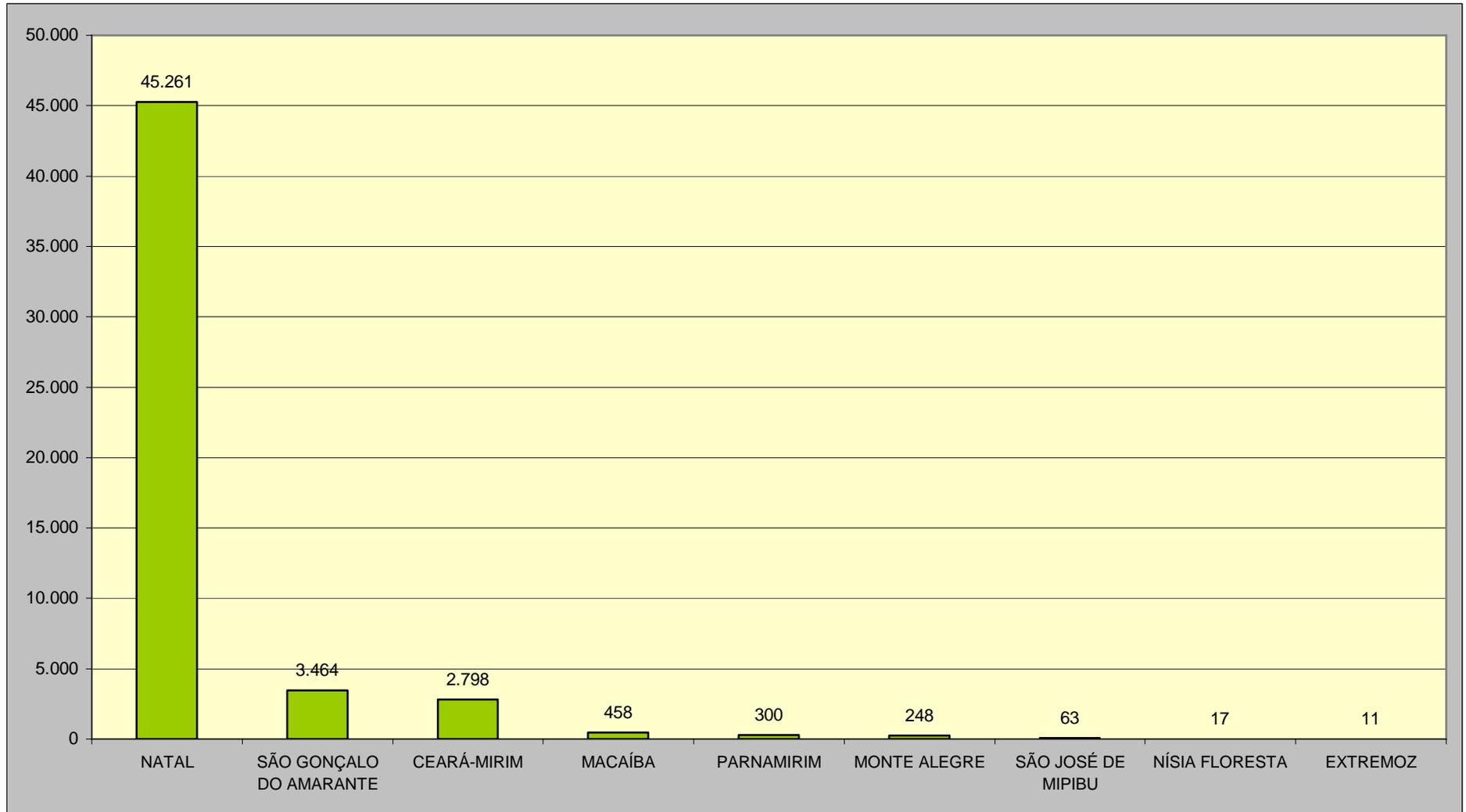
Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 35 – Esgotamento dos domicílios com banheiro ou sanitário



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 36 – Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000

Mapa 10 - Domicílios ligados à rede geral de esgoto ou com fossa por área geográfica



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.

5.2 REDE ELÉTRICA – CONSUMIDORES POR TIPO DE USO

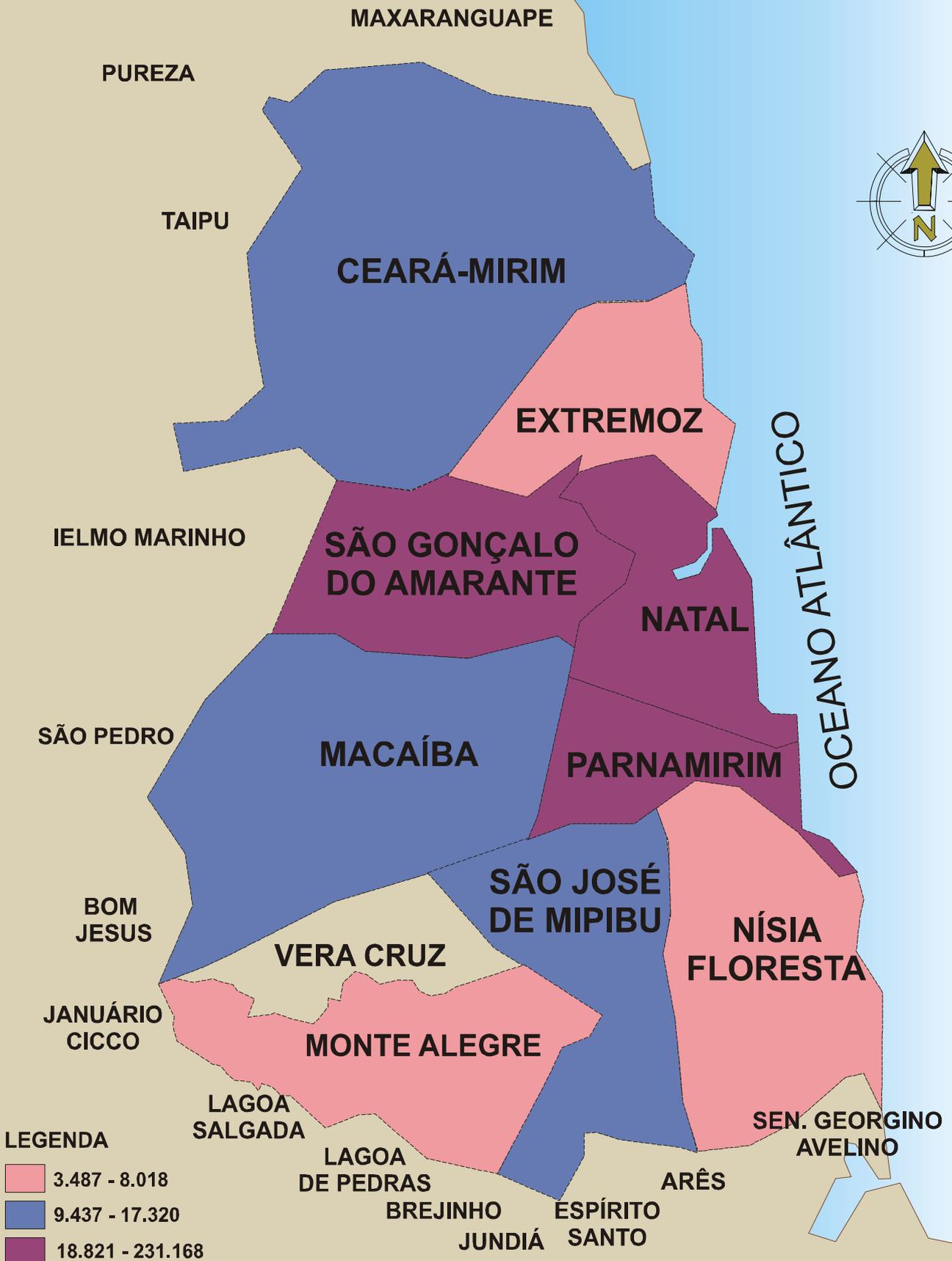
REGIÃO METROPOLITANA	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO*	OUTROS**	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	13.280	686	44	168	1.730	15.908
EXTREMOZ	6.178	389	27	104	275	6.973
MACAÍBA	14.867	895	99	147	1.312	17.320
MONTE ALEGRE	3.013	129	10	71	264	3.487
NATAL	205.431	22.054	1.212	1.360	1.111	231.168
NÍSIA FLORESTA	7.177	333	23	92	393	8.018
PARNAMIRIM	47.429	3.022	281	289	437	51.458
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	16.495	740	64	220	1.302	18.821
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	7.952	511	42	81	851	9.437
TOTAL	321.822	28.759	1.802	2.532	7.675	362.590

FONTE: Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, 2005.

* Poder público e serviço público

**Consumo próprio, rural e iluminação pública.

Mapa 11 - Rede elétrica - número de consumidores por área geográfica



LEGENDA

- 3.487 - 8.018
- 9.437 - 17.320
- 18.821 - 231.168

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com bases dados da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, 2006.

5.3 TELEFONIA POR TIPO DE USO

REGIÃO METROPOLITANA	RESIDENCIAL	COMERCIAL	PÚBLICO	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	1.800	250	210	2.260
EXTREMOZ	480	30	65	575
MACAÍBA	2.000	300	240	2.540
MONTE ALEGRE	500	60	45	605
NATAL	139.000	34.000	650	173.650
NÍSIA FLORESTA	280	40	35	355
PARNAMIRIM	12.600	1.900	900	15.400
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	420	90	70	580
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	1.050	200	110	1.360
TOTAL DA RMN	158.130	36.870	2.325	197.325

Fonte: TELEMAR Norte Leste S/A, 2006.

Mapa 12 - Telefonia - número de consumidores por área geográfica



LEGENDA

	355 - 580
	605 - 2.260
	2.540 - 173.650

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com basenos dados da TELEMAR Norte Leste S/A, 2006.

6 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

6.1 RENDIMENTO MENSAL

REGIÃO METROPOLITANA	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL* (SALÁRIO MÍNIMO)	RENDIMENTO NOMINAL MEDIANO MENSAL** (SALÁRIO MÍNIMO)
CEARÁ-MIRIM	2,21	1,00
EXTREMOZ	2,75	1,32
MACAÍBA	2,09	1,01
MONTE ALEGRE	1,75	1,00
NATAL	6,09	2,52
NÍSIA FLORESTA	2,45	1,06
PARNAMIRIM	4,92	2,52
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2,28	1,32
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	2,22	1,00
TOTAL DA RMN	2,97	1,42

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

* Equivale à soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes dos responsáveis pelos domicílios, dividida pelo número destes.

** Equivale ao número central de um determinado conjunto de números.

Mapa 13 - Rendimento nominal médio mensal por área geográfica



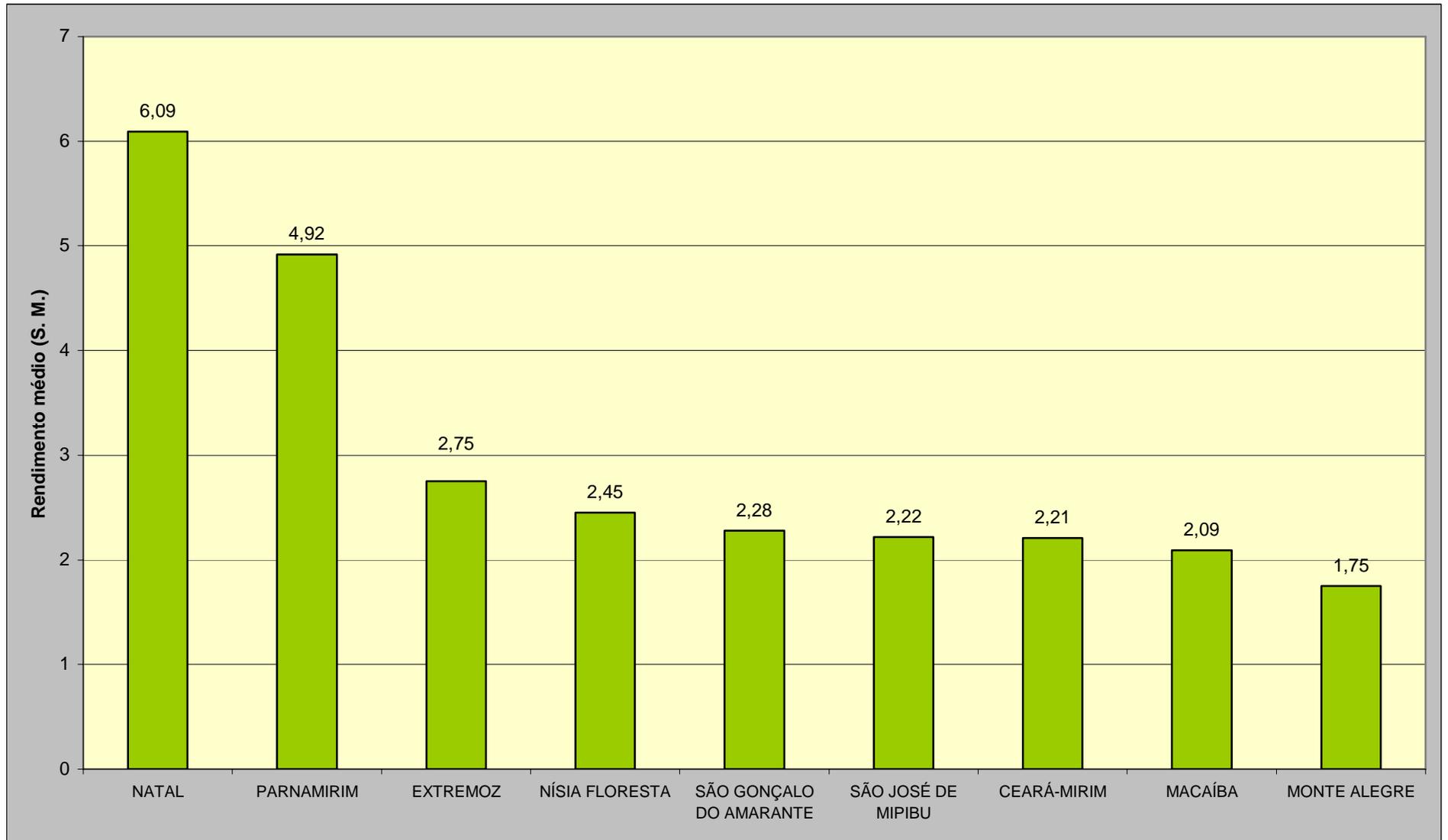
Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006. 98

6.2 RELACIONAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL MUNICIPAL / REGIONAL

REGIÃO METROPOLITANA	RENDIMENTO MÉDIO		CLASSIFICAÇÃO POR RENDA DOS MUNICÍPIOS
	R\$	S.M.	
CEARÁ-MIRIM	333,48	2,21	7º
EXTREMOZ	415,80	2,75	3º
MACAIBA	316,19	2,09	8º
MONTE ALEGRE	264,06	1,75	9º
NATAL	919,10	6,09	1º
NÍSIA FLORESTA	370,14	2,45	4º
PARNAMIRIM	742,79	4,92	2º
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	343,92	2,28	5º
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	335,89	2,22	6º
MÉDIA DA RMN	449,04	2,97	-

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 37 – Rendimento médio mensal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

6.3

MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CLASSE DE RENDIMENTO

REGIÃO METROPOLITANA	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	MAIS DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	SEM RENDIMENTO	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	25.856	15.617	3.243	2.466	803	285	12.932	61.202
EXTREMOZ	7.448	6.140	1.843	1.377	518	116	1.827	19.269
MACAÍBA	22.082	16.427	3.530	2.182	726	139	9.279	54.365
MONTE ALEGRE	8.761	4.396	820	428	164	52	4.198	18.819
NATAL	144.923	225.293	85.448	93.236	57.571	37.373	64.752	708.596
NÍSIA FLORESTA	8.205	5.952	1.429	833	335	165	1.437	18.356
PARNAMIRIM	26.392	39.841	15.442	18.826	9.828	2.779	10.935	124.043
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	23.070	25.388	6.125	3.310	875	199	10.194	69.161
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	13.977	10.009	2.055	1.576	509	154	6.388	34.668
TOTAL DA RMN	280.714	349.063	119.935	124.234	71.329	41.262	121.942	1.108.479

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 38 - Moradores em domicílios da Região Metropolitana de Natal por classe de rendimento

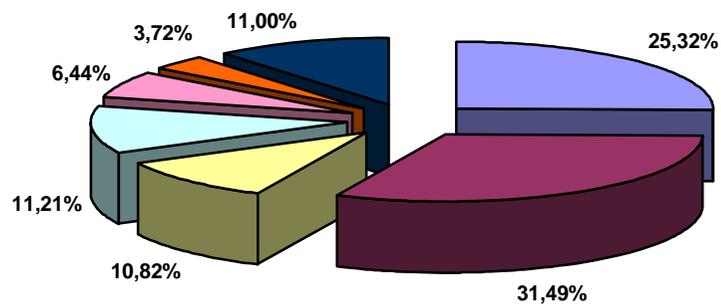


Gráfico 39 - Moradores em domicílios de Ceará-Mirim por classe de rendimento

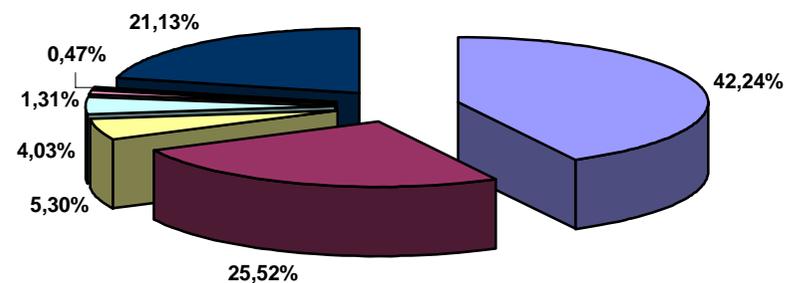


Gráfico 40 - Moradores em domicílios de Extremoz por classe de rendimento

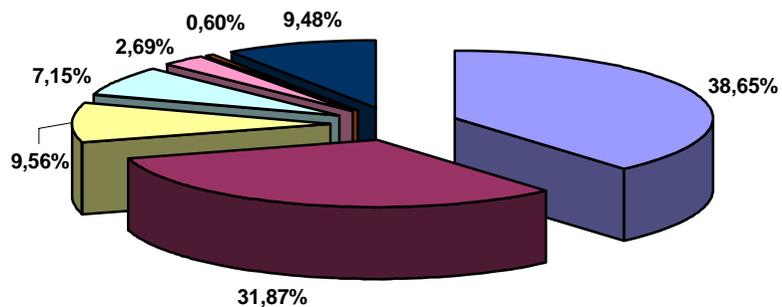
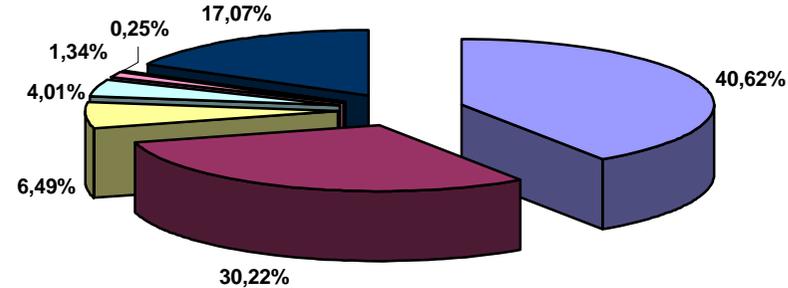


Gráfico 41 - Moradores em domicílios de Macaíba por classe de rendimento



■ ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO
 ■ MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ SEM RENDIMENTO
■ MAIS DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 42 - Moradores em domicílios de Monte Alegre por classe de rendimento

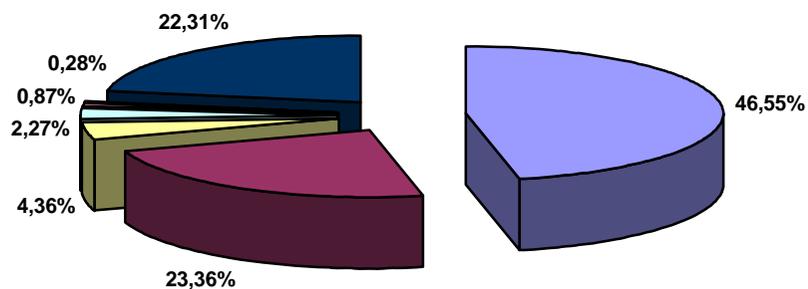


Gráfico 43 - Moradores em domicílios de Natal por classe de rendimento

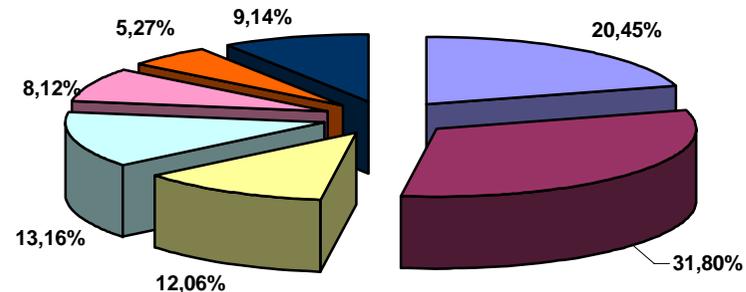


Gráfico 44 - Moradores em domicílios de Nísia Floresta por classe de rendimento

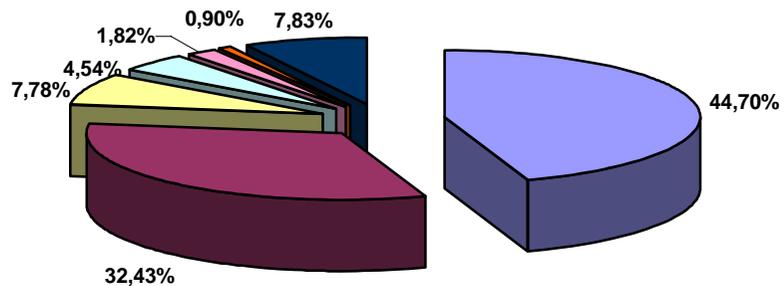
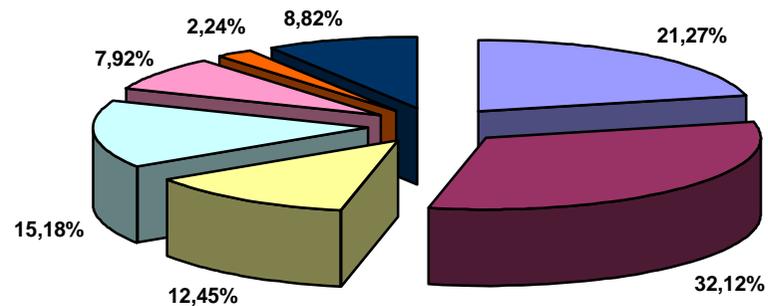


Gráfico 45 - Moradores em domicílios de Parnamirim por classe de rendimento



■ ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO
 ■ MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ SEM RENDIMENTO
■ MAIS DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS
 ■ MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 46 - Moradores em domicílios de São Gonçalo do Amarante por classe de rendimento

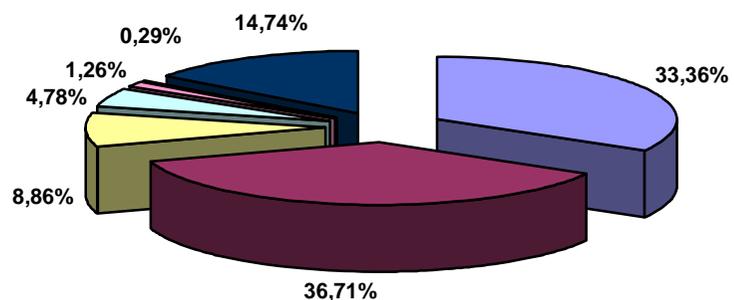
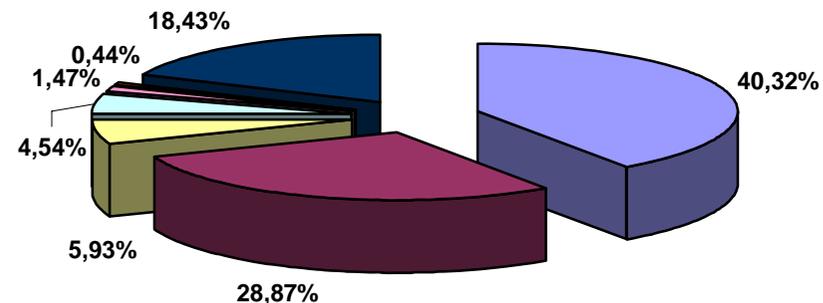


Gráfico 47 - Moradores em domicílios de São José de Mipibu por classe de rendimento



ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO
 MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
 MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
 SEM RENDIMENTO

MAIS DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
 MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS
 MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

6.4 OCUPAÇÃO DOMICILIAR

6.4.1 Condição de ocupação dos domicílios

REGIÃO METROPOLITANA	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES						TOTAL
	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO						
	PRÓPRIO		ALUGADO	CEDIDO		OUTRA	
JÁ QUITADO	EM AQUISIÇÃO	POR EMPREGADOR		DE OUTRA FORMA			
CEARÁ-MIRIM	9.692	626	1.083	727	1.132	79	13.339
EXTREMOZ	3.306	412	378	276	177	28	4.577
MACAÍBA	10.408	398	1.079	638	521	62	13.106
MONTE ALEGRE	3.470	19	291	171	326	62	4.339
NATAL	106.875	25.737	33.859	1.468	7.832	2.012	177.783
NÍSIA FLORESTA	3.344	38	238	424	250	65	4.359
PARNAMIRIM	19.423	5.310	4.920	758	1.248	131	31.790
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	11.943	1.077	2.310	414	790	54	16.588
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	6.246	95	765	465	426	88	8.085
TOTAL	174.707	33.712	44.923	5.341	12.702	2.581	273.966

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 48 - Condição de ocupação dos domicílios da Região Metropolitana de Natal

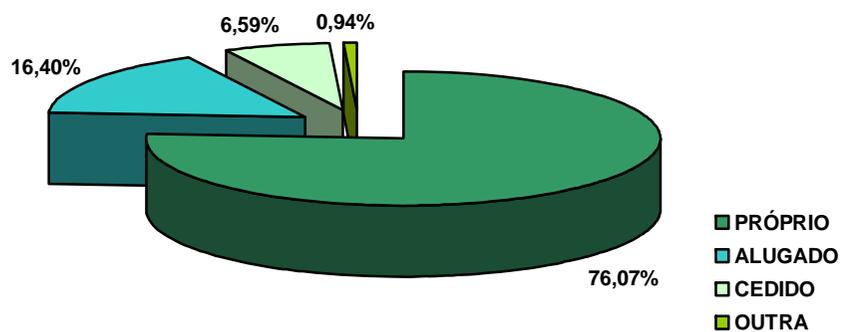


Gráfico 49 - Condição de ocupação dos domicílios de Ceará-Mirim

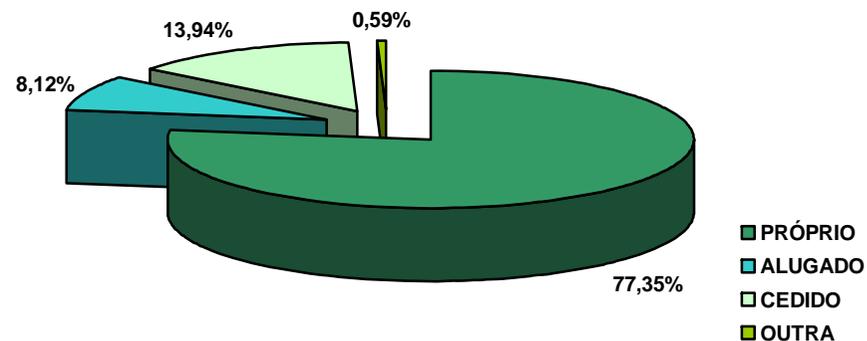


Gráfico 50 - Condição de ocupação dos domicílios de Extremoz

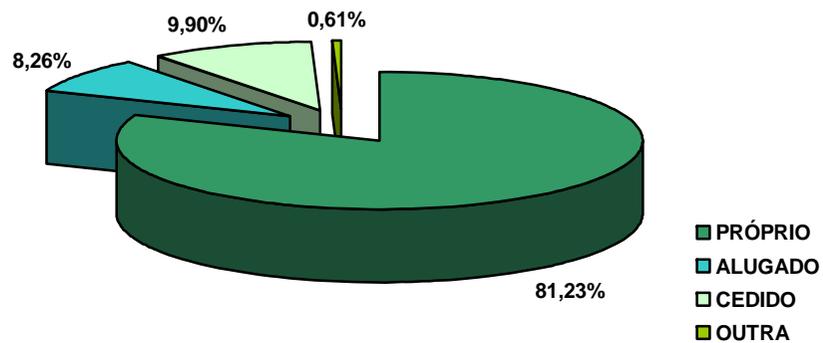
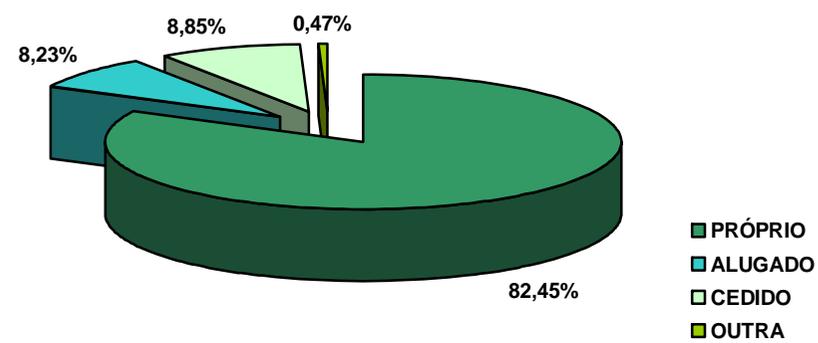


Gráfico 51 - Condição de ocupação dos domicílios de Macaíba



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB – com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 52 - Condição de ocupação dos domicílios de Monte Alegre

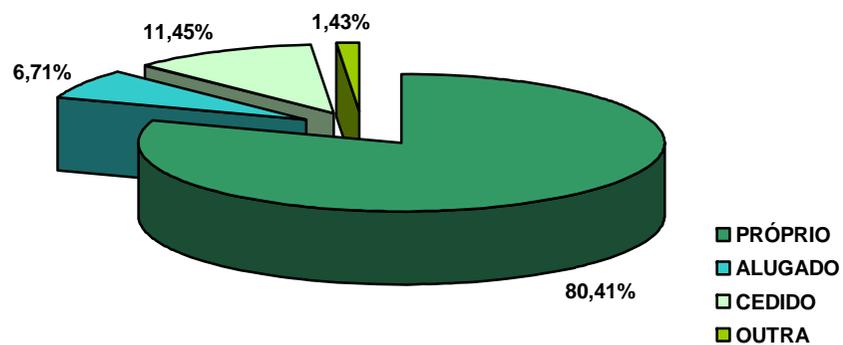


Gráfico 53 - Condição de ocupação dos domicílios de Natal

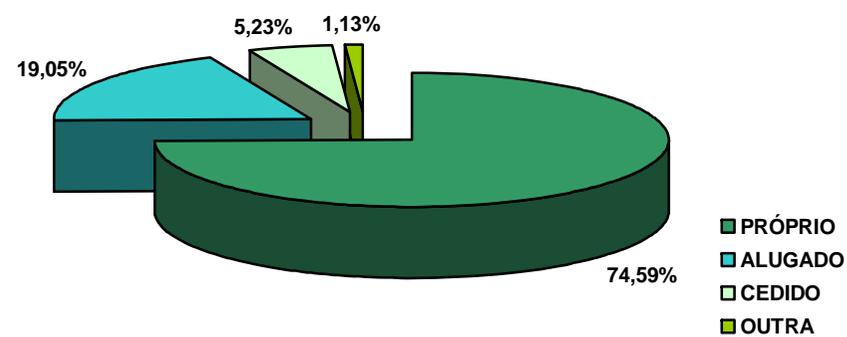


Gráfico 54 - Condição de ocupação dos domicílios de Nísia Floresta

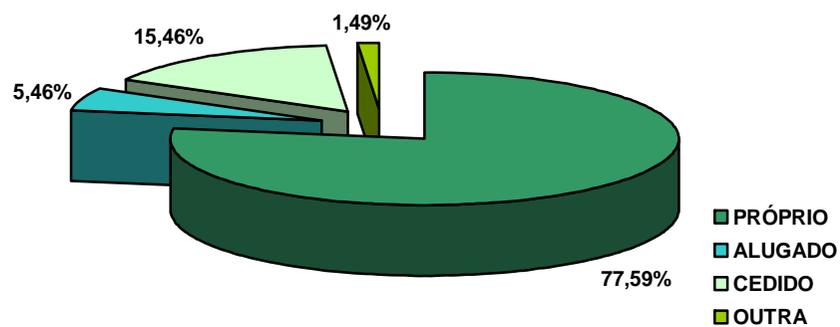
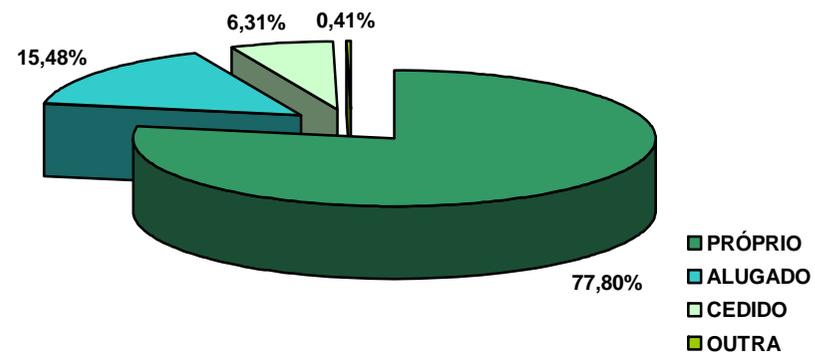


Gráfico 55 - Condição de ocupação dos domicílios de Parnamirim



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB – com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 56 - Condição de ocupação dos domicílios de São Gonçalo do Amarante

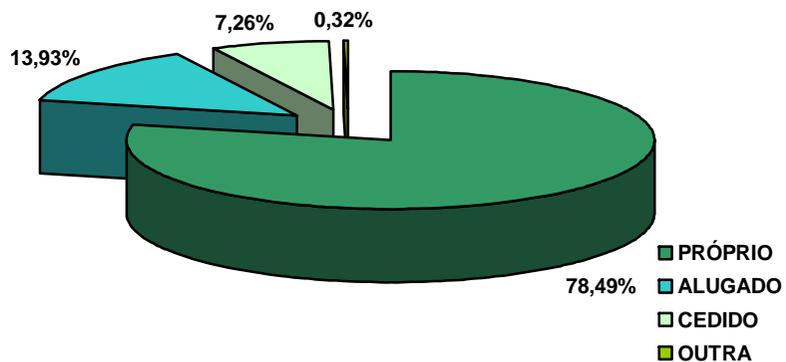
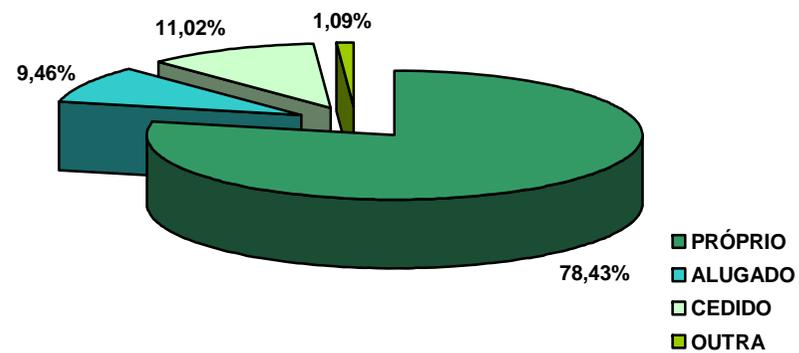


Gráfico 57 - Condição de ocupação dos domicílios de São José de Mipibu



Fonte: Gráficos elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB – com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

6.4.2 Condição de ocupação do terreno

REGIÃO METROPOLITANA	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS											
	JÁ QUITADOS				EM AQUISIÇÃO				TOTAL			
	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO			TOTAL	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO			TOTAL	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO			TOTAL
	PRÓPRIO	CEDIDO	OUTRA CONDIÇÃO		PRÓPRIO	CEDIDO	OUTRA CONDIÇÃO		PRÓPRIO	CEDIDO	OUTRA CONDIÇÃO	
CEARÁ-MIRIM	9.068	547	77	9.692	604	11	11	626	9.672	558	88	10.318
EXTREMOZ	3.224	78	4	3.306	409	2	1	412	3.633	80	5	3.718
MACAÍBA	10.073	279	56	10.408	390	4	4	398	10.463	283	60	10.806
MONTE ALEGRE	3.159	297	14	3.470	18	1	-	19	3.177	298	14	3.489
NATAL	103.017	2.430	1.428	106.875	25.230	121	386	25.737	128.247	2.551	1.814	132.612
NÍSIA FLORESTA	3.122	160	62	3.344	34	4	-	38	3.156	164	62	3.382
PARNAMIRIM	18.645	553	225	19.423	5.071	14	225	5.310	23.716	567	450	24.733
SAO GONCALO DO AMARANTE	11.562	352	29	11.943	1.056	10	11	1.077	12.618	362	40	13.020
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	6.069	165	12	6.246	93	1	1	95	6.162	166	13	6.341
TOTAL	167.939	4.861	1.907	174.707	32.905	168	639	33.712	200.844	5.029	2.546	208.419

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico 2000.

6.5 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

6.5.1 Responsáveis pelos domicílios por grupos de anos de estudo

REGIÃO METROPOLITANA	PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES							
	GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO							TOTAL
	SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 ANOS OU MAIS	NÃO DETERMINADOS	
CEARÁ-MIRIM	4.460	3.457	3.195	974	1.136	107	10	13.339
EXTREMOZ	1.162	909	1.252	607	578	65	4	4.577
MACAÍBA	4.388	3.060	3.241	1.142	1.144	95	36	13.106
MONTE ALEGRE	1.962	1.004	842	255	250	23	3	4.339
NATAL	21.604	24.793	47.395	25.139	39.667	18.903	282	177.783
NÍSIA FLORESTA	1.145	1.305	1.149	355	326	62	17	4.359
PARNAMIRIM	4.166	4.986	7.552	4.274	8.147	2.651	14	31.790
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3.971	3.811	4.819	1.920	1.903	144	20	16.588
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	2.881	1.986	1.845	634	660	71	8	8.085
TOTAL	45.739	45.311	71.290	35.300	53.811	22.121	394	273.966

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 58 - Responsáveis pelos domicílios da Região Metropolitana de Natal por grupos de anos de estudo

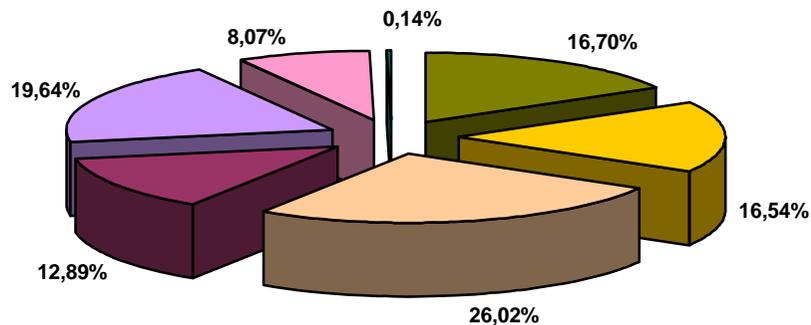


Gráfico 59 - Responsáveis pelos domicílios de Ceará-Mirim por grupos de anos de estudo

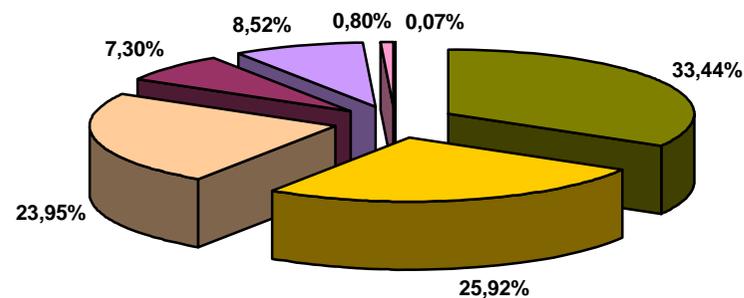


Gráfico 60 - Responsáveis pelos domicílios de Extremoz por grupos de anos de estudo

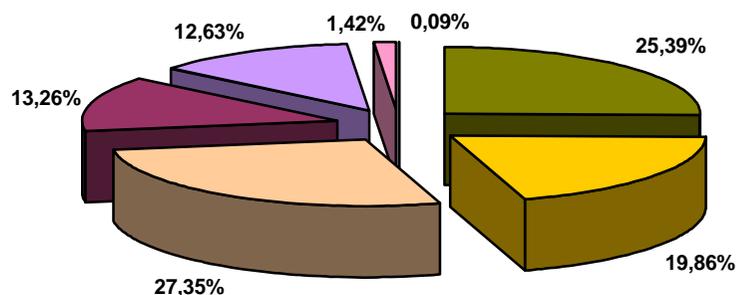
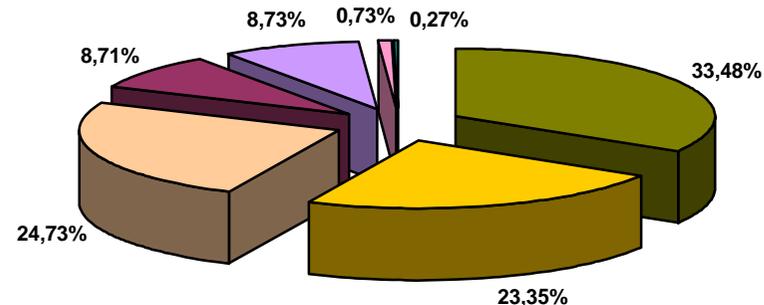


Gráfico 61 - Responsáveis pelos domicílios de Macaíba por grupos de anos de estudo



SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO
1 A 3 ANOS

4 A 7 ANOS
8 A 10 ANOS

11 A 14 ANOS
15 ANOS OU MAIS

NÃO DETERMINADO

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 62 - Responsáveis pelos domicílios de Monte Alegre por grupos de anos de estudo

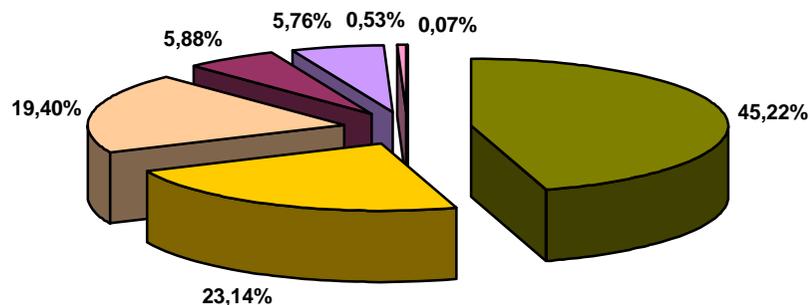


Gráfico 63 - Responsáveis pelos domicílios de Natal por grupos de anos de estudo

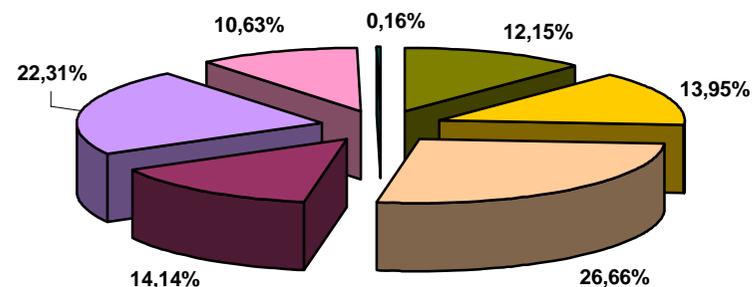


Gráfico 64 - Responsáveis pelos domicílios de Nísia Floresta por grupos de anos de estudo

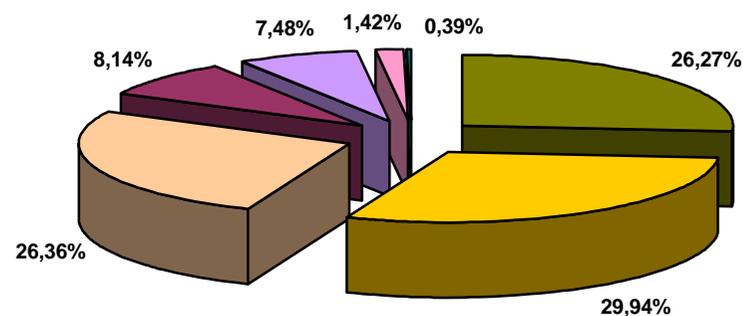
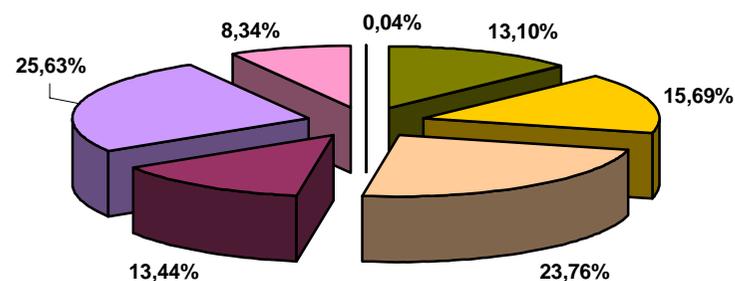


Gráfico 65 - Responsáveis pelos domicílios de Parnamirim por grupos de anos de estudo



SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO
1 A 3 ANOS

4 A 7 ANOS
8 A 10 ANOS

11 A 14 ANOS
15 ANOS OU MAIS

NÃO DETERMINADO

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 66 - Responsáveis pelos domicílios de São Gonçalo do Amarante por grupos de anos de estudo

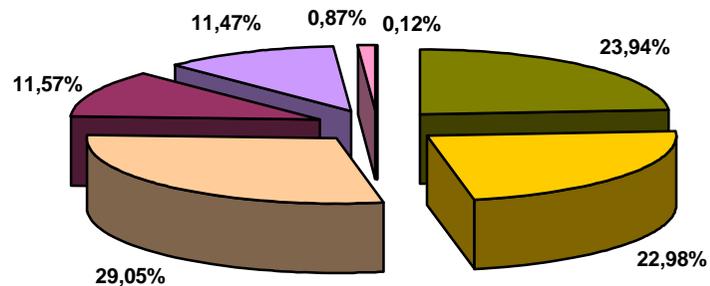
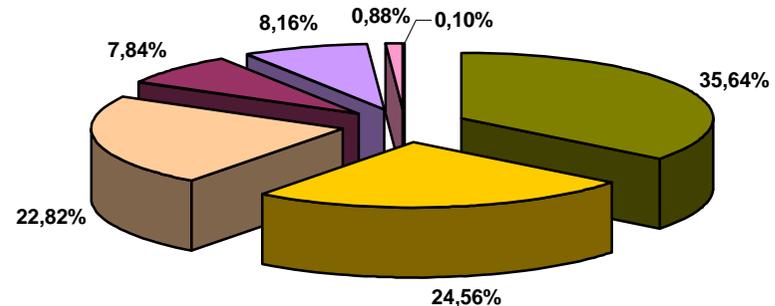


Gráfico 67 - Responsáveis pelos domicílios de São José de Mipibu por grupos de anos de estudo



- SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO
- 1 A 3 ANOS
- 4 A 7 ANOS
- 8 A 10 ANOS
- 11 A 14 ANOS
- 15 ANOS OU MAIS
- NÃO DETERMINADO

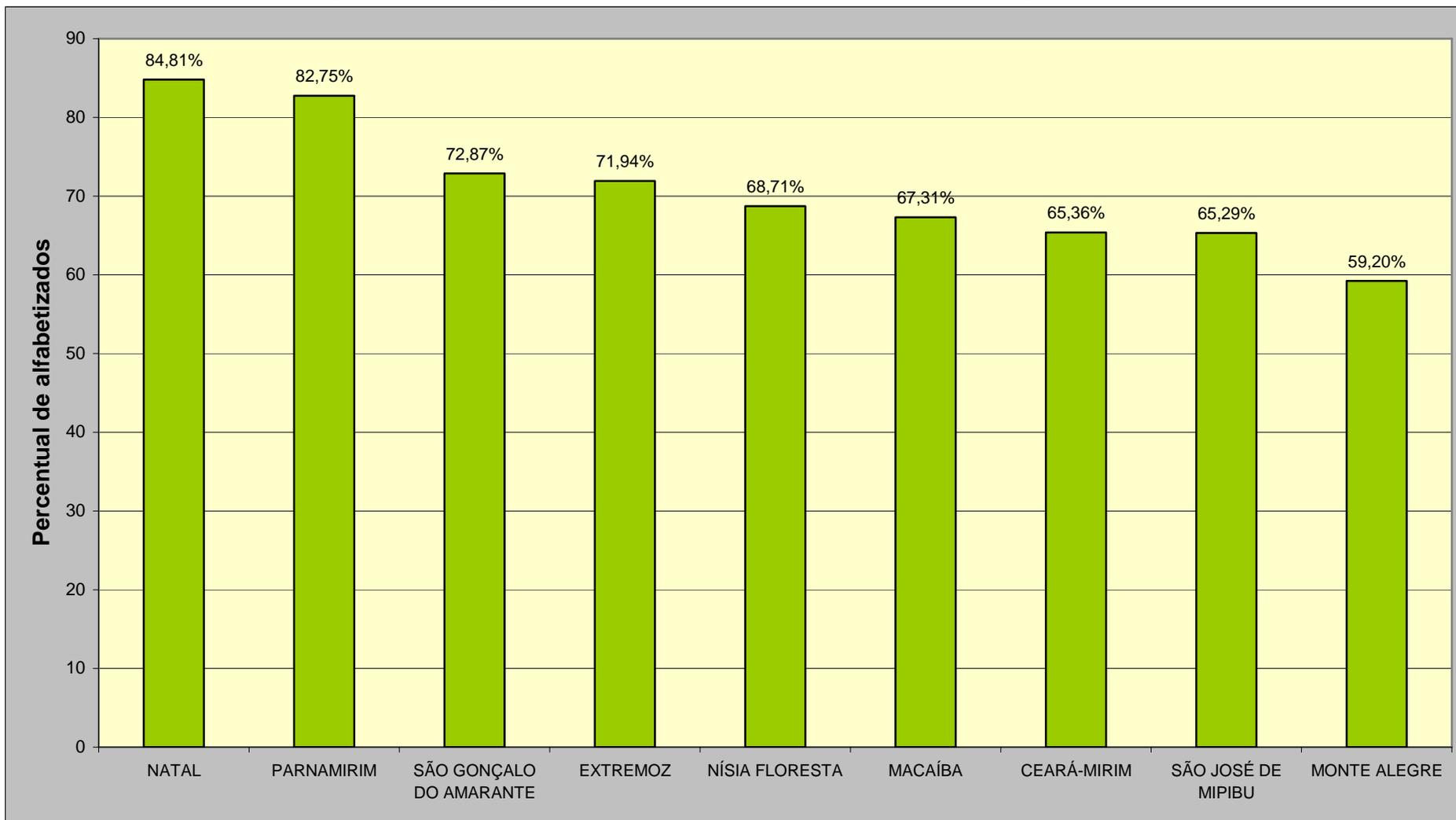
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

6.5.2 População residente alfabetizada, de 5 anos ou mais de idade

MUNICÍPIOS	TOTAL	ALFABETIZADA	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (%)
CEARÁ-MIRIM	55.035	35.970	65,36
Urbana	27.466	20.514	74,69
Rural	27.569	15.456	56,06
EXTREMOZ	17.198	12.372	71,94
Urbana	11.788	8.886	75,38
Rural	5.410	3.486	64,44
MACAÍBA	48.941	32.941	67,31
Urbana	32.257	23.466	72,75
Rural	16.684	9.475	56,79
MONTE ALEGRE	16.608	9.832	59,20
Urbana	6.620	4.520	68,28
Rural	9.988	5.312	53,18
NATAL	648.300	549.853	84,81
Urbana	648.300	549.853	84,81
Rural	-	-	-
NÍSIA FLORESTA	16.731	11.496	68,71
Urbana	7.656	5.680	74,19
Rural	9.075	5.816	64,09
PARNAMIRIM	111.320	92.119	82,75
Urbana	97.877	82.803	84,60
Rural	13.443	9.316	69,30
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	61.126	44.540	72,87
Urbana	8.751	6.142	70,19
Rural	52.375	38.398	73,31
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	30.737	20.068	65,29
Urbana	13.929	10.249	73,58
Rural	16.808	9.819	58,42
TOTAL URBANA	854.644	712.113	83,32
TOTAL RURAL	151.352	97.078	64,14
TOTAL DA RMN	1.005.996	809.191	80,44

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

Gráfico 68 – Taxa de alfabetização da população residente, de 5 anos ou mais de idade, na Região Metropolitana de Natal



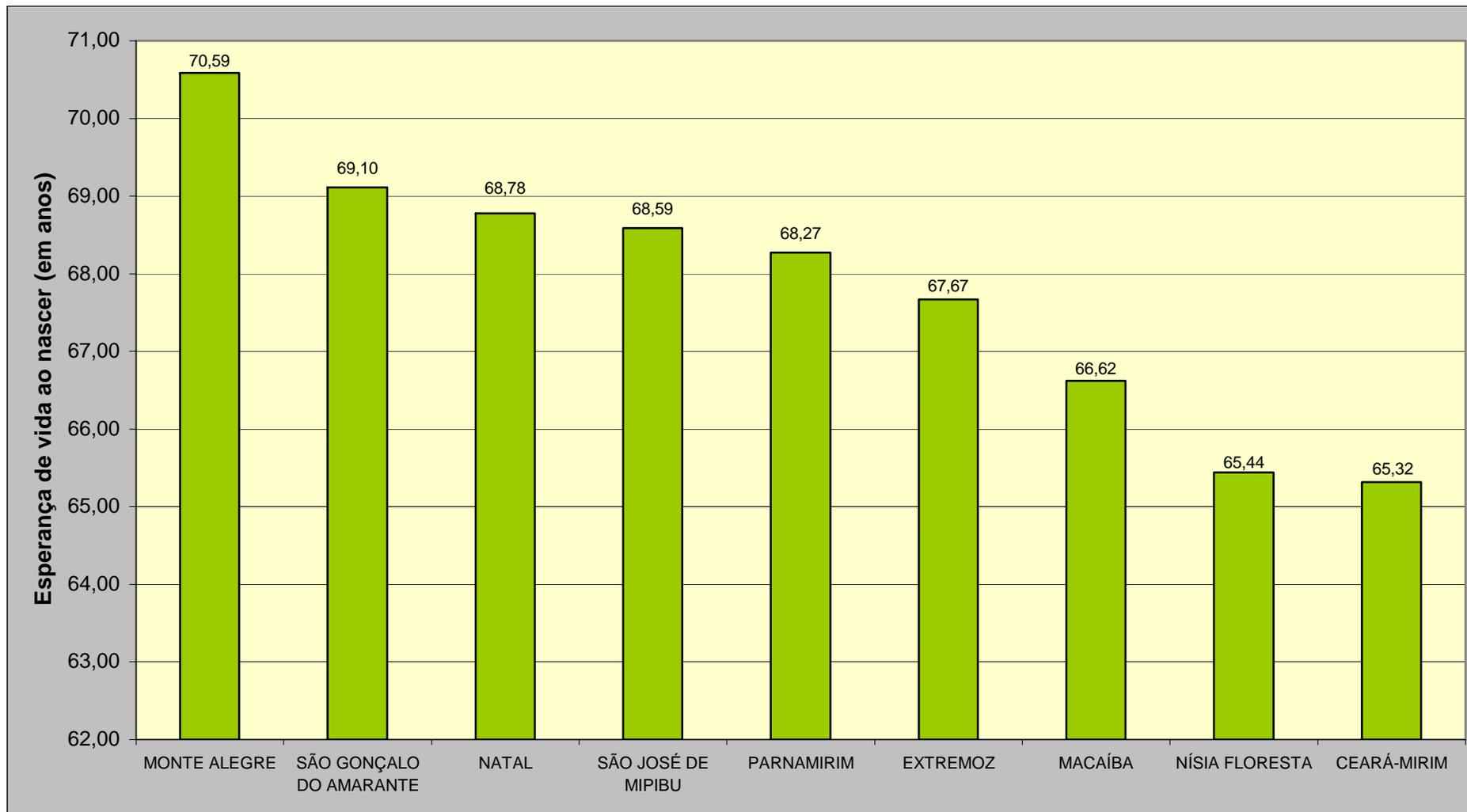
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico 2000.

6.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

MUNICÍPIOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (EM ANOS)	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (%)	TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR (%)	RENDA PER CAPITA MÉDIA (EM R\$ DE 2000)	ÍNDICE DE LONGEVIDADE (IDHM-L)	ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDHM-E)	ÍNDICE DE RENDA (IDHM-R)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL
CEARÁ-MIRIM	65,32	68,74	79,34	101,55	0,672	0,723	0,544	0,646	52º	3.826º
EXTREMOZ	67,67	75,45	82,86	136,50	0,711	0,779	0,593	0,695	17º	3.080º
MACAÍBA	66,62	69,45	82,02	115,75	0,694	0,736	0,566	0,665	33º	3.533º
MONTE ALEGRE	70,59	61,66	78,23	79,92	0,760	0,672	0,504	0,645	55º	3.844º
NATAL	68,78	87,84	90,33	339,92	0,730	0,887	0,746	0,787	1º	874º
NÍSIA FLORESTA	65,44	72,14	80,81	122,36	0,674	0,750	0,575	0,666	32º	3.518º
PARNAMIRIM	68,27	85,90	85,13	263,01	0,721	0,856	0,703	0,760	2º	1.578º
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	69,10	76,41	81,65	116,40	0,735	0,782	0,567	0,694	18º	3.083º
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	68,59	67,67	85,91	104,42	0,726	0,737	0,549	0,671	31º	3.445º

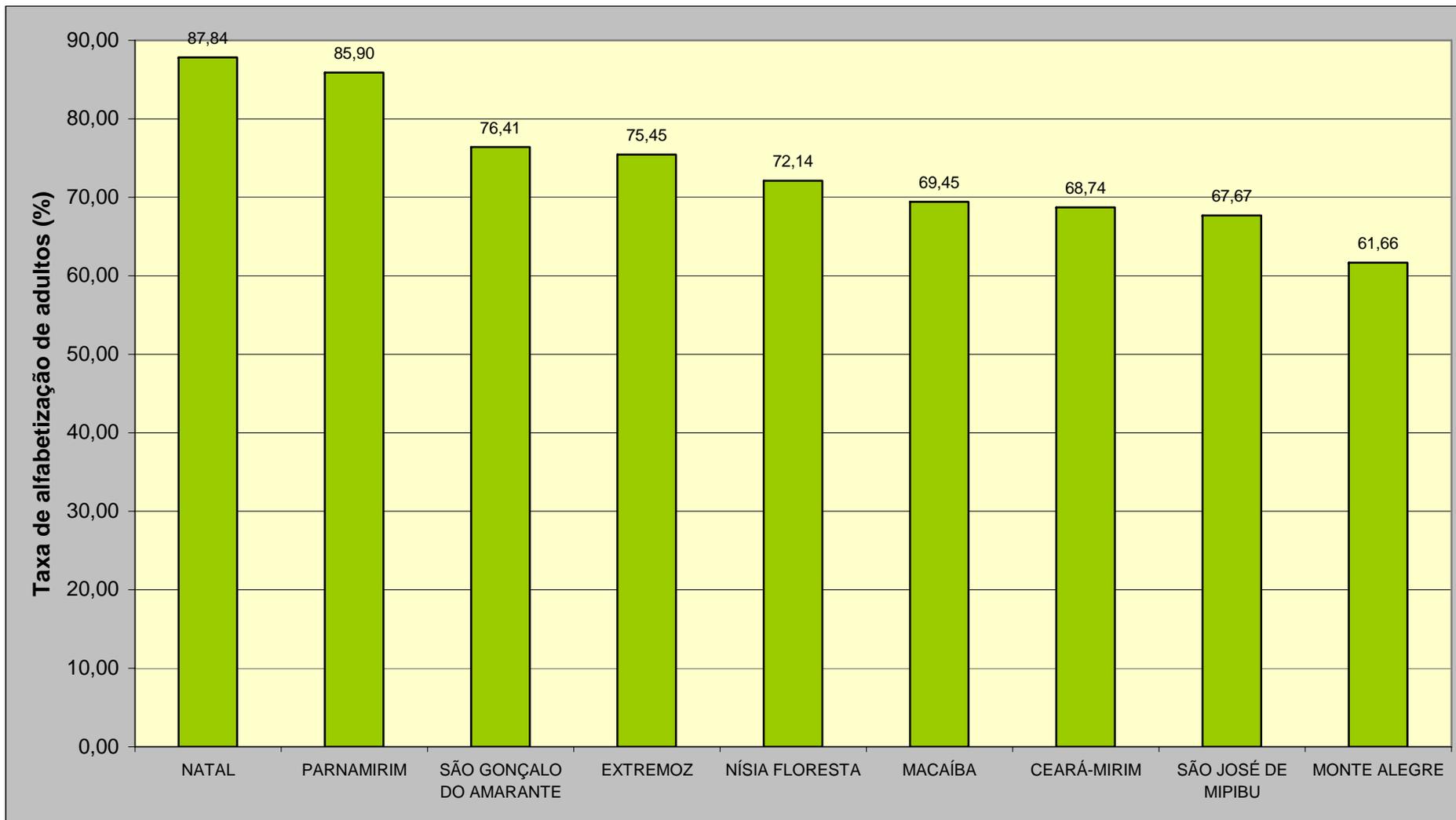
Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 69 - Esperança de vida ao nascer (longevidade) nos municípios da Região Metropolitana de Natal



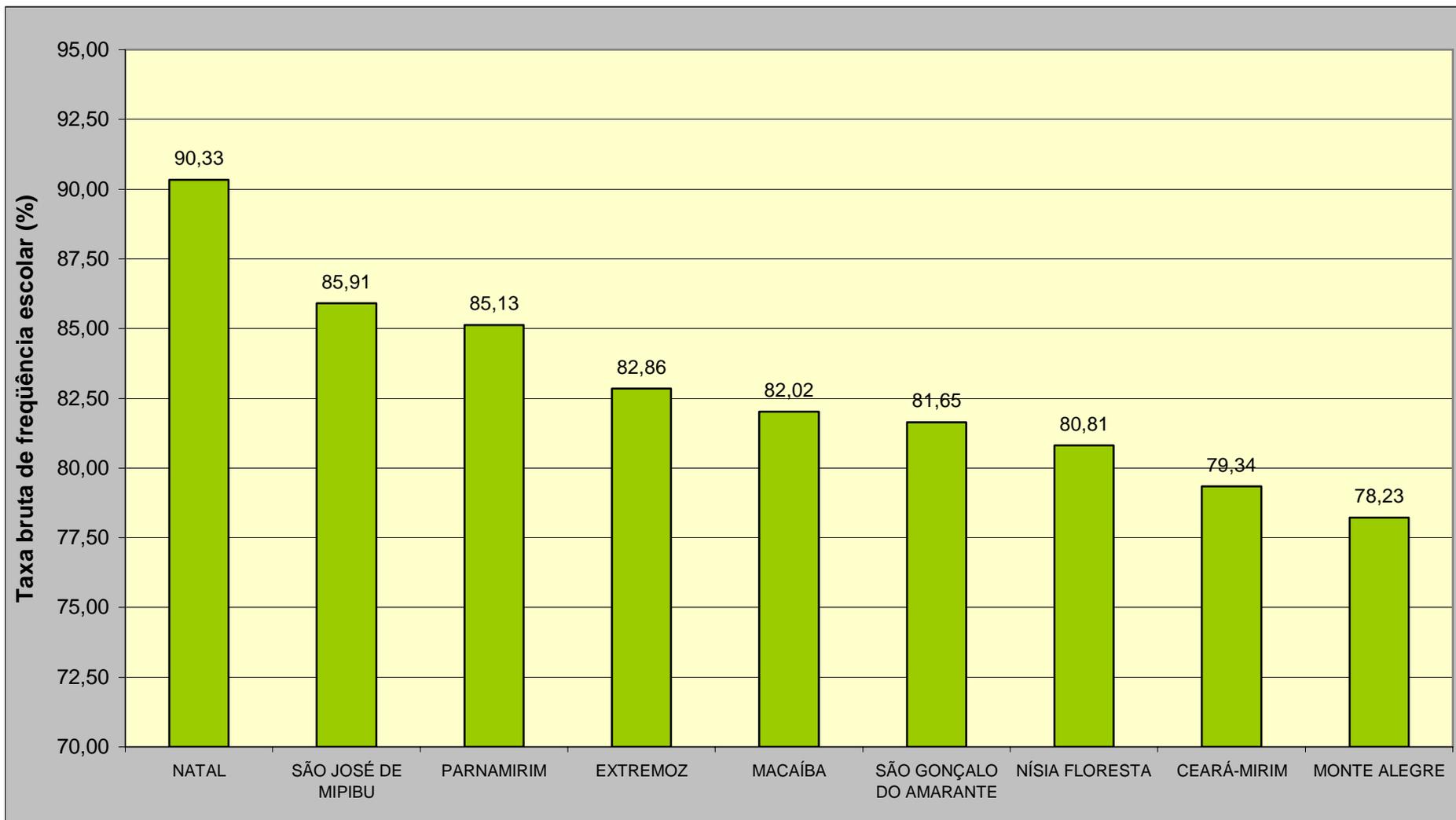
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 70 - Taxa de alfabetização de adultos nos municípios da Região Metropolitana de Natal



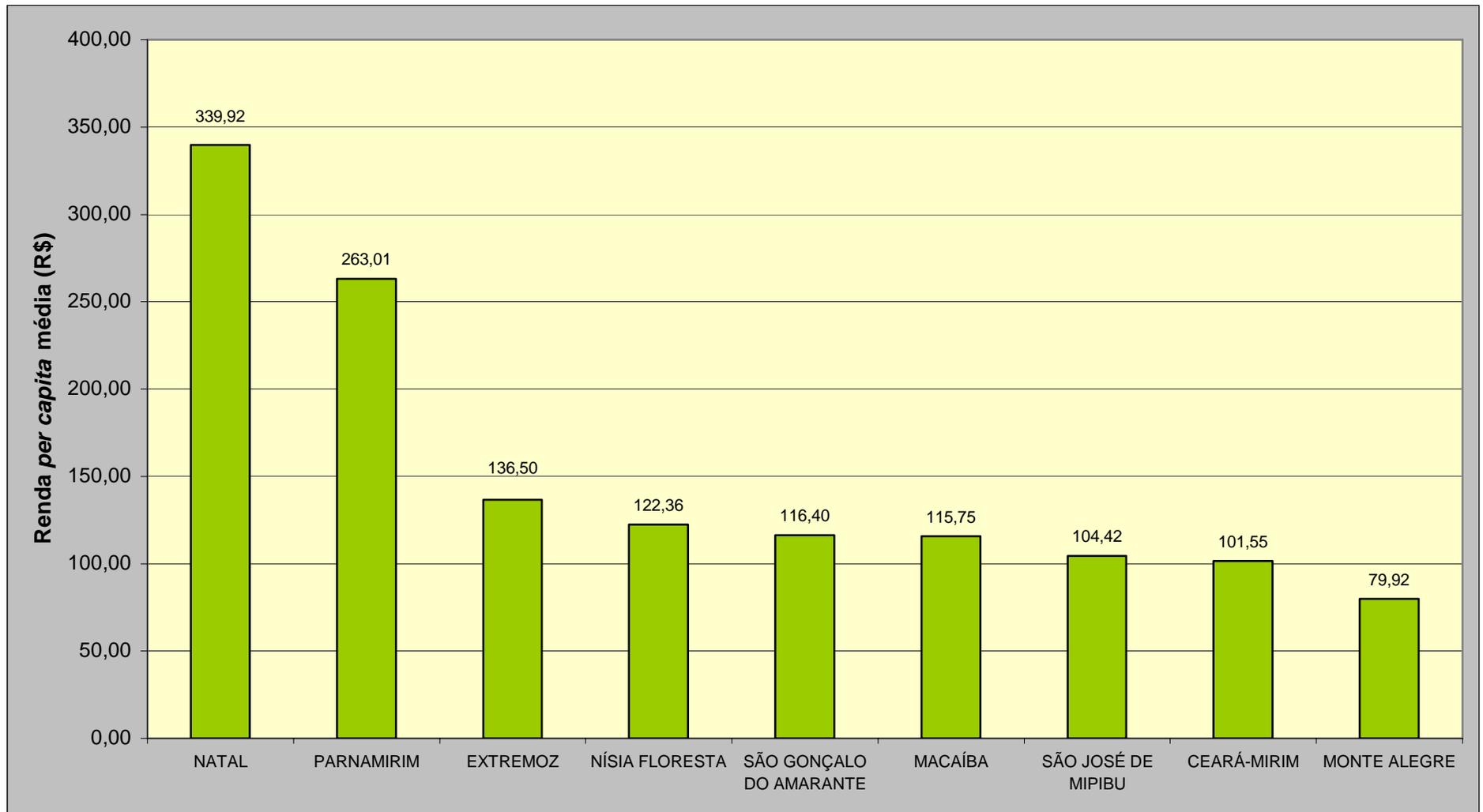
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 71 – Taxa bruta de frequência escolar dos municípios da Região Metropolitana de Natal



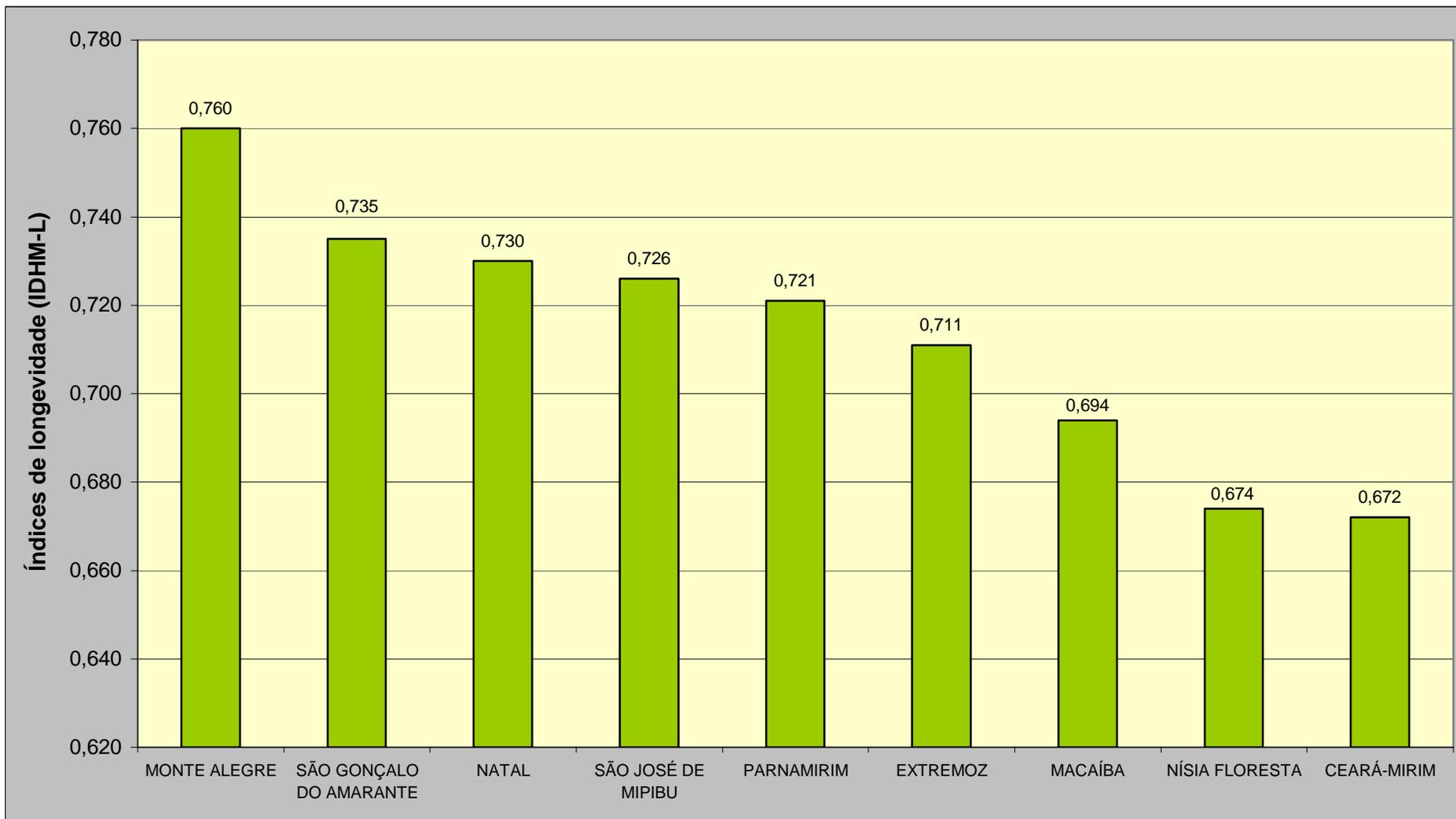
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 72 – Renda *per capita* média dos municípios da Região Metropolitana de Natal



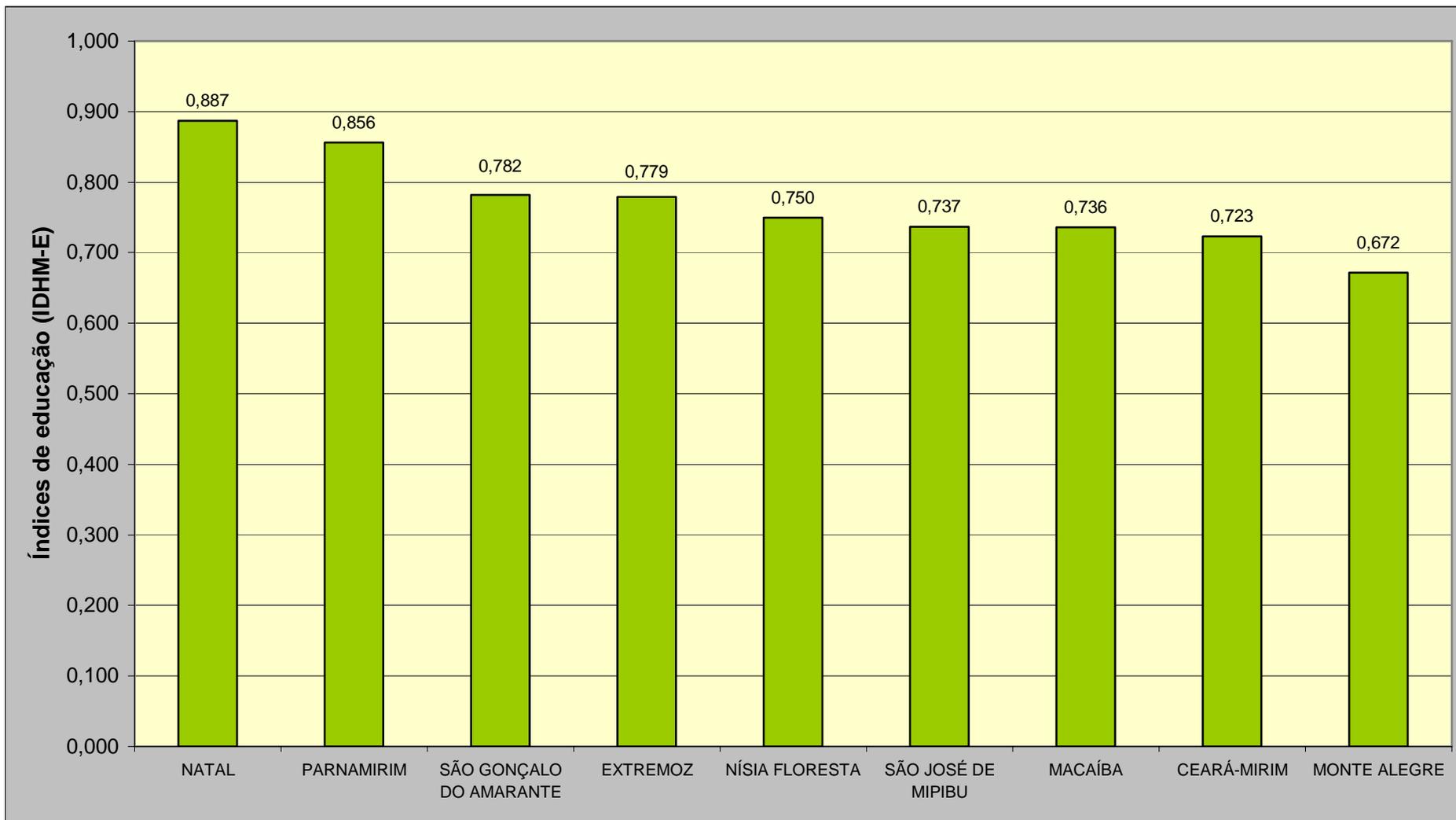
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 73 – Índice de longevidade (IDHM-L) dos municípios da Região Metropolitana de Natal



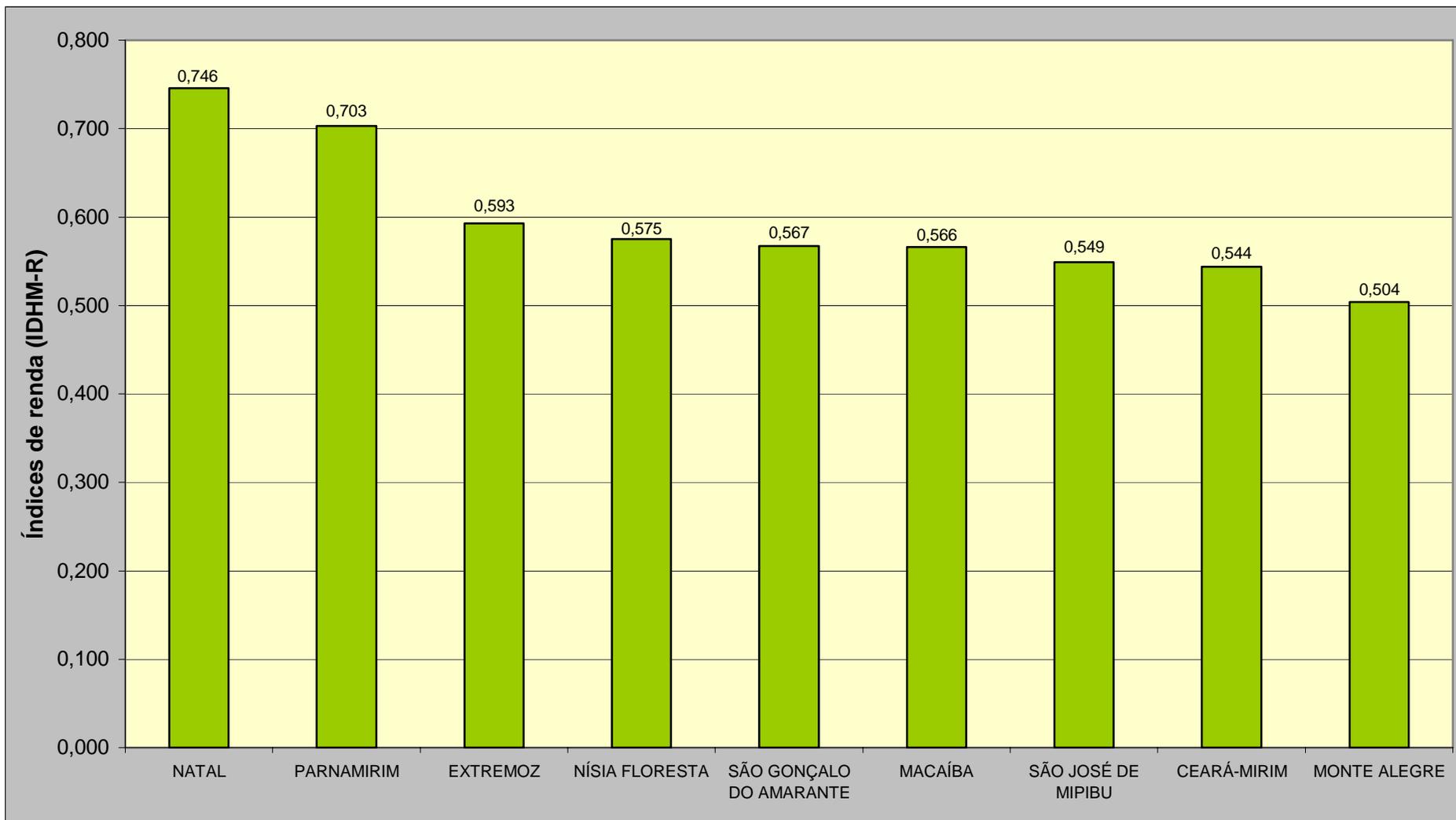
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 74 – Índice de educação (IDHM-E) dos municípios da Região Metropolitana de Natal



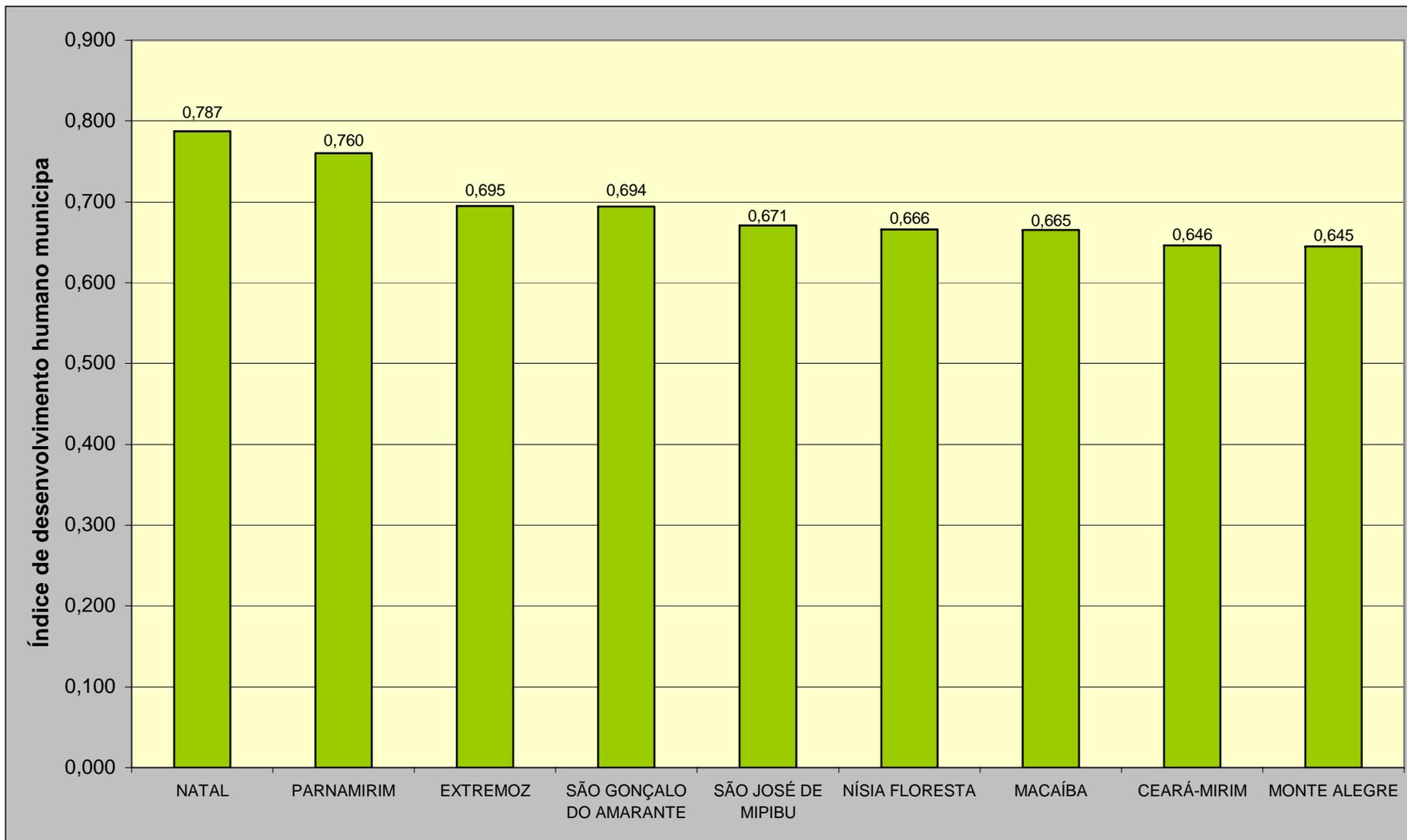
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 75 – Índice de renda (IDHM-R) dos municípios da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 76 – Índice de desenvolvimento humano municipal na Região Metropolitana de Natal



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

6.7

PRODUTO INTERNO BRUTO

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO (2002)			
MUNICÍPIOS	PIB (R\$ 1.000)	POSIÇÃO EM RELAÇÃO	
		À REGIÃO METROPOLITANA	À UNIDADE DA FEDERAÇÃO
CEARÁ-MIRIM	128.472	5º	14º
EXTREMOZ	101.533	6º	16º
MACAÍBA	240.296	4º	8º
MONTE ALEGRE	30.590	9º	45º
NATAL	4.016.320	1º	1º
NÍSIA FLORESTA	55.330	8º	25º
PARNAMIRIM	611.434	2º	3º
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	340.356	3º	6º
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	79.575	7º	20º

Fonte: Tabela elaborada pela SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com base nos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2005

NOTA: Dados sujeitos a revisão.

7

ATIVIDADE EMPRESARIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

REGIÃO METROPOLITANA	ATIVIDADE EMPRESARIAL					TOTAL
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇO	AGROPECUÁRIA	ESTRUTURA	
CEARÁ-MIRIM	54	442	480	-	103	1.079
EXTREMOZ	11	147	184	04	70	416
MACAÍBA	83	398	336	01	68	886
NATAL	1.294	9.890	10.603	-	1.207	22.994
NÍSIA FLORESTA	02	76	84	01	27	190
PARNAMIRIM	233	1.208	1.090	06	169	2.706
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	100	632	443	01	138	1.314
TOTAL	1.777	12.793	13.220	13	1.782	29.585

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.

NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

Mapa 14 - Atividade empresarial por área geográfica



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2006.

7.1 IDADE DAS EMPRESAS

REGIÃO METROPOLITANA	IDADE DAS EMPRESAS (%)			
	ATÉ 5 ANOS	DE 6 A 10 ANOS	DE 11 A 15 ANOS	ACIMA DE 15 ANOS
CEARÁ-MIRIM	55,11	19,57	8,41	16,91
EXTREMOZ	57,21	18,56	13,92	10,31
MACAÍBA	59,93	18,41	8,30	13,36
NATAL	63,94	17,48	7,84	10,74
NÍSIA FLORESTA	51,42	23,16	10,73	14,69
PARNAMIRIM	73,19	16,28	5,95	4,58
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	66,50	19,12	7,61	6,77
MÉDIA DA RMN	61,04	18,94	8,97	11,05

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.
 NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

7.2 NÚMERO DE CLIENTES POR DIA

REGIÃO METROPOLITANA	NÚMERO DE CLIENTELAS POR DIA (%)			
	ATÉ 10 CLIENTES	DE 11 A 30	DE 31 A 50	ACIMA DE 50 CLIENTES
CEARÁ-MIRIM	53,41	28,51	9,40	8,68
EXTREMOZ	55,49	27,17	8,38	8,96
MACAÍBA	56,76	27,81	7,78	7,65
NATAL	45,85	29,92	11,02	13,21
NÍSIA FLORESTA	44,72	32,30	12,42	10,56
PARNAMIRIM	51,36	26,66	10,11	11,87
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	50,17	31,14	8,25	10,44
MÉDIA DA RMN	51,11	29,07	9,62	10,20

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.
 NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

7.3

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NA ATIVIDADE ESCOLHIDA

REGIÃO METROPOLITANA	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS NA ATIVIDADE ESCOLHIDA (%)						
	ATÉ 5 FUNCIONÁRIOS	DE 6 A 10 FUNCIONÁRIOS	DE 11 A 20 FUNCIONÁRIOS	DE 21 A 30 FUNCIONÁRIOS	DE 31 A 50 FUNCIONÁRIOS	DE 51 A 100 FUNCIONÁRIOS	ACIMA DE 100 FUNCIONÁRIOS
CEARÁ-MIRIM	89,54	4,70	1,92	1,63	1,25	0,77	0,19
EXTREMOZ	89,21	4,13	3,49	2,22	0,63	0,32	0,00
MACAÍBA	87,69	5,00	3,33	1,41	1,54	0,90	0,13
NATAL	81,20	9,18	4,81	1,53	1,28	1,01	0,99
NÍSIA FLORESTA	79,47	14,38	4,11	0,68	0,68	0,00	0,68
PARNAMIRIM	83,53	6,61	4,89	1,96	1,53	1,05	0,43
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	85,93	5,77	3,42	1,37	1,27	1,56	0,68
TOTAL DA RMN	85,22	7,12	3,71	1,54	1,17	0,80	0,44

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.

NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

7.4 FATURAMENTO BRUTO MENSAL

REGIÃO METROPOLITANA	FATURAMENTO BRUTO MENSAL (%)																						
	ATÉ R\$ 1.000,00	DE 1.001 A 2.000	DE 2.001 A 3.000	DE 3.001 A 4.000	DE 4.001 A 5.000	DE 5.001 A 10.000	DE 10.001 A 20.000	DE 20.001 A 30.000	DE 30.001 A 40.000	DE 40.001 A 50.000	DE 50.001 A 60.000	DE 60.001 A 70.000	DE 70.001 A 80.000	DE 80.001 A 90.000	DE 90.001 A 100.000	DE 100.001 A 110.000	DE 110.001 A 200.000	DE 200.001 A 300.000	DE 300.001 A 400.000	DE 400.001 A 500.000	DE 500.001 A 600.000	ACIMA DE R\$ 600.000	
CEARA-MIRIM	40,00	18,11	11,00	7,00	4,10	6,39	3,15	1,27	1,49	6,40	0,11	0,32	0,11	0,00	0,00	0,11	0,11	0,11	0,00	0,11	0,00	0,11	0,00
EXTREMOZ	27,76	22,81	20,18	9,36	5,85	6,73	5,56	0,88	0,00	0,29	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MACAIBA	41,89	18,22	12,36	6,50	4,97	5,86	5,48	1,91	0,64	0,51	0,13	0,13	0,38	0,25	0,13	0,13	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NATAL	34,62	16,05	9,59	5,69	4,72	9,53	6,92	3,76	2,04	1,37	0,85	0,81	0,45	0,51	0,33	0,46	0,89	0,44	0,25	0,17	0,10	0,45	0,00
NÍSIA FLORESTA	23,61	21,74	15,53	10,56	4,97	12,42	6,21	0,62	2,48	0,00	0,62	0,00	0,62	0,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARNAMIRIM	41,40	17,06	9,91	4,78	3,55	8,25	6,64	1,18	1,95	0,80	0,63	0,47	0,30	0,38	0,30	0,38	0,89	0,21	0,25	0,17	0,08	0,42	0,00
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	46,90	19,68	9,75	6,12	2,66	5,67	4,43	1,06	0,89	0,44	0,27	0,53	0,18	0,09	0,09	0,09	0,44	0,09	0,09	0,00	0,09	0,44	0,00
MÉDIA DA RMN	36,59	19,10	12,62	7,14	4,40	7,84	5,48	1,53	1,36	1,40	0,46	0,32	0,29	0,26	0,12	0,17	0,41	0,12	0,10	0,05	0,05	0,19	0,00

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.

NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

7.5 CLASSE ECONÔMICA

REGIÃO METROPOLITANA	CLASSE ECONÔMICA (%)						
	CLASSE A1*	CLASSE A2*	CLASSE B1*	CLASSE B2*	CLASSE C*	CLASSE D*	CLASSE E*
CEARÁ-MRIM	0,04	0,22	0,63	2,77	14,83	59,80	21,71
EXTREMOZ	0,00	0,00	1,14	3,13	23,30	58,23	14,20
MACAIBA	0,00	0,09	0,55	1,55	15,41	58,53	23,87
NATAL	0,83	4,23	6,63	9,81	28,81	45,45	4,24
NÍSIA FLORESTA	0,00	0,00	0,70	3,52	19,01	54,94	21,83
PARNAMIRIM	0,05	0,75	2,64	8,61	28,83	51,19	7,93
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0,00	0,06	0,34	1,14	20,68	65,79	11,99
MÉDIA DA RMN	0,13	0,76	1,80	4,36	21,56	56,28	15,11

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RN, 2002.

NOTA: Os municípios São José de Mipibu e Monte Alegre não foram pesquisados.

- * Classe A1: acima de 45 sal. mínimos/ mês
- * Classe A2: entre 25 e 45 sal. mínimos/ mês
- * Classe B1: entre 15 e 25 sal. mínimos/ mês
- * Classe B2: entre 10 e 15 sal. mínimos/ mês
- * Classe C: entre 4 e 10 sal. mínimos/ mês
- * Classe D: entre 2 e 4 sal. mínimos/ mês
- * Classe E: até 2 sal. mínimos/ mês

8 TURISMO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

8.1 FLUXO TURÍSTICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004

ANOS	REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL		
	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	TOTAL
2001	985.095	104.015	1.089.110
2002	882.227	117.467	999.694
2003	837.911	168.855	1.006.766
2004	975.296	226.915	1.202.211

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.2 PRINCIPAIS EMISSORES DE TURISTAS NA HOTELARIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004

FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES											
2001			2002			2003			2004		
BRASILEIROS											
ESTADOS EMISSORES	QUANT.	%	ESTADOS EMISSORES	QUANT.	%	ESTADOS EMISSORES	QUANT.	%	ESTADOS EMISSORES	QUANT.	%
SÃO PAULO	79.229	23,64	SÃO PAULO	90.136	24,35	SÃO PAULO	77.637	21,00	SÃO PAULO	91.633	20,88
PERNAMBUCO	39.347	11,74	RIO DE JANEIRO	44.622	12,06	RIO DE JANEIRO	39.716	10,74	RIO DE JANEIRO	49.687	11,32
RIO DE JANEIRO	38.269	11,42	PERNAMBUCO	38.413	10,38	PERNAMBUCO	37.772	10,22	PERNAMBUCO	40.608	9,25
CEARÁ	16.855	5,03	MINAS GERAIS	19.731	5,33	MINAS GERAIS	17.914	4,85	PARAÍBA	20.124	4,59
PARAÍBA	16.532	4,93	CEARÁ	16.454	4,45	CEARÁ	17.704	4,79	CEARÁ	19.968	4,55
MINAS GERAIS	15.541	4,64	PARAÍBA	15.590	4,21	PARAÍBA	16.862	4,56	DISTRITO FEDERAL	17.963	4,09
DISTRITO FEDERAL	14.846	4,43	DISTRITO FEDERAL	15.492	4,19	DISTRITO FEDERAL	14.493	3,92	MINAS GERAIS	17.335	3,95
R. GRANDE DO NORTE	10.743	3,21	R. GRANDE DO NORTE	13.980	3,78	R. GRANDE DO NORTE	13.660	3,69	BAHIA	16.371	3,73
PARANÁ	10.662	3,18	PARANÁ	12.745	3,44	R. GRANDE DO SUL	13.268	3,59	R. GRANDE DO NORTE	15.180	3,46
R. GRANDE DO SUL	10.287	3,07	BAHIA	11.815	3,19	BAHIA	11.779	3,19	R. GRANDE DO SUL	10.961	2,50
OUTROS	38.784	11,57	OUTROS	47.840	12,91	OUTROS	46.800	12,66	OUTROS	56.094	12,78
SUB-TOTAL	291.095	86,86	SUB-TOTAL	326.818	88,29	SUB-TOTAL	307.605	83,21	SUB-TOTAL	355.924	81,10
ESTRANGEIROS											
PAÍSES EMISSORES	QUANT.	%	PAÍSES EMISSORES	QUANT.	%	PAÍSES EMISSORES	QUANT.	%	PAÍSES EMISSORES	QUANT.	%
ARGENTINA	12.119	3,62	PORTUGAL	16.000	4,32	PORTUGAL	19.314	5,23	PORTUGAL	29.889	6,81
PORTUGAL	7.545	2,25	ITÁLIA	5.007	1,35	ESPANHA	8.675	2,35	ESPANHA	13.098	2,98
SUÉCIA	6.390	1,91	ARGENTINA	3.349	0,91	ITÁLIA	6.348	1,72	ARGENTINA	7.258	1,65
ITÁLIA	4.262	1,27	SUÉCIA	3.230	0,87	ARGENTINA	5.898	1,59	HOLANDA	6.728	1,53
ESTADOS UNIDOS	2.077	0,62	ESTADOS UNIDOS	2.979	0,81	HOLANDA	4.569	1,24	ITÁLIA	5.313	1,21
INGLATERRA	1.635	0,49	ESPANHA	2.978	0,80	ESTADOS UNIDOS	3.057	0,83	SUÉCIA	4.282	0,98
NORUEGA	1.629	0,49	URUGUAI	1.433	0,39	SUÉCIA	2.975	0,80	ESTADOS UNIDOS	3.239	0,74
URUGUAI	1.377	0,41	FRANÇA	1.118	0,30	ALEMANHA	1.481	0,40	FINLÂNDIA	2.676	0,61
ALEMANHA	923	0,27	ALEMANHA	1.098	0,30	URUGUAI	1.303	0,35	ALEMANHA	1.511	0,35
ESPANHA	837	0,25	INGLATERRA	943	0,25	FRANÇA	1.300	0,35	URUGUAI	1.368	0,31
OUTROS	5.227	1,56	OUTROS	5.226	1,41	OUTROS	7.137	1,93	OUTROS	7.577	1,73
SUB-TOTAL	44.021	13,14	SUB-TOTAL	43.361	11,71	SUB-TOTAL	62.057	16,79	SUB-TOTAL	82.939	18,90
TOTAL	335.116	100,00	TOTAL	370.179	100,00	TOTAL	369.662	100,00	TOTAL	438.863	100,00

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.3 RECEITA TURÍSTICA TOTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – 2001-2004 (VALORES DÓLAR)

ANOS	REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL		
	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	TOTAL (US\$)
2001	142.820.356	30.983.343	173.803.699
2002	127.117.209	34.882.823	162.000.032
2003	182.252.551	77.716.364	259.968.915
2004	215.869.717	132.667.484	348.537.201

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.4 MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL AUGUSTO SEVERO

8.4.1 Passageiros embarcados por tipo de voo no Aeroporto Internacional Augusto Severo, Parnamirim – 2001-2004

PASSAGEIROS EMBARCADOS					
ANO	TIPO DE VÔO	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	TOTAL	%
2001	REGULAR	342.198	1.554	343.752	72,42
	CHARTER	109.572	19.509	129.081	27,20
	AVIAÇÃO GERAL	1.822	0	1.822	0,38
TOTAL		453.592	21.063	474.655	100,00
2002	REGULAR	353.468	2.410	355.878	74,64
	CHARTER	93.660	25.115	118.775	24,91
	AVIAÇÃO GERAL	2.165	0	2.165	0,45
TOTAL		449.293	27.525	476.818	100,00
2003	REGULAR	303.168	1.235	304.403	70,46
	CHARTER	76.084	49.551	125.635	29,08
	AVIAÇÃO GERAL	1.961	0	1.961	0,46
TOTAL		381.213	50.786	431.999	100,00
2004	REGULAR	362.738	5.205	367.943	65,84
	CHARTER	102.714	86.438	189.152	33,84
	AVIAÇÃO GERAL	1.759	7	1.766	0,32
TOTAL		467.211	91.650	558.861	100,00

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.4.2 Passageiros desembarcados por tipo de voo no Aeroporto Internacional Augusto Severo, Parnamirim – 2001-2004

PASSAGEIROS DESEMBARCADOS					
ANO	TIPO DE VÔO	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	TOTAL	%
2001	REGULAR	346.631	864	347.495	73,01
	CHARTER	107.483	19.067	126.550	26,59
	AVIAÇÃO GERAL	1.879	0	1.879	0,4
TOTAL		455.993	19.931	475.924	100,00
2002	REGULAR	361.343	1.706	363.049	75,62
	CHARTER	91.898	23.054	114.952	23,94
	AVIAÇÃO GERAL	2.114	0	2.114	0,44
TOTAL		455.355	24.760	480.115	100,00
2003	REGULAR	314.435	1.039	315.474	71,19
	CHARTER	75.973	49.862	125.835	28,39
	AVIAÇÃO GERAL	1.843	0	1.843	0,42
TOTAL		392.251	50.901	443.152	100,00
2004	REGULAR	373.632	6.580	380.212	66,81
	CHARTER	100.542	86.491	187.033	32,87
	AVIAÇÃO GERAL	1.846	0	1.846	0,32
TOTAL		476.020	93.071	569.091	100,00

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.4.3 Pousos e decolagens mensais em vôos domésticos no Aeroporto Internacional Augusto Severo – 2004

MESES	VÔOS DOMÉSTICOS							
	POUSOS				DECOLAGENS			
	REGULAR	CHARTER	AV. GERAL	TOTAL	REGULAR	CHARTER	AV. GERAL	TOTAL
JANEIRO	494	199	69	762	489	205	69	763
FEVEREIRO	447	124	63	634	445	127	62	634
MARÇO	392	97	211	700	393	93	203	689
ABRIL	413	94	213	720	410	94	205	709
MAIO	434	67	150	651	435	68	147	650
JUNHO	425	79	188	692	425	79	188	692
JULHO	480	151	220	851	485	145	218	848
AGOSTO	487	97	184	768	485	100	187	772
SETEMBRO	487	90	203	780	487	89	199	775
OUTUBRO	513	116	181	810	515	117	179	811
NOVEMBRO	421	105	160	686	420	105	164	689
DEZEMBRO	490	157	220	867	484	160	215	859
TOTAL	5.483	1.376	2.062	8.921	5.473	1.382	2.036	8.891

Fonte: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO/RN, 2004.

8.4.4 Pousos e decolagens mensais em vôos internacionais no Aeroporto Internacional Augusto Severo – 2004

MESES	VÔOS INTERNACIONAIS							
	POUSOS				DECOLAGENS			
	REGULAR	CHARTER	AV. GERAL	TOTAL	REGULAR	CHARTER	AV. GERAL	TOTAL
JANEIRO	00	42	00	42	00	41	00	41
FEVEREIRO	00	36	00	36	00	37	00	37
MARÇO	00	43	00	43	00	47	00	47
ABRIL	00	38	00	38	00	39	00	39
MAIO	00	18	00	18	00	18	00	18
JUNHO	00	20	00	20	00	21	01	22
JULHO	01	45	03	49	01	46	02	49
AGOSTO	01	61	02	64	01	60	02	63
SETEMBRO	02	48	00	50	02	48	00	50
OUTUBRO	01	46	02	49	01	44	02	47
NOVEMBRO	18	30	02	50	18	30	02	50
DEZEMBRO	17	39	02	58	17	39	02	58
TOTAL	40	466	11	517	40	470	11	521

Fonte: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO/RN, 2004.

8.5 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL EM 2004

MESES	FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES EM 2004					
	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		TOTAL	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
JANEIRO	39.050	8,90	6.665	1,52	45.715	10,42
FEVEREIRO	24.269	5,53	6.151	1,40	30.420	6,93
MARÇO	22.447	5,11	6.985	1,59	29.432	6,70
ABRIL	22.451	5,12	6.230	1,42	28.681	6,54
MAIO	22.832	5,20	4.220	0,96	27.052	6,16
JUNHO	26.034	5,93	3.894	0,89	29.928	6,82
JULHO	35.012	7,98	6.383	1,45	41.395	9,43
AGOSTO	25.050	5,71	11.488	2,62	36.538	8,33
SETEMBRO	30.358	6,92	6.311	1,44	36.669	8,36
OUTUBRO	36.180	8,24	7.765	1,77	43.945	10,01
NOVEMBRO	34.277	7,81	8.779	2,00	43.056	9,81
DEZEMBRO	37.963	8,65	8.069	1,84	46.032	10,49
TOTAL	355.923	81,10	82.940	18,90	438.863	100,00

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.6 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM – 2004

8.6.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

MOTIVO DA VIAGEM	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
TURISMO	33.203	72,63	17.911	58,88	14.362	48,80	21.020	73,29	21.791	80,55	25.085	83,82	32.198	77,78
NEGÓCIO	4.402	9,63	4.831	15,88	5.351	18,18	817	2,85	630	2,33	685	2,29	1.399	3,38
CONVENÇÕES	425	0,93	581	1,91	1.722	5,85	238	0,83	189	0,70	75	0,25	232	0,56
OUTROS	933	2,04	797	2,62	806	2,74	161	0,56	200	0,74	138	0,46	981	2,37
NÃO ESPECIFIC.	87	0,19	149	0,49	206	0,70	215	0,75	22	0,08	51	0,17	203	0,49
TOTAL	39.050	85,42	24.269	79,78	22.447	76,27	22.451	78,28	22.832	84,40	26.034	86,99	35.013	84,58

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.6.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

MOTIVO DA VIAGEM	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%								
TURISMO	23.205	63,51	29.584	80,68	32.063	72,96	30.372	70,54	33.641	73,08	314.435	71,65
NEGÓCIO	1.202	3,29	264	0,72	2.874	6,54	2.721	6,32	3.024	6,57	28.200	6,42
CONVENÇÕES	131	0,36	305	0,83	571	1,30	543	1,26	594	1,29	5.606	1,28
OUTROS	402	1,10	143	0,39	672	1,53	641	1,49	704	1,53	6.578	1,50
NÃO ESPECIFICADO	110	0,30	62	0,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.105	0,25
TOTAL	25.050	68,56	30.358	82,79	36.180	82,33	34.277	79,61	37.963	82,47	355.924	81,10

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.7 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM – 2004

8.7.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

MOTIVO DA VIAGEM	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
TURISMO	6.157	13,47	5.826	19,15	6.820	23,17	6.132	21,38	4.087	15,11	3.667	12,25	6.208	15,00
NEGÓCIO	370	0,81	195	0,64	47	0,16	72	0,25	100	0,37	194	0,65	74	0,18
CONVENÇÕES	14	0,03	30	0,10	94	0,32	06	0,02	0	0,00	03	0,01	04	0,01
OUTROS	78	0,17	36	0,12	09	0,03	17	0,06	14	0,05	03	0,01	50	0,12
NÃO ESPECIFICADO	46	0,10	64	0,21	15	0,05	03	0,01	19	0,07	27	0,09	46	0,11
TOTAL	6.665	14,58	6.151	20,22	6.985	23,73	6.230	21,72	4.220	15,60	3.894	13,01	6.382	15,42

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.7.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

MOTIVO DA VIAGEM	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%
TURISMO	11.367	31,11	6.274	17,11	7.558	17,20	8.547	19,85	7.857	17,07	80.500	18,35
NEGÓCIO	04	0,01	04	0,01	141	0,32	159	0,37	147	0,32	1.507	0,34
CONVENÇÕES	11	0,03	04	0,01	22	0,05	26	0,06	23	0,05	237	0,05
OUTROS	80	0,22	22	0,06	44	0,10	47	0,11	42	0,09	442	0,10
NÃO ESPECIFICADO	26	0,07	07	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	253	0,06
TOTAL	11.488	31,44	6.311	17,21	7.765	17,67	8.779	20,39	8.069	17,53	82.939	18,90

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.8 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO – 2004

8.8.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
AVIÃO	27.603	60,38	17.899	58,84	18.215	61,89	19.870	69,28	21.950	81,14	25.133	83,98	33.382	80,64
NAVIO	484	1,06	204	0,67	162	0,55	23	0,08	62	0,23	39	0,13	0	0,00
AUTOMÓVEL	9.047	19,79	5.436	17,87	3.467	11,78	1.726	6,02	809	2,99	685	2,29	1.221	2,95
ÔNIBUS	1.381	3,02	593	1,95	409	1,39	694	2,42	11	0,04	114	0,38	228	0,55
NÃO ESPECIFICADO	535	1,17	137	0,45	194	0,66	138	0,48	0	0,00	63	0,21	182	0,44
TOTAL	39.050	85,42	24.269	79,78	22.447	76,27	22.451	78,28	22.832	84,40	26.034	86,99	35.013	84,58

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.8.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%								
AVIÃO	24.626	67,40	23.993	65,43	31.289	71,20	29.644	68,85	32.835	71,33	306.439	69,82
NAVIO	0	0,00	29	0,08	145	0,33	147	0,34	157	0,34	1.452	0,33
AUTOMÓVEL	278	0,76	5.368	14,64	4.131	9,40	3.905	9,07	4.322	9,39	40.395	9,21
ÔNIBUS	11	0,03	733	2,00	615	1,40	581	1,35	649	1,41	6.019	1,37
NÃO ESPECIFICADO	135	0,37	235	0,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.619	0,37
TOTAL	25.050	68,56	30.358	82,79	36.180	82,33	34.277	79,61	37.963	82,47	355.924	81,10

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.9 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO – 2004

8.9.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
AVIÃO	6.386	13,97	5.987	19,68	6.850	23,27	6.173	21,52	4.171	15,42	3.819	12,76	6.287	15,19
NAVIO	28	0,06	06	0,02	03	0,01	03	0,01	0	0,00	0	0,00	33	0,08
AUTOMÓVEL	137	0,30	88	0,29	91	0,31	34	0,12	24	0,09	39	0,13	41	0,10
ÔNIBUS	73	0,16	30	0,10	18	0,06	03	0,01	11	0,04	03	0,01	0	0,00
NÃO ESPECIFICADO	41	0,09	40	0,13	23	0,08	17	0,06	14	0,05	33	0,11	21	0,05
TOTAL	6.665	14,58	6.151	20,22	6.985	23,73	6.230	21,72	4.220	15,60	3.894	13,01	6.382	15,42

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.9.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%
AVIÃO	11.448	31,33	6.297	17,17	7.673	17,46	8.671	20,14	7.968	17,31	81.730	18,62
NAVIO	0	0,00	0	0,00	09	0,02	13	0,03	14	0,03	109	0,03
AUTOMÓVEL	29	0,08	07	0,02	66	0,15	73	0,17	69	0,15	698	0,16
ÔNIBUS	0	0,00	0	0,00	17	0,04	22	0,05	18	0,04	195	0,04
NÃO ESPECIFICADO	11	0,03	07	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	207	0,05
TOTAL	11.488	31,44	6.311	17,21	7.765	17,67	8.779	20,39	8.069	17,53	82.939	18,90

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.10 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES BRASILEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO A PERMANÊNCIA EM DIAS – 2004

8.10.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

PERMANÊNCIA EM DIAS	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
01 DIA	6.583	14,40	5.308	17,45	4.138	14,06	4.752	16,57	5.227	19,32	5.022	16,78	5.419	13,09
02 DIAS	6.734	14,73	4.320	14,20	3.944	13,40	4.514	15,74	5.037	18,62	5.121	17,11	10.328	24,95
03 DIAS	4.535	9,92	3.453	11,35	4.485	15,24	4.526	15,78	4.374	16,17	5.576	18,53	5.054	12,21
04 A 07 DIAS	17.610	38,52	8.864	29,14	7.779	26,43	7.024	24,49	6.836	25,27	8.532	28,51	11.637	28,11
MAIS DE 08 DIAS	3.419	7,48	2.142	7,04	1.692	5,75	1.397	4,87	1.169	4,32	1.188	3,97	2.393	5,78
NÃO ESPECIFICADO	169	0,37	182	0,60	409	1,39	238	0,83	189	0,70	625	2,09	182	0,44
TOTAL	39.050	85,42	24.269	79,78	22.447	76,27	22.451	78,28	22.832	84,40	26.064	86,99	35.013	84,58

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.10.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

PERMANÊNCIA EM DIAS	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%								
01 DIA	4.432	12,13	6.204	16,92	6.948	15,81	6.579	15,28	7.292	15,84	67.904	15,47
02 DIAS	7.044	19,28	4.514	12,31	7.602	17,30	7.208	16,74	7.982	17,34	74.348	16,94
03 DIAS	3.413	9,34	5.299	14,45	6.003	13,66	5.683	13,20	6.302	13,69	58.673	13,37
04 A 07 DIAS	7.892	21,60	10.993	29,98	12.867	29,28	12.185	28,30	13.492	29,31	125.711	28,65
MAIS DE 08 DIAS	2.185	5,98	3.143	8,57	2.760	6,28	2.622	6,09	2.895	6,29	27.005	6,15
NÃO ESPECIFICADO	84	0,23	205	0,56	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2.283	0,52
TOTAL	25.050	68,56	30.358	82,79	36.180	82,33	34.277	79,61	37.963	82,47	355.924	81,10

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.11 FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, SEGUNDO A PERMANÊNCIA EM DIAS – 2004

8.11.1 Fluxo nos meses de janeiro a julho

PERMANÊNCIA EM DIAS	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO	
	FLUXO	%												
01 DIA	1.275	2,79	654	2,15	698	2,37	723	2,52	400	1,48	401	1,34	658	1,59
02 DIAS	713	1,56	758	2,49	818	2,78	597	2,08	400	1,48	530	1,77	704	1,70
03 DIAS	613	1,34	538	1,77	848	2,88	777	2,71	479	1,77	458	1,53	956	2,31
04 A 07 DIAS	2.016	4,41	2.485	8,17	2.890	9,82	3.224	11,24	2.419	8,94	1.841	6,15	3.050	7,37
MAIS DE 08 DIAS	2.011	4,40	1.649	5,42	1.710	5,81	869	3,03	495	1,83	613	2,05	985	2,38
NÃO ESPECIFICADO	37	0,08	67	0,22	21	0,07	40	0,14	27	0,10	51	0,17	29	0,07
TOTAL	6.665	14,58	6.151	20,22	6.985	23,73	6.230	21,72	4.220	15,60	3.894	13,01	6.382	15,42

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.11.2 Fluxo nos meses de agosto a dezembro e média anual

PERMANÊNCIA EM DIAS	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA ANUAL	
	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%	FLUXO	%
01 DIA	1.060	2,90	638	1,74	870	1,98	986	2,29	907	1,97	9.270	2,11
02 DIAS	2.072	5,67	803	2,19	993	2,26	1.119	2,60	1.031	2,24	10.538	2,40
03 DIAS	1.352	3,70	1.078	2,94	954	2,17	1.076	2,50	989	2,15	10.118	2,31
04 A 07 DIAS	5.141	14,07	2.971	8,10	3.494	7,95	3.953	9,18	3.632	7,89	37.116	8,46
MAIS DE 08 DIAS	1.772	4,85	737	2,01	1.454	3,30	1.645	3,82	1.510	3,28	15.450	3,52
NÃO ESPECIFICADO	91	0,25	84	0,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	447	0,10
TOTAL	11.488	31,44	6.311	17,21	7.765	17,66	8.779	20,39	8.069	17,53	82.939	18,90

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

8.12 CAPACIDADE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM EM 2004

MUNICÍPIOS	CAPACIDADE EM 2004		
	MEIOS DE HOSPEDAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
CEARÁ-MIRIM	10	93	270
EXTREMOZ	24	430	1.510
MACAÍBA	02	29	89
MONTE ALEGRE	-	-	-
NATAL	199	7.653	22.015
NÍSIA FLORESTA	12	121	462
PARNAMIRIM	13	269	831
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	-	-	-
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	02	35	95
TOTAL	262	8.630	25.272

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2004.

NOTA: Os municípios Monte Alegre e São Gonçalo do Amarante não foram pesquisados.

8.13 OFERTA DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

REGIÃO METROPOLITANA	AGÊNCIAS DE VIAGEM	ALIMENTAÇÃO	ENTRETENIMENTO	LOCADORA DE VEÍCULOS	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	-	20	6	-	34
EXTREMOZ	-	111	24	4	163
MACAÍBA	-	77	20	-	99
MONTE ALEGRE	-	-	-	-	00
NATAL	98	1.163	274	36	1.757
NÍSIA FLORESTA	-	80	14	-	106
PARNAMIRIM	10	186	61	6	277
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	-	96	14	-	110
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	-	65	3	-	70
TOTAL	108	1.798	416	46	2.616

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR/RN, 2002.

9 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

9.1 QUANTIDADE DOS ELEITORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL CLASSIFICADOS POR ZONAS ELEITORAIS

REGIÃO METROPOLITANA	ZONA	QUANTIDADE DE LOCAIS	QUANTIDADE DE SEÇÕES	APTOS
CEARÁ-MIRIM	6	43	146	43.174
SUBTOTAL	01	43	146	43.174
EXTREMOZ	6	27	59	16.641
SUBTOTAL	01	27	59	16.641
MACAÍBA	5	55	145	40.206
SUBTOTAL	01	55	145	40.206
MONTE ALEGRE	44	16	41	12.758
SUBTOTAL	01	16	41	12.758
NATAL	1	41	216	82.352
	2	36	233	91.987
	3	40	216	96.745
	4	37	200	90.431
	69	52	288	126.807
SUBTOTAL	05	206	1.153	488.322
NÍSIA FLORESTA	67	18	44	13.785
SUBTOTAL	01	18	44	13.785
PARNAMIRIM	50	49	236	79.622
SUBTOTAL	01	49	236	79.622
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	51	46	171	55.789
SUBTOTAL	01	46	171	55.789
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	7	20	77	25.393
SUBTOTAL	01	20	77	25.393
TOTAL DA RMN	13	480	2.072	775.690

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RN, 2006.

9.2 PREFEITOS ELEITOS EM 2004

REGIÃO METROPOLITANA	NÚMERO	NOME	PARTIDO
CEARÁ-MIRIM	45	MARIA EDINOLIA CAMARA DE MELO	PSDB
EXTREMOZ	45	ENILTON BATISTA DA TRINDADE	PSDB
MACAÍBA	15	FERNANDO CUNHA LIMA BEZERRA	PMDB
MONTE ALEGRE	14	SOLON UBARANA DA SILVA	PTB
NATAL	40	CARLOS EDUARDO NUNES ALVES	PSB
NÍSIA FLORESTA	25	GEORGE NEI FERREIRA	PFL
PARNAMIRIM	40	AGNELO ALVES	PSB
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	15	JARBAS CAVALCANTI DE OLIVEIRA	PMDB
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	25	NORMA FERREIRA CALDAS	PFL

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

10.1 VEREADORES ELEITOS EM 2004

10.1.1 Ceará-Mirim

NÚMERO	NOME	PARTIDO
11.500	RENATO PEREIRA COUTINHO	PP
15.555	DOMINGOS ROSA	PMDB
15.789	RONALDO MARQUES RODRIGUES	PMDB
22.222	FRANCISCO ROBERTO DE LIMA	PL
12.777	MARIA LEONOR ASSUNÇÃO SOARES CAMARA	PDT
20.123	ELCIO VIEIRA CLEMENTE	PSC
11.111	MANOEL VIEIRA DOS SANTOS	PP
15.222	ANTONIO IVO FERREIRA	PMDB
14.123	EDUARDO CAPERO GARCIA	PTB
12.123	ADAMASTOR PEREIRA DE OLIVEIRA	PDT

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.2 Extremoz

NÚMERO	NOME	PARTIDO
45.123	JAILTON JOSÉ XAVIER DE LIMA	PSDB
45.111	DJALMA DE SALES	PSDB
15.678	NATANAEL DE FREITAS	PMDB
14.345	ARMANDO FRAGA DA SILVA	PTB
15.123	JOSIVALDO ATANÁSIO DE LIMA	PMDB
45.678	JOSÉ WILSON CARNEIRO DA SILVA	PSDB
45.456	IVERALDO SOARES DE SOUZA	PSDB
15.456	ÉVIO OLIVEIRA DE FARIAS	PMDB
36.123	VALDEMI CORDEIRO LOPES	PTC

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.3 Macaíba

NÚMERO	NOME	PARTIDO
15.644	ALUIZIO SILVIO SOARES	PMDB
15.333	THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENA	PMDB
12.222	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	PDT
40.369	EDIVALDO EMILIO DA SILVA	PSB
19.888	ANTÔNIO FRANÇA SOBRINHO	PTN
17.000	SILVAN DE FREITAS BEZERRA	PSL
15.615	RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA PEREIRA	PMDB
45.222	FRANCISCO FERNANDES MAIA	PSDB
15.666	GELSON LIMA DA COSTA NETO	PMDB
70.888	MARIA DO SOCORRO DE ARAÚJO CARVALHO	PT do B

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.4 Monte Alegre

NÚMERO	NOME	PARTIDO
15.666	HENRIQUE EZEQUIEL DE SOUZA NETO	PMDB
14.222	ANA MARIA MIRANDA DE MEDEIROS COSTA	PTB
14.789	JUVENAL VIEIRA DA SILVA	PTB
25.111	JOÃO RICARDO FERREIRA	PFL
25.666	ANTONIO FELIX DA SILVA	PFL
25.333	JAILMA RAFAEL DE OLIVEIRA XAVIER	PFL
27.777	MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SOUZA	PSDC
15.111	VICENTE BARRETO DA SILVA	PMDB
15.615	ILMA ANDRADE ARAUJO DE ALMEIDA	PMDB
15.666	HENRIQUE EZEQUIEL DE SOUZA NETO	PMDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.5 Natal

NÚMERO	NOME	PARTIDO
40.555	TIRSO RENATO DANTAS	PSB
22.123	ADÃO ERIDAN DE ANDRADE	PL
40.111	ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO	PSB
40.456	HERMANO DA COSTA MORAIS	PSB
40.333	FRANCISCO DE ASSIS VALENTIM DA COSTA	PSB
40.222	DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS	PSB
25.610	FRANCISCO SALES DE AQUINO NETO	PFL
23.123	EMILSON MEDEIROS DOS SANTOS	PPS
40.789	ALUISIO MACHADO CUNHA	PSB
15.660	GERALDO RAMOS DOS SANTOS NETO	PMDB
11.222	FRANCISCO GILSON DE MOURA	PP
11.190	EDSON SIQUEIRA DE LIMA	PP
43.888	JULIO HENRIQUE NUNES PROTASIO DA SILVA	PV
45.123	ADENUBIO DE MELO GONZAGA	PSDB
13.222	FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS	PT
43.444	LUIS CARLOS NORONHA E SOUSA	PV
25.125	SALATIEL MACIEL DE SOUZA	PFL
40.200	FRANKLIN ROOSEVELT DE FARIAS CAPISTRANO	PSB
40.670	EDIVAN MARTINS TEIXEIRA	PSB
33.655	ANTÔNIO CARLOS JESUS DOS SANTOS	PMN
13.789	ANTÔNIO JUNIOR DA SILVA	PT

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.6 Nísia Floresta

NÚMERO	NOME	PARTIDO
25.000	JORGE JANUARIO DE CARVALHO	PFL
23.333	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	PPS
23.444	JOSIMA TRINDADE	PPS
11.122	PEDRO ANTONIO DE MESQUITA	PP
40.000	EUGENIO GALVÃO GONDIM FILHO	PSB
15.123	CID CARVALHO FERREIRA	PMDB
11.333	JOSE NILTON SANTANA DA SILVA	PP
23.699	JOAO ANTONIO DA COSTA	PPS
25.123	ANA MARIA BARROS ARCANJO	PFL

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.7 Parnamirim

NÚMERO	NOME	PARTIDO
40.111	RICARDO HIRARUY ALENCAR GURGEL	PSB
12.222	MANUEL DINIZ	PDT
12.611	FERNANDO DE LIMA FERNANDES	PDT
25.555	KÁTIA CARVALHO DE LIMA PIRES	PFL
15.620	ANTONIO BATISTA BARROS	PMDB
40.611	FRANCISCO GILDASIO DE FIGUEIREDO	PSB
40.620	GERALDO MAGELA DE ALBUQUERQUE	PSB
11.111	SÉRGIO ROBERTO DE ANDRADE REBOUÇAS	PP
31.111	RICARDO WAGNER MARTINS CRUZ	PHS
12.613	VALERIO FELIPE SANTIAGO	PDT
40.888	PAULO BARBOSA DA SILVA	PSB
15.100	EPIFANIO BEZERRA DE LIMA	PMDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.8 São Gonçalo do Amarante

NÚMERO	NOME	PARTIDO
45.222	JESSÉ TAVARES DE MORAIS	PSDB
15.666	MILTON SIQUEIRA	PMDB
25.000	RAIMUNDO MENDES ALVES	PFL
11.122	EDSON ARCANJO DA SILVA	PP
12.345	SILVÉRIO DE ARAÚJO SOUZA	PDT
45.555	RAPHAEL MELO GADELHA DE LIMA	PSDB
15.555	EDSON RAMOS BACURAU	PMDB
11.111	IVANILDO FERNANDES CAMPOS	PP
19.999	CLÉA MARIA VARELA DA SILVA	PTN
25.555	GERALDO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA	PFL

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

10.1.9 São José de Mipibu

NÚMERO	NOME	PARTIDO
40.123	CLIDENOR FERREIRA DA SILVA	PSB
40.000	KELIA PEIXOTO SERAFIM	PSB
25.123	JOVENTINO DA SILVA	PFL
22.222	KERICLIS ALVES RIBEIRO	PL
25.555	ROBERTO TEIXEIRA FERREIRA	PFL
40.222	JEAN POGGIO NERINO	PSB
23.456	JOSÉ OLAVO DE MORAIS	PPS
31.111	CLEBER CARLOS DA SILVA	PHS
40.111	CARLA SIMONE GOMES DE LIMA	PSB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RN – TRE/RN, 2006.

11 SERVIÇOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

11.1 EDUCAÇÃO

11.1.1 Matrícula inicial

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS													
REGIÃO METROPOLITANA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ENSINO FUNDAMENTAL (REGULAR)				ENSINO MÉDIO (REGULAR)	EDUCAÇÃO ESPECIAL		EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (SUPLETIVO PRESENCIAL)		
				EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	ANOS INICIAIS E 1ª A 4ª SÉRIES	5ª A 8ª SÉRIES E ANOS FINAIS		TOTAL	FUNDA-MENTAL	TOTAL	FUNDA-MENTAL	MÉDIO
CEARÁ-MIRIM	Estadual	70	226	21	3.973	2.024	1.949	2.573	-	-	791	791	-
	Municipal	-	1.683	31	10.527	6.323	4.204	-	-	-	1.227	1.227	-
	Privada	780	425	02	1.128	705	423	147	102	-	-	-	-
	Total do Município	850	2.334	54	15.628	9.052	6.576	2.720	102	00	2.018	2.018	00
EXTREMOZ	Estadual	-	-	04	1.818	891	927	927	-	-	354	354	-
	Municipal	72	309	56	2.421	1.886	535	-	-	-	426	426	-
	Privada	190	258	01	112	112	-	-	-	-	-	-	-
	Total do Município	262	567	61	4.351	2.889	1.462	927	00	00	780	780	00
MACAÍBA	Estadual	-	-	06	4.256	1.876	2.380	2.016	-	-	1.204	1.204	-
	Federal	-	-	-	36	-	36	297	-	-	-	-	-
	Municipal	706	1.611	60	7.080	5.049	2.031	279	-	-	2.427	2.427	-
	Privada	77	456	-	1.038	671	367	149	96	42	25	25	-
Total do Município	783	2.067	66	12.410	7.596	4.814	2.741	96	42	3.656	3.656	00	
MONTE ALEGRE	Estadual	-	-	08	964	664	300	687	-	-	133	133	-
	Municipal	376	519	42	2.646	1.501	1.145	-	-	-	453	453	-
	Privada	12	204	03	258	258	-	-	-	-	-	-	-
	Total do Município	388	723	53	3.868	2.423	1.445	687	00	00	586	586	00
NATAL	Estadual	-	120	503	49.513	20.323	29.190	40.253	07	07	20.612	16.355	4.257
	Federal	123	197	-	-	-	-	1.332	-	-	164	108	56
	Municipal	2.563	6.603	404	39.910	26.206	13.704	-	-	-	12.546	12.546	-
	Privada	2.761	15.844	96	27.996	13.880	14.116	10.678	1.234	717	4.865	2.254	2.611
Total do Município	5.447	22.764	1.003	117.419	60.409	57.010	52.263	1.241	724	38.187	31.263	6.924	
NÍSIA FLORESTA	Estadual	-	-	14	2.124	1.390	734	-	-	-	388	388	-
	Municipal	440	366	-	2.418	1.275	1.143	611	-	-	154	154	-
	Privada	-	80	-	119	119	-	-	-	-	-	-	-
	Total do Município	440	446	14	4.661	2.784	1.877	611	00	00	542	542	00
PARNAMIRIM	Estadual	-	-	27	6.008	1.353	4.655	6.691	-	-	1.453	1.138	315
	Municipal	906	2.458	155	14.904	9.778	5.126	-	-	-	2.883	2.883	-
	Privada	-	1.691	15	4.831	2.346	2.485	1.092	30	29	584	141	443
	Total do Município	906	4.149	197	25.743	13.477	12.266	7.783	30	29	4.920	4.162	758
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Estadual	-	-	15	2.800	1.904	896	1.107	-	-	935	935	-
	Municipal	-	2.279	272	10.742	6.027	4.715	666	-	-	4.372	2.773	1.599
	Privada	392	920	06	1.243	938	305	-	-	-	-	-	-
	Total do Município	392	3.199	293	14.785	8.869	5.916	1.773	00	00	5.307	3.708	1.599
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	Estadual	-	-	16	2.311	1.196	1.115	1.625	-	-	1.004	1.004	-
	Municipal	386	1.577	17	5.751	3.621	2.130	-	39	25	690	690	-
	Privada	150	198	01	509	283	226	77	-	-	-	-	-
	Total do Município	536	1.775	34	8.571	5.100	3.471	1.702	39	25	1.694	1.694	00
TOTAL DA RMN		10.004	38.024	1.775	207.436	112.599	94.837	71.207	1.508	820	57.690	48.409	9.281

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2006.

11.2 SAÚDE

11.2.1 Número e proporção de unidades de saúde – 2003

TIPO DE UNIDADE POR MUNICÍPIO	CEARÁ-MIRIM		EXTREMOZ		MACAÍBA		MONTE ALEGRE		NATAL		NISIA FLORESTA		PARNAMIRIM		SAO GONÇALO DO AMARANTE		SAO JOSÉ DE MIPIBU		TOTAL DE UNIDADES DA RMN
	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	
POSTO DE SAÚDE	02	7,1	05	50,0	07	25,9	-	-	02	1,1	03	25,0	01	2,0	01	4,2	-	-	21
CENTRO DE SAÚDE	-	-	-	-	02	7,4	-	-	35	19,9	-	-	08	15,6	03	12,5	03	15,8	51
POLICLÍNICA	01	3,6	-	-	01	3,7	-	-	09	5,1	01	8,3	02	3,9	-	-	-	-	14
AMBULATÓRIO DE UNIDADE HOSPITALAR GERAL	01	3,6	-	-	01	3,7	-	-	05	2,8	-	-	-	-	-	-	01	5,3	08
AMBULATÓRIO DE UNIDADE HOSPITALAR ESPECIALIZADA	-	-	-	-	-	-	-	-	10	5,7	-	-	01	2,0	01	4,2	-	-	12
UNIDADE MISTA	01	3,6	-	-	-	-	-	-	03	1,7	-	-	03	5,9	-	-	01	5,3	08
PRONTO SOCORRO GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	03	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	03
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	-	-	-	-	-	-	-	-	02	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	02
CONSULTÓRIO	-	-	-	-	01	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
UNIDADE MÓVEL FLUVIAL / MARÍTIMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
CLÍNICA ESPECIALIZADA	02	7,1	-	-	02	7,4	-	-	31	17,6	-	-	07	13,7	01	4,2	01	5,3	44
CENTRO / NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	04	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	04
CENTRO / NÚCLEO DE REABILITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	09	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-	09
OUTROS SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNOSE E TERAPIA	-	-	01	10,0	02	7,4	-	-	33	18,8	-	-	07	13,7	02	8,3	01	5,3	46
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE P/ ATENDIMENTO MÉDICO / ODONTOLÓGICO	-	-	-	-	01	3,7	-	-	01	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	02
UNIDADE MÓVEL TERR. PROG. ENFRENT. ÀS EMERGÊNCIAS E TRAUMAS	-	-	-	-	-	-	-	-	02	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	02
FARMÁCIA PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	01
UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	19	67,9	04	40,0	09	33,4	05	100,0	18	10,3	08	66,7	21	41,2	15	62,4	10	52,6	109
CENTRO ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA III	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	01
CENTRO ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
UNIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	-	-	-	01	3,7	-	-	05	2,8	-	-	-	-	01	4,2	01	5,3	08
UNIDADES NÃO ESPECIFICADAS	02	7,1	-	-	-	-	-	-	02	1,1	-	-	01	2,0	-	-	01	5,3	06
OUTROS CÓDIGOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
TOTAL	28	100,0	10	100,0	27	100,0	05	100,0	176	100,0	12	100,0	51	100,0	24	100,0	19	100,0	352

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.2 Número e proporção de unidades de saúde, por tipo prestador – 2003

TIPO DE PRESTADOR	CEARÁ-MIRIM		EXTREMOZ		MACAÍBA		MONTE ALEGRE		NATAL		NÍSIA FLORESTA		PARNAMIRIM		SÃO GONÇALO DO AMARANTE		SÃO JOSÉ DE MIPIBU		TOTAL DE UNIDADES DA RMN
	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	UNID.	%	
PÚBLICO FEDERAL	02	7,1	01	10,0	-	-	-	-	64	36,4	-	-	13	25,5	-	-	02	10,5	82
PÚBLICO ESTADUAL	-	-	-	-	01	3,7	-	-	18	10,2	-	-	-	-	-	-	01	5,3	20
PÚBLICO MUNICIPAL	25	89,3	09	90,0	23	85,2	05	100,0	84	47,7	10	83,3	38	74,5	23	95,8	15	78,9	232
PRIVADO COM FINS LUCRATIVOS	-	-	-	-	03	11,1	-	-	02	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	05
PRIVADO OPTANTE PELO SIMPLES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	4,2	-	-	01
FILANTRÓPICO COM CNAS VÁLIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	06	3,5	-	-	-	-	-	-	01	5,3	07
SINDICATOS	01	3,6	-	-	-	-	-	-	02	1,1	02	16,7	-	-	-	-	-	-	05
UNIVERSITÁRIOS PÚBLICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
UNIVERSITÁRIOS PRIVADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
NÃO IDENTIFICADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
TOTAL	28	100,0	10	100,0	27	100,0	05	100,0	176	100,0	12	100,0	51	100,0	24	100,0	19	100,00	352

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3 Número de hospitais e leitos, por natureza do prestador segundo especialidade – 2003

11.2.3.1 Ceará-Mirim

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	01	04	10	05	00	00	00	06	00	00	25	00
Federal	01	04	10	05	-	-	-	06	-	-	25	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	01	04	10	05	00	00	00	06	00	00	25	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.2 Extremoz

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.3 Macaíba

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	01	05	05	13	00	00	00	10	00	00	33	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	01	05	05	13	-	-	-	10	-	-	33	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	00	00	00	00	00	00	00	-	00	00	00	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	01	05	05	13	00	00	00	10	00	00	33	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.4 Monte Alegre

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	01	00	06	02	00	00	00	02	00	00	10	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	01	-	06	02	-	-	-	02	-	-	10	-
PRIVADOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	01	00	06	02	00	00	00	02	00	00	10	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.5 Natal

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	10	177	113	246	15	220	15	127	00	08	921	25
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	07	177	73	242	15	220	15	124	-	08	874	25
Municipal	03	-	40	04	-	-	-	3	-	-	47	-
PRIVADOS	15	396	48	152	5	310	00	197	00	00	1.108	49
Contratados	13	341	48	110	-	310	-	90	-	-	899	38
Filantropicos	02	55	-	42	5	-	-	107	-	-	209	11
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	02	124	63	51	30	04	00	55	00	00	327	09
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	02	124	63	51	30	04	-	55	-	-	327	09
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	27	697	224	449	50	534	15	379	00	08	2.356	83

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.6 Nísia Floresta

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantropicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.7 Parnamirim

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	01	14	12	07	00	00	00	10	00	00	43	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	01	14	12	07	-	-	-	10	-	-	43	-
PRIVADOS	01	00	00	00	00	00	00	00	00	02	02	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	01	-	-	-	-	-	-	-	-	02	02	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	02	14	12	07	00	00	00	10	00	02	45	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.8 São Gonçalo do Amarante

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	02	18	09	27	00	00	00	19	00	00	73	00
Contratados	01	06	-	05	-	-	-	-	-	-	11	-
Filantrópicos	01	12	09	22	-	-	-	19	-	-	62	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	-	00	00	00	00	00	00	-	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	02	18	09	27	00	00	00	19	00	00	73	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.3.9 São José de Mipibu

NATUREZA	HOSPITAIS	LEITOS										LEITOS UTI
		CIRÚRGICO	OBSTÉTRICO	CLÍNICA MÉDICA	CRÔN / FPT	PSIQUIATRIA	TISIOLOGIA	PEDIATRIA	REABILITAÇÃO	HOSPITAL / DIA	TOTAL	
PÚBLICOS	01	04	09	15	00	00	00	10	00	00	38	00
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	01	04	09	15	-	-	-	10	-	-	38	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADOS	01	02	09	09	00	00	00	08	00	00	28	00
Contratados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicos	01	02	09	09	-	-	-	08	-	-	28	-
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	02	06	18	24	00	00	00	18	00	00	66	00

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informação Hospitalar – SIH / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.4 Consultórios médicos e equipamentos odontológicos – 2003

INSTALAÇÃO	CEARÁ-MIRIM		EXTREMOZ		MACAÍBA		MONTE ALEGRE		NATAL		NÍSIA FLORESTA		PARNAMIRIM		SÃO GONÇALO DO AMARANTE		SÃO JOSÉ DE MIPIBU		TOTAL DE INSTALAÇÕES
	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	Nº	Nº POR 10.000 HAB	
CONSULTÓRIOS MÉDICOS EM UNIDADES	35	5,3	09	4,3	38	6,5	08	4,0	743	10,0	13	6,3	81	5,6	29	3,8	37	10,0	993
EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	26	4,0	08	3,8	20	3,4	02	1,0	287	3,9	10	4,9	36	2,5	21	2,7	12	3,2	422
TOTAL	61	9,3	17	8,1	58	9,9	10	5,0	1.030	13,9	23	11,2	117	8,1	50	6,5	49	13,2	1.415

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA / Sistema Único de Saúde – SUS, 2003.

11.2.5 Informações sobre nascimentos – 2003

REGIÃO METROPOLITANA	CONDIÇÕES							
	Nº DE NASCIDOS VIVOS	% COM PREMATURIDADE	% DE PARTOS CESÁREOS	% DE MÃES DE 10 A 19 ANOS	% DE MÃES DE 10 A 14 ANOS	% COM BAIXO PESO AO NASCER		
						GERAL	PARTOS CESÁREOS	PARTOS VAGINAIS
CEARÁ-MIRIM	1.136	6,4	21,3	28,5	1,8	8,5	12,4	7,5
EXTREMOZ	315	7,1	30,4	25,1	1,9	12,3	14,7	11,2
MACAÍBA	1.093	5,2	30,5	26,0	1,5	7,9	9,0	7,4
MONTE ALEGRE	295	4,4	21,0	26,4	1,0	8,1	16,1	6,0
NATAL	14.100	6,5	34,4	20,9	0,9	8,3	9,3	7,8
NÍSIA FLORESTA	325	5,3	18,5	23,5	1,5	6,5	10,0	5,7
PARNAMIRIM	2.644	7,1	44,2	19,8	0,8	8,8	8,6	8,9
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1.486	4,7	27,5	25,8	1,1	6,9	6,6	7,0
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	857	3,7	15,9	25,9	1,4	6,3	8,8	5,9
TOTAL DA RMN	22.251	5,6	27,1	24,7	1,3	8,2	10,6	7,5

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC, 2003.

11.2.6 Coeficiente de mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) – 2003

REGIÃO METROPOLITANA	CAUSA DE ÓBITO							
	AIDS	NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA	NEOPLASIA MALIGNA DE COLO DE ÚTERO	INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	DOENÇAS CEREBROVASCULARES	DIABETES MELLITUS	ACIDENTES DE TRANSPORTE	AGRESSÕES
CEARÁ-MIRIM	1,5	-	12,4	29,4	52,6	10,8	10,8	9,3
EXTREMOZ	-	-	9,6	14,6	34,1	19,5	4,9	9,7
MACAÍBA	3,5	-	-	15,7	36,7	20,9	19,2	19,2
MONTE ALEGRE	10,3	-	-	30,8	51,3	15,4	25,6	10,3
NATAL	3,7	12,6	4,1	30,1	40,4	26,7	8,2	18,8
NÍSIA FLORESTA	-	-	-	5,0	14,9	19,9	9,9	24,9
PARNAMIRIM	2,9	4,2	2,8	12,4	31,2	18,9	14,5	9,4
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2,7	-	7,9	24,2	20,1	13,4	16,1	17,5
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	5,5	-	-	22,0	24,8	19,3	13,8	19,3
TOTAL DA RMN	3,3	1,9	4,1	20,5	34,0	18,3	13,7	15,4

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.7 Outros indicadores de mortalidade – 2003

REGIÃO METROPOLITANA	OUTROS INDICADORES DE MORTALIDADE							
	TOTAL DE ÓBITOS	Nº DE ÓBITOS POR 1.000 HABITANTES	% ÓBITOS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	TOTAL DE ÓBITOS INFANTIS	Nº DE ÓBITOS INFANTIS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	% DE ÓBITOS INFANTIS NO TOTAL DE ÓBITOS*	% DE ÓBITOS INFANTIS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	MORTALIDADE INFANTIL POR 1.000 NASCIDOS-VIVOS**
CEARÁ-MIRIM	291	4,5	18,2	18	2	6,2	11,1	15,8
EXTREMOZ	71	3,5	1,4	2	-	2,8	-	6,3
MACAÍBA	285	5,0	33,7	19	-	6,7	-	17,4
MONTE ALEGRE	83	4,3	27,7	2	1	2,4	50,0	6,8
NATAL	3.742	5,1	2,3	230	2	6,1	0,9	16,3
NÍSIA FLORESTA	70	3,5	12,9	5	-	7,1	-	15,4
PARNAMIRIM	399	2,9	5,0	42	1	10,5	2,4	15,9
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	273	3,7	23,1	23	1	8,4	4,3	15,5
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	135	3,7	25,9	8	1	5,9	12,5	9,3
TOTAL DA RMN	5.349	4,0	16,7	349	08	6,2	9,0	13,2

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM / Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2003.

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional.

**Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM / SINASC.

11.2.8 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária

11.2.8.1 Ceará-Mirim

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	18,8	12,5	-	-	-	-	2,5	4,3	4,5	4,6
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	50,0	-	-	21,2	32,5	13,0	16,7	16,4
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	-	12,5	-	-	-	12,1	17,5	57,2	53,1	38,2
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	6,3	12,5	-	-	-	3,0	12,5	9,4	9,0	8,8
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	12,5	25,0	-	-	100,0	45,5	7,5	2,3	2,6	10,9
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	37,4	37,5	50,0	-	-	18,2	27,5	13,8	14,1	19,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.2 Extremoz

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	-	33,3	-	-	-	-	10,0	3,0	5,4	4,3
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	-	-	-	15,8	20,0	9,1	10,8	11,4
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	-	-	-	-	50,0	21,1	40,0	51,5	51,4	38,6
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	-	-	-	-	-	10,5	-	18,2	16,2	11,4
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	66,7	-	-	50,0	26,3	-	3,0	2,7	12,9
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	50,0	-	-	-	-	26,3	30,0	15,2	13,5	20,0
TOTAL	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.3 Macaíba

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	31,6	-	50,0	-	-	3,8	7,1	6,1	5,6	8,5
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	-	-	-	17,3	10,7	4,9	6,7	8,5
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	-	-	-	-	-	9,7	57,1	51,2	52,1	33,3
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	-	-	-	-	-	3,8	3,7	6,1	5,6	4,2
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	36,8	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	-	50,0	100,0	100,0	48,1	7,1	1,2	1,1	16,4
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	31,6	100,0	-	-	-	17,3	14,3	30,5	28,9	25,4
TOTAL	100,0									

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.4 Monte Alegre

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	-	-	-	-	-	7,1	9,0	6,7	6,1	6,6
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	-	-	-	7,1	18,2	10,0	12,1	10,0
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	-	-	-	-	-	14,3	27,3	63,3	63,6	40,0
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	1,7
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,7
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	-	-	50,0	100,0	50,1	18,2	3,3	3,0	20,0
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	-	100,0	-	50,0	-	14,3	27,3	16,7	15,2	20,0
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0						

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.5 Natal

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	4,8	12,8	-	4,2	4,9	5,1	4,5	4,4	4,6	4,6
NEOPLASIAS (TUMORES)	0,4	2,6	18,2	4,2	14,8	16,3	26,3	18,6	19,3	18,0
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	0,4	12,8	4,5	16,7	4,9	15,2	36,1	38,3	38,0	29,8
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	8,3	15,4	4,5	4,2	-	4,8	5,0	13,3	12,2	9,5
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	59,6	2,6	-	-	-	-	-	-	-	3,8
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	1,9	20,5	45,5	25,0	67,2	39,9	5,5	3,0	3,3	12,3
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	24,6	33,3	27,3	45,7	8,2	18,7	22,6	22,4	22,6	22,0
TOTAL	100,0									

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.6 Nísia Floresta

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	-	50,0	-	-	-	-	-	10,4	9,7	6,6
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	-	-	-	5,9	25,0	6,9	6,5	8,2
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	-	-	-	-	-	5,9	62,5	37,9	41,9	27,8
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	-	-	-	-	-	5,9	-	13,8	12,9	8,2
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	80,0	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	50,0	-	-	-	47,0	-	-	-	14,8
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	20,0	-	-	-	-	35,3	12,5	31,0	29,0	27,8
TOTAL	100,0	100,0	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.7 Parnamirim

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	4,9	-	-	-	7,1	4,1	6,1	4,7	5,7	4,7
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	33,3	100,0	7,1	17,5	27,3	20,3	20,1	18,2
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO	-	-	-	-	7,1	17,5	34,8	35,5	35,0	25,9
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO	4,9	62,5	33,3	-	7,1	4,1	-	14,5	12,9	9,8
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	58,5	-	-	-	-	-	-	-	-	6,3
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	2,4	-	33,4	-	50,1	44,6	10,6	4,1	5,2	14,8
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	29,3	37,5	-	-	21,5	12,2	21,2	20,9	21,1	20,3
TOTAL	100,0									

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.8 São Gonçalo do Amarante

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	9,1	100,0	-	-	-	5,4	3,6	2,2	2,9	4,3
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	50,0	-	-	12,5	28,6	11,8	15,5	12,9
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO	4,6	-	-	50,0	20,0	12,5	32,1	55,9	53,3	34,3
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO	9,1	-	-	-	-	-	3,6	12,9	11,7	7,1
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	54,5	-	-	-	-	-	-	-	-	5,7
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	-	50,0	50,0	80,0	53,5	21,4	4,3	4,9	21,9
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	22,7	-	-	-	-	16,1	10,7	12,9	11,7	13,8
TOTAL	100,0									

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.2.8.9 São José de Mipibu

GRUPOS DE CAUSAS	MENOR DE 1	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 49	50 A 64	65 E MAIS	60 E MAIS	TOTAL
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	-	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2,0
NEOPLASIAS (TUMORES)	-	-	-	-	-	8,7	23,5	6,3	7,5	9,0
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO	-	-	-	100,0	-	13,0	41,2	47,8	47,2	34,0
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO	14,3	50,0	-	-	-	8,7	-	14,6	13,2	11,0
ALGUMAS AFEC. ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	71,4	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	-	50,0	-	-	100,0	60,9	5,9	-	-	18,0
DEMAIS CAUSAS DEFINIDAS	14,3	-	-	-	-	-	29,4	31,3	32,1	21,0
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0						

Fonte: Ministério da Saúde – MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2003.

11.3 TRANSPORTE

11.3.1 Veículos registrados por tipo – 2001

REGIÃO METROPOLITANA	VEÍCULOS REGISTRADOS						
	AUTOMÓVEL	MOTOCICLETA	CAMINHONETE	CAMINHÃO	ÔNIBUS	OUTROS	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	2.213	671	56	239	47	562	3.788
EXTREMOZ	1.052	160	11	30	73	125	1.451
MACAÍBA	1.904	1.126	51	240	21	407	3.749
MONTE ALEGRE	349	205	09	58	09	76	706
NATAL	131.349	27.418	3.829	5.824	1.939	21.582	191.941
NÍSIA FLORESTA	492	239	17	51	55	137	991
PARNAMIRIM	10.855	4.199	237	805	117	2.273	18.486
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.383	738	34	164	18	365	3.702
SÃO JOSÉ DE MIPIBU	1.213	556	25	175	23	258	2.250
TOTAL DA RMN	151.810	35.312	4.269	7.586	2.302	25.785	227.064

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA – Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2004.

11.4 SEGURANÇA PÚBLICA

REGIÃO METROPOLITANA	DELEGACIAS DISTRITAIS	DELEGACIAS ESPECIALIZADAS	PENITENCIÁRIA	CORPO DE BOMBEIROS	TOTAL
CEARÁ-MIRIM	01	-	-	-	01
EXTREMOZ	01	-	-	-	01
MACAÍBA	01	-	-	-	01
MONTE ALEGRE	01	-	-	-	-
NATAL	15	17	-	02	36
NÍSIA FLORESTA	01	-	-	-	-
PARNAMIRIM	02	01	01	-	03
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	01	-	-	-	01
SAÕ JOSÉ DE MIPIBU	01	-	-	-	01
TOTAL DA RMN	24	18	01	02	46

Fonte: Tabela elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública, 2006.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. (Biblioteca Básica Brasileira)

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CADERNO DA MUNICIPALIDADE. Macaíba. Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, n.1, maio. 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

_____. **História da Cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. Aspectos históricos da Região Metropolitana de Natal. In: NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal e sua Região Metropolitana**. Natal: SEMURB, 2004.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Autores associados; São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Estimativas populacionais 2005**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em 02 set. 2005.

_____. **Produto interno bruto dos municípios: 1999-2002**. Rio de Janeiro, 2005. (Contas Nacionais nº 14)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001. (Coleção Ciência e Tecnologia).

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho.

MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de história do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento de Imprensa, 1997.

_____. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MELO, João Alves de. **Natureza e História do Rio Grande do Norte: 1º tomo 1501 à 1809**. Natal: Imprensa Oficial, 1969.

MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Grafpar, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de informações de saúde**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rn.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599 – 1999**. Natal: Iarte, 1999. (Coleção Natal 400 anos).

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MORAIS, Marcus Cesar Cavalcanti de. **Terras potiguares**. Natal: Dinâmica Editora, 1998.

MOURA, Pedro. **Fatos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1986.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Circuito histórico, turístico e cultural de Natal**. Natal: SEMURB, 2003.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal e sua Região Metropolitana**. Natal: SEMURB, 2004.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Administração Geral e Planejamento. **Perfil da Grande Natal**. Natal: IPLANAT, 1990.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Natal Monumental**. Natal: Fundação José Augusto; Natal: APEC, 1994.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro, IBAM, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte – 2004**. Natal: Grafpel, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

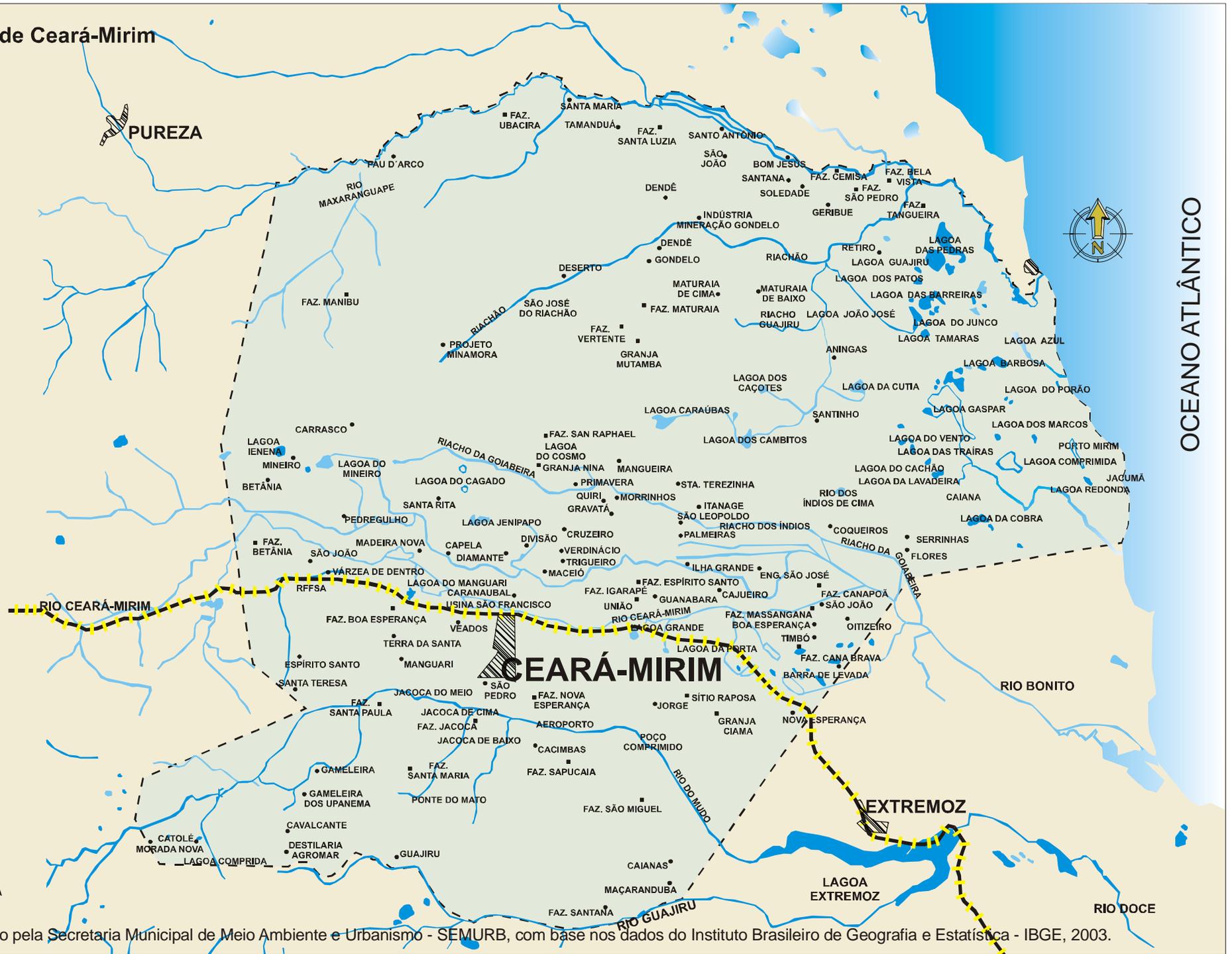
SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. Histórico da SEMURB. In: NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo. **Relatório: atividades desenvolvidas no período 2003/2004**. Natal: SEMURB, 2004.

VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. **História da aviação no Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1974.

ANEXOS

Anexo A - Mapa de Ceará-Mirim



- LEGENDA**
- LINHA FÉRREA
 - LAGOAS E RIOS
 - ÁREA URBANA
 - LOCALIDADES
 - LIMITE DO MUNICÍPIO
 - GRANJA, SÍTIO, FAZENDA

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO B – Solar Antunes (sede da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim).



ANEXO C – Mercado Público Central de Ceará-Mirim.



ANEXO D – Biblioteca Pública Municipal Dr. José Pacheco Dantas.



ANEXO E – Centro de Apoio ao Turista.



ANEXO F – Estação Ferroviária de Ceará-Mirim.



ANEXO G – Engenho Guaporé.



ANEXO H – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



ANEXO I – Praça Barão de Ceará-Mirim.

Anexo J - Mapa de Extremoz



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO L – Igreja Matriz de Extremoz.



ANEXO M – Praça da Igreja Matriz de Extremoz.



ANEXO N – Praia de Santa Rita.



ANEXO O – Praia de Jenipabu.



ANEXO P – Lagoa de Extremoz.



ANEXO Q – Boneco do grude.



ANEXO R – Estação Ferroviária de Extremoz.



ANEXO S – Centro Comercial de Jenipabu.

Anexo T - Mapa de Macaíba



- LEGENDA**
- ▬ LINHA FÉRREA
 - ~ LAGOAS E RIOS
 - ▨ ÁREA URBANA
 - LOCALIDADES
 - - - LIMITE DO MUNICÍPIO
 - GRANJA, SÍTIO, FAZENDA

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO U – Solar do Ferreiro Torto.



ANEXO V – Vista da cidade de Macaíba.



ANEXO X – Ponte sobre o Rio Jundiáí.



ANEXO Z – Pórtico de entrada de Macaíba.



ANEXO AA – Praça Augusto Severo.



ANEXO AB – Igreja Matriz de Macaíba.



ANEXO AC – Sede da Prefeitura Municipal de Macaíba.



ANEXO AD – Sede da Câmara Municipal de Macaíba.

Anexo AE - Mapa de Monte Alegre



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.



ANEXO AF – Pórtico de entrada de Monte Alegre.



ANEXO AG – Praça Vereador Pedro Alves.



ANEXO AH – Igreja Nossa Senhora da Penha.



ANEXO AI – Mercado Público de Monte Alegre.



ANEXO AJ – Sede da Prefeitura Municipal de Monte Alegre.



ANEXO AL – Espaço Municipal de Eventos.

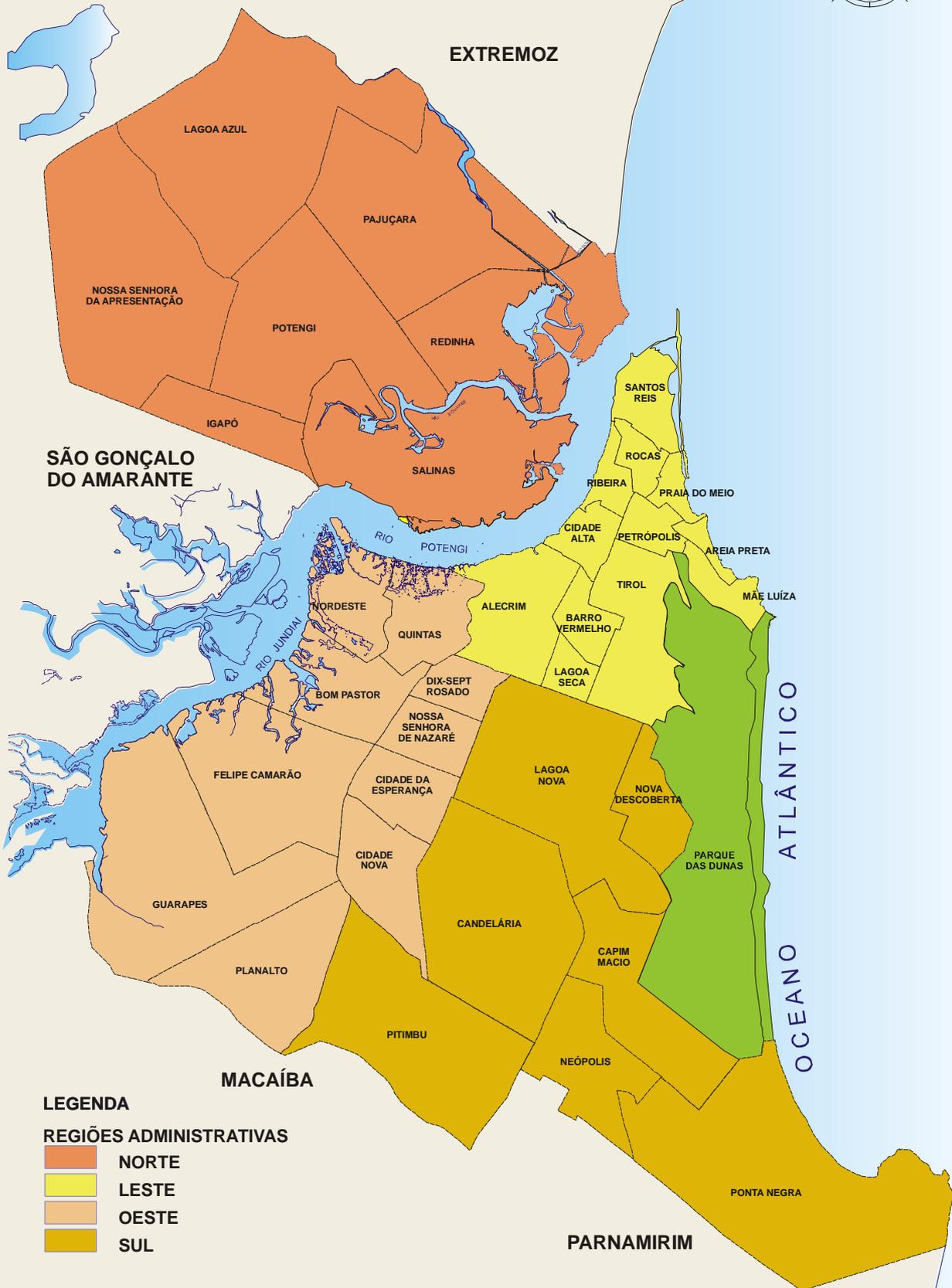


ANEXO AM – Entrada do Estádio Municipal.



ANEXO AN – Praça da Saudade e entrada do Cemitério Público.

Anexo AO - Mapa de Natal



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, 2005.



ANEXO AP – Palácio Felipe Camarão (sede da Prefeitura Municipal de Natal).



ANEXO AQ – Vista parcial de Cidade Alta.



ANEXO AR – Farol de Mãe Luíza.



ANEXO AS – Ponte sobre o Rio Potengi.



ANEXO AT – Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.



ANEXO AU – Vista do Colégio Estadual Atheneu Norte-riograndense.



ANEXO AV – Praia de Ponta Negra (vista para o Morro do Careca).



ANEXO AX – Vista do Forte dos Reis Magos.
Fonte: CD-ROM Natal 400 anos.

Anexo AZ - Mapa de Nísia Floresta



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO BA – Estação Ferroviária Papary.



ANEXO BB – Igreja Matriz de Nísia Floresta.



ANEXO BC – Árvore centenária – baobá.



ANEXO BD – Igrejinha do povoado de Tabatinga.



ANEXO BE – Lagoa de Arituba.



ANEXO BF – Viveiros de camarões.

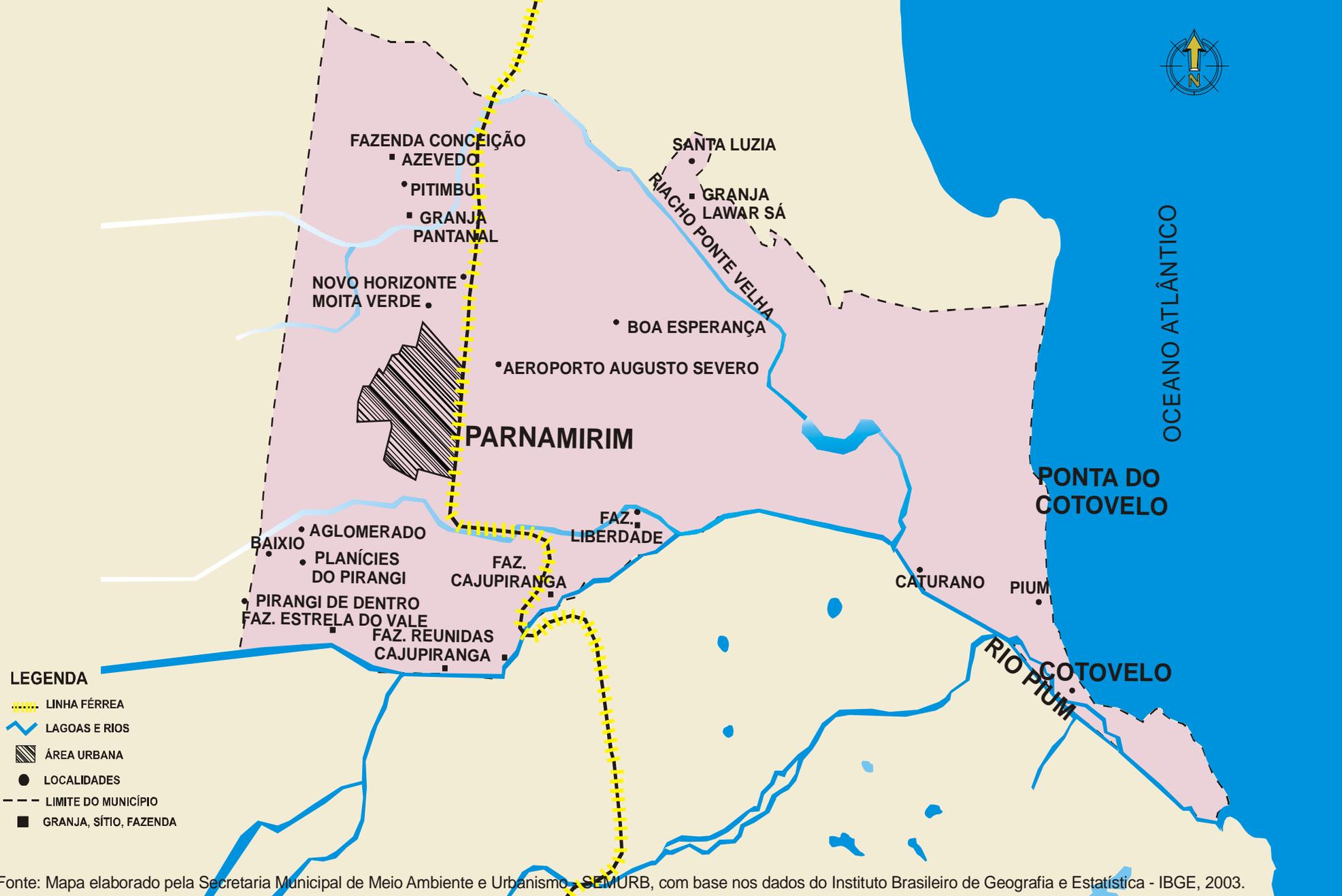


ANEXO BG – Praia de Barra de Tabatinga (vista do Pico do Mirante).



ANEXO BH – Pedra Oca (Praia de Barreta).

Anexo BI - Mapa de Parnamirim



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO BJ – Aeroporto Internacional Augusto Severo.



ANEXO BL – Praia de Cotovelo (vista para a Barreira do Inferno).



ANEXO BM – Feirinha do povoado Pium.



ANEXO BN – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.



ANEXO BO – Entrada da Base Aérea de Parnamirim (CATRE).



ANEXO BP – Cajueiro de Pirangi.



ANEXO BQ – Vista da praia de Pirangi.



ANEXO BR – Praça João Paulo II.

Anexo BS - Mapa de São Gonçalo do Amarante



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO BT – Monumento aos mártires de Uruaçu e Cunhaú.



ANEXO BU – Capela de Uruaçu.



ANEXO BV – Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante.



ANEXO BX – Capela de Utinga.



ANEXO BZ – Fazenda de Olho D'água dos Lucas.



ANEXO CA – Teatro Municipal Prefeito Poti Cavalcanti.



ANEXO CB – Praça de Eventos Turísticos.



ANEXO CC – Vista da cidade de São Gonçalo do Amarante.

Anexo CD - Mapa de São José de Mipibu



Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003.



ANEXO CE – Vista da cidade de São José de Mipibu.



ANEXO CF – Feira Popular de São José de Mipibu.



ANEXO CG – Escola Estadual Barão de Mipibu.



ANEXO CH – Igreja Matriz de São José de Mipibu.



ANEXO CI – Monumento Ideal do Belo e Livre.



ANEXO CJ – Calçada do Comércio.



ANEXO CL – Praça Desembargador Celso Sales.



ANEXO CM – Praça da Saudade.

ANEXO CN – Lei de instituição da Região Metropolitana de Natal

LEI COMPLEMENTAR nº 152 de 16 de janeiro de 1997.

Institui a Região Metropolitana de Natal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, § 7º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 71, II, do Regimento Interno (Resolução nº 046/90, de 14 de dezembro de 1990).

FAÇO SABER que o PODER LEGISLATIVO aprovou e EU promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituída, na forma de art. 18, inciso III, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Natal.

§ 1º. Constituem a Região Metropolitana de Natal, os municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim.

§ 2º. Outros municípios poderão integrar a Região Metropolitana de Natal motivados pela sua expansão urbana acelerada, demanda por serviços e necessidades de investimentos em parceria.

Art. 2º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, com sede e foro no Município de Natal, vinculado à Secretaria de Planejamentos e Finanças do Estado, que se regerá por esta Lei e seus estatutos validados mediante decreto do Poder Executivo, cabendo-lhe as atribuições e competências.

I – promover a integração e uniformização dos serviços comuns e de interesse da Região Metropolitana;

II – conceder ou permitir a execução das obras e serviços públicos de interesse metropolitano que lhes forem delegados mediante Lei, bem como fiscalizar sua execução;

III – aplicar as normas e procedimentos legais com incidência na Região Metropolitana de Natal, fiscalizar seu cumprimento, exercendo, no que couber seu poder de polícia;

IV – estimular entre os municípios da Região Metropolitana, a celebração de consórcios para de problemas comuns;

V – garantir a integração do planejamento, da organização e da execução das funções e serviços públicos de interesse comum do Estado e aos municípios metropolitanos;

VI – especificar as funções e serviços públicos que serão executados em parceria no âmbito metropolitano e aquelas de interesse local, de responsabilidade do município;

VII – analisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Natal, e encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação mediante lei;

VIII – aprovar diretrizes, planos, programas e projetos de interesse metropolitano;

IX – aprovar os planos plurianuais de investimentos públicos para a Região Metropolitana e encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação.

Art. 3º. A Região Metropolitana de Natal, instituída no art. 1º desta Lei, será administrado por um Conselho Metropolitano a ser presidido pelo Secretário Estadual de Planejamento e Finanças do Estado, que terá caráter normativo e deliberativo.

§ 1º. O Conselho Metropolitano previsto no **caput** deste artigo contará em sua composição, além do Secretário Estadual de Planejamento e Finanças, com 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e/ou administrativa, todos nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação de uma lista tríplice organizada pelos prefeitos e Câmaras Municipais de cada município, com a participação das entidades representativas da comunidade.

§ 2º. As despesas de manutenção do Conselho Metropolitano deverão constar em dotações próprias no orçamento da Secretaria de Planejamento e Finanças.

§ 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Metropolitano será exercida pelo Presidente da Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – IDEC, órgão da administração estadual que proverá a administração metropolitana de instrumentos de apoio e intervenção a nível técnico, cabendo-lhe as seguintes atividades e competências:

I – a articulação das ações verticalizadas (Secretarias de igual natureza dos municípios) e setorializadas (Secretarias, institutos, etc), objetivando à implantação do trabalho de competência do Conselho Metropolitano;

II – executar as decisões do Conselho Metropolitano;

III – outras competências a serem previstas na regulamentação.

Art. 4º. Compete à Secretaria Executiva:

I – dar estrutura funcional ao Conselho Metropolitano;

II – executar as decisões deste Conselho;

III – secretariar as atividades do Conselho Metropolitano.

Art. 5º. Os membros do Conselho Metropolitano e Secretaria Executiva não farão jus pelo seu mister, a qualquer tipo de contra-prestação pecuniária, senão as que lhes são pagas em seus órgãos de origem.

Art. 6º. Para a elaboração dos seus planos, programas, projetos e estudos o Conselho Metropolitano contará com sugestões oriundas das entidades representativas da sociedade civil organizada.

Parágrafo único – A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, a Câmara Municipal de Natal e as dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana, convocarão as entidades representativas da sociedade civil, objetivando discutir propostas para elaboração de seus planos, programas, projetos e estudos.

Art. 7º. A divulgação resumida do conteúdo principal dos estudos, planos, programas e projetos de interesse coletivo na área metropolitana será efetuada, de forma a mais ampla possível através dos meios de comunicação de massa, com a finalidade de alcançar a população a ser beneficiada, com antecedência de 30 (trinta) dias da respectiva apreciação pelo Conselho Metropolitano de Natal.

Parágrafo único – É assegurado a todos amplo acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental relativa a planos, programas, obras e serviços de interesse coletivo, no âmbito metropolitano.

Art. 8º. A aprovação dos planos, programas, projetos, obras e serviços pelo Conselho Metropolitano de Natal, será obrigatoriamente, precedida da realização de audiências públicas nos municípios contemplados por esta Lei.

Art. 9º. As despesas com manutenção e funcionamento do Conselho e Secretaria Executiva, deverão constar em dotações próprias do Orçamento Geral do Estado e dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Natal.

Art. 10º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada num prazo de 90 (noventa) dias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Palácio “*JOSÉ AUGUSTO*”, em Natal, 16 de Janeiro de 1997.

Deputado LEONARDO ARRUDA
Presidente

ANEXO CO – Lei de incorporação de São José de Mipibu e Nísia Floresta à Região Metropolitana de Natal

Lei Complementar nº 221, de 10 de janeiro de 2002.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Natal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. O § 1º, da Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, que institui a Região Metropolitana de Natal, e dá outras providências, para vigorar a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

...

§ 1º *Constituem a Região Metropolitana de Natal, os municípios de Natal , Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Nísia Floresta”.*

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 10 de janeiro de 2002, 114º da República

GARIBALDI ALVES FILHO
Henrique Eduardo Lyra Alves

**ANEXO CP – Decreto de aprovação do Estatuto do Conselho de Desenvolvimento
Metropolitano de Natal**

Decreto nº 15.873, de 14 de janeiro de 2002

***Aprova o Estatuto do Conselho de
Desenvolvimento Metropolitano de Natal e dá
outras providências.***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere o art. 64, V, última parte, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, com a alteração do art. 7º da Lei Complementar nº 190, de 08 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art.1º. Fica aprovado o Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, anexo ao presente Decreto.

Art.2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos da Lagoa Nova, em Natal, 14 de janeiro de 2002, 114ª da República

GARIBALDI ALVES FILHO
Henrique Eduardo Lyra Alves.

ANEXO CQ – Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE GOVERNO E DE PROJETOS ESPECIAIS – SEGOV

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DE NATAL

ESTATUTO

Art.1º - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, criado pelo art.3º da Lei Complementar nº152, de 16 de janeiro de 1997, é órgão colegiado, de caráter normativo e deliberativo, e tem o seu funcionamento regulado pelo presente Estatuto e pelo seu Regimento Interno.

Art.2º - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal tem as seguintes atribuições:

I – promover a integração e uniformização dos serviços comuns e de interesse da Região Metropolitana;

II – propor a concessão ou permissão da execução de obras e serviços públicos de interesse metropolitano que lhe foram delegados mediante lei, bem como finalizar sua execução;

III – aplicar as normas e procedimentos legais com incidência na Região Metropolitana de Natal, fiscalizar seu cumprimento, exercendo, no que couber, seu poder de polícia;

IV – estimular entre os Municípios da Região Metropolitana de Natal a celebração de consórcios para resolução de problemas comuns;

V – garantir a integração do planejamento, da organização e da execução das funções e serviços públicos de interesse comum do Estado e dos Municípios Metropolitanos;

VI – especificar as funções e serviços públicos que serão executados em âmbito metropolitano e aqueles de interesse local, de responsabilidade do Município;

VII – aprovar diretrizes, planos, programas e projetos de interesse metropolitano;

VIII – aprovar os planos plurianuais de investimentos públicos para a Região Metropolitana e encaminhá-la ao Governador do Estado, que deverá submetê-los à Assembléia Legislativa para análise e aprovação; e

IX – aprovar e reformar o seu Regimento Interno.

Art.3º - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal será composto pelo Secretário de Governo e de Projetos Especiais, como seu Presidente e pelos Prefeitos Municipais dos seis municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal, instituída pela Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

Art.4º - A atividade dos membros do Conselho de Desenvolvimento de Natal será considerada serviço público relevante, razão por que não fará jus, pela sua atividade a qualquer tipo de contraprestação pecuniária, senão a que lhes é paga em seus órgãos de origem.

Art.5º - Ocorrendo mudança do Secretário de Governo e de Projetos Especiais ou do Chefe de Poder Executivo Municipal, a substituição será realizada imediatamente, mediante comunicação ao Colegiado.

Art.6º - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal conta para o seu funcionamento e o desenvolvimento de suas atividades com uma Secretaria Executiva, cujo titular, designado pelo Presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, tem as seguintes atribuições:

- I – dar estrutura formal ao Conselho de Desenvolvimento Metropolitano;
- II – executar as decisões do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano; e,
- III – secretariar as atividades do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Parágrafo único – A Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, cujo titular tem participação em suas reuniões, sem direito a voto, será exercido por servidor público de reconhecida capacidade técnica e administrativa.

Art.7º - Para a execução de suas atribuições, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano poderá instituir Grupos Executivos, de natureza transitória, para a formulação e resolução de problemas operacionais, e Grupos Temáticos, de natureza permanente, para a elaboração de normas regulamentadoras de questões de natureza sistêmica, composto pelos agentes institucionais e sociais vinculadas às temáticas específicas de cada grupo.

Art.8º - O Conselho de Desenvolvimento Metropolitana reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por solicitação de maioria simples de seus membros.

§ 1º - As matérias objeto de apreciação e deliberação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano lhe serão submetidas por intermédio do seu Presidente.

§ 2º - O funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, como órgão colegiado, será regulado pelo seu Regimento Interno.

Art.9º - Para a elaboração dos planos, programas, projetos e estudos referentes à Região Metropolitana de Natal, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano poderá contar com sugestões de entidades representativas da sociedade civil organizada.

Art.10º - A divulgação resumida do conteúdo principal dos estudos, planos, programas e projetos de interesse coletivo na área metropolitana será efetuada, da forma a mais ampla possível, através dos meios de comunicação de massa, com a finalidade de alcançar a população a ser beneficiada, com antecedência de trinta dias da respectiva apreciação pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Art.11º - A aprovação dos planos, programas, projetos, obras e serviços pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano será obrigatoriamente precedido da realização de audiências públicas nos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal afetadas por essas ações.

Art.12º - Os procedimentos de funcionamento do Conselho serão definidos em seu Regimento Interno.

Art.13º - O Conselho, nos limites de suas competências, poderá baixar as resoluções que julgar necessárias ao cumprimento deste Estatuto.

ANEXO CR – Lei de incorporação de Monte Alegre à Região Metropolitana de Natal

LEI COMPLEMENTAR Nº 315, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 152, de 16 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Natal, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 1º, do art. 1º, e o § 1º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 152, de 16 de janeiro de 1997, que institui a Região Metropolitana de Natal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Constituem a Região Metropolitana de Natal os municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibú, Nizia Floresta e Monte Alegre”. (NR)

Art. 2º

Art. 3º

§ 1º O Conselho Metropolitano previsto no **caput** deste artigo será composto pelo Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças, pelos Prefeitos dos nove Municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal ou seus substitutos legais, por um representante do Parlamento Comum da Região Metropolitana e por um representante da Assembléia Legislativa”. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 30 de novembro de 2005, 184º da Independência e 117º da República.

DOE Nº 11.119
Data: 02.12.2005
Pág. 1

WILMA MARIA DE FARIA
Governadora

CEARÁ - MIRIM

EXTREMOZ

**SÃO GONÇALVES
DO AMARAL**

PREFEITURA DO

NATAL

NATAL

COMPROMISSO COM A CIDADE

PARNAMIRIM

MACAÍBA

**SÃO JOSÉ
DO MIPIBU**

MONTE ALEGRE

**NÍSIA
FLORESTA**

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO**

Rua General Glicério, 246 - Ribeira
59012-100 Natal / RN
Tel.:3232-8717 - Fax: 3232-8737
Linha Verde: 3611-1523 / 3232-9186
www.natal.rn.gov.br/semurb
e-mail: semurb@natal.rn.gov.br